



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

CELINA MARIA LINHARES PAIVA

**“PÁGINA INFELIZ DA NOSSA HISTÓRIA”: UM OLHAR TRANSDISCIPLINAR
SOBRE OS IMPACTOS DA PANDEMIA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA
CEARENSE A PARTIR DA COBERTURA DO JORNAL O POVO**

**FORTALEZA
2025**

CELINA MARIA LINHARES PAIVA

“PÁGINA INFELIZ DA NOSSA HISTÓRIA”: UM OLHAR TRANSDISCIPLINAR
SOBRE OS IMPACTOS DA PANDEMIA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA CEARENSE A
PARTIR DA COBERTURA DO JORNAL O POVO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de doutora em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá.

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P167p Paiva, Celina Maria Linhares.

Página infeliz da nossa história : um olhar transdisciplinar sobre os impactos da pandemia para a educação básica cearense a partir da cobertura do Jornal O Povo / Celina Maria Linhares Paiva. – 2025.
171 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá.

1. Educação. 2. Pandemia. 3. História das doenças. 4. Jornalismo. I. Título.

CDD 370

CELINA MARIA LINHARES PAIVA

“PÁGINA INFELIZ DA NOSSA HISTÓRIA”: UM OLHAR TRANSDISCIPLINAR
SOBRE OS IMPACTOS DA PANDEMIA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA CEARENSE A
PARTIR DA COBERTURA DO JORNAL O POVO.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de doutora em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Aprovada em: 19/ 11/ 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Patrícia Helena de Carvalho Holanda
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Márcia Vidal Nunes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra Zilda Maria Menezes Lima
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Carlos Angelo de Meneses Sousa
Instituto São Boaventura (ISB) - Cátedra Unesco de Juventude, Educação e Sociedade

AGRADECIMENTOS

A educação sempre fez parte da minha vida. Sou filha e neta de professoras e uma das minhas brincadeiras favoritas era ajudar minha mãe com o seu ofício. Preenchia diários de classe, corrigia pilhas de cadernos, acompanhava a correção das provas e amava quando ela me permitia ir ao seu trabalho para vê-la lecionar. A devoção filial fundia-se, ali, com a admiração professoral. Os caminhos profissionais me distanciaram da sala de aula, apesar de ter experimentado a magia da docência por um curto período de tempo, quando lecionei no ensino superior. Por essas obras caprichosas do destino, me lancei no desafio de fazer um doutorado e fui abraçada pela Educação. Este encontro não poderia se dar em outro ambiente que não fosse este.

Dito isso, inicio agradecendo a **Deus**, pois seu cuidado amoroso sempre permitiu que essas felizes coincidências se dessem em minha vida. Tudo é graça!

À **Linha de História e Educação Comparada (LHEC)**, pelo acolhimento desde antes da concepção desta pesquisa. Sim, porque só uma linha como esta, que tem na sua gênese a transdisciplinaridade, acolheria uma jornalista com mais de 40 anos, afastada da academia por conta da tripla maternidade há mais de uma década, para o desafio imenso de escrever uma tese.

À **professora Patrícia Holanda**, coordenadora da LHEC, que me recebeu como filha desde o nosso primeiro encontro. Tantas coisas me inspiram nela: sua capacidade de liderar, de extrair o melhor do outro, sua empatia – tanto na academia como na vida – sua energia inesgotável. O que ela pesquisa – a infância, o afeto – casam perfeitamente com quem ela é. A senhora, professora, é farol, âncora, escada, fortaleza, coração, colo. Tudo junto.

Ao **professor Gisafran Jucá**, que embarcou nesta aventura junto comigo, sem conhecer nada de mim, além de 12 páginas que compunham o meu projeto inicial de seleção. Nossa relação foi sendo construída encontro a encontro, assim como a minha admiração por ele, que é fonte de extremos saber, um humor peculiar e generosidade. Cada livro emprestado, cada direcionamento dado, cada troca realizada ficarão como legado deste processo tão incrível. Obrigada de coração, mestre.

Aos professores e professoras externos ao PPGE que dedicaram seu tempo e compartilharam o seu saber comigo, ao estarem em minha banca: **Márcia**, que tive o prazer de reencontrar nesta jornada como doutoranda após duas décadas da nossa convivência no curso de Jornalismo e que me ampliou os horizontes ao me apresentar a metodologia que utilizo nesta tese; **Zilda**, que conheci nos meus estudos e leituras, bem como pelas referências incríveis dadas pelo meu orientador, e que contribuiu muito com o seu olhar de historiadora, com generosidade

e segurança; **Carlos**, que, assim como eu, busca entender também como tudo isso que vivemos com a pandemia impacta a educação. Obrigada por esta troca tão linda! A disponibilidade em dividir conhecimento é uma marca do seu ofício tão inspirador.

Como servidora desta universidade, sei bem como o trabalho dos técnico-administrativos é alicerce. E, no PPGE, temos a sorte de ter **Ariadna, Sérgio, Hélcio e Nira**. Obrigada pelas respostas tão certeiras e rápidas, por ter o regimento e tudo o que precisamos saber na ponta da língua. Estamos juntos nesta caminhada de servir à educação.

À minha amiga **Dalu Menezes**. Doutora em Educação pela UFC e cria da LHEC, ela acreditou no meu projeto antes de mim, me encorajou e foi uma força motriz que me impulsionou a estar aqui. Disponibilidade, leveza e atenção são uma marca dela e sou feliz de poder contar com pessoas assim. Dalu, como sempre digo, és meu anjo!

Aos meus **colegas do doutorado e da LHEC**, especialmente Ismênia, Odécio, Ramon, Alexsandra, Jarles, Rosane, Robson, Juliana, Thay, Jasmine, César e Dina. Nossos encontros sempre rendiam boas risadas e a certeza de não estar sozinha nesta jornada tão intensa.

Ao jornal **O POVO**, por meio do seu **Setor de Acervo**, por disponibilizar todo o material para a realização da pesquisa e, em especial, ao meu admirado colega de trabalho, **Erick Guimarães** por, generosamente, se oferecer para fazer esta ponte com o veículo de imprensa e por clarear as minhas ideias com seu olhar criterioso durante a fase de análise do material obtido.

Às minhas amigas de trabalho e de vida – **Lia, Mayra e Rute** – que acreditaram neste sonho, que sempre me encorajam, me escutam e ressignificam tantas coisas. Estamos juntas há 17 anos e nossa amizade só se fortalece. Sem vocês eu não seria eu.

À minha rede de apoio – **Denise, Maik, Nágela, Andrea, Valéria, Tatiana, Flávia, Angélica** – sem vocês eu não teria chegado até aqui. Reconhecer isso é reconhecer meus privilégios de conseguir caminhar porque há quem me ampare, dê suporte e me ajude a cuidar dos meus filhos. Vocês são a minha família alargada - como referencia João dos Santos, teórico tão importante para a nossa linha de pesquisa - minha aldeia que me ajuda a alçar outros voos e me encontrar comigo mesma, para além da maternidade.

À minha sogra, **dona Ozita**, que deixou a casa dela para me ajudar em parte deste período de estudos e leituras tão intensas. A sua generosidade, minha sogra, foi essencial para me conduzir até aqui.

Ao meu sogro, **Inácio Ilírio**, que não conseguiu me ver terminar esta tese, mas que sempre me motivou com seu olhar atencioso, com palavras doces e com o seu exemplo de vida.

Aos meus pais, **Conceição e Tarcísio**, que moldaram quem sou com seus exemplos e contraexemplos. Sempre me apoiam, me deram suporte e nunca me cobraram nada, nem exigiram que eu seguisse nenhum caminho que não fosse por mim desejado. Essa liberdade só pode vir do amor. O nosso é imenso e se estende ao meu irmão, **Rômulo**, que sempre vibrou com as minhas conquistas, com sua intercessão silenciosa e o seu carinho sereno.

Ao meu amor, amigo, marido, companheiro há mais de duas décadas, **Maik**, que é técnico de informática, revisor, crítico literário, design de slides, calmante e combustível, tudo ao mesmo tempo. Ele sempre conseguiu arrancar de mim os melhores sorrisos, nas horas mais improváveis e situações mais inusitadas. E isso faz toda a diferença na minha vida.

Aos meus filhos, grandes amores, pedaços de mim, **Pedro, João e Cecília**. Cada linha desta tese tem muito de vocês, de nós. Muitos livros que embasaram este trabalho foram lidos em salas de espera de consultórios ou durante uma ida ao futebol, ao balé e ao basquete. A escrita deste trabalho se deu em meio a risadas, brigas, música, conversa, o barulhinho bom da nossa casa. Muitos gritos de “mamãe!” interromperam raciocínios; muitos apelos me tiraram momentaneamente da frente do computador e me levaram para alguma brincadeira. E eu tenho tanto orgulho disso. E espero que vocês, um dia, também entendam a dimensão do que isso representa. Amo vocês com todo o meu coração.

Essa noite

Eu tive um sonho de sonhador
Maluco que sou, eu sonhei
Com o dia em que a Terra parou [...]
No dia em que todas as pessoas do planeta
inteiro
Resolveram que ninguém ia sair de casa
Como que se fosse combinado, em todo o
planeta
Naquele dia ninguém saiu de casa [...]
E o aluno não saiu para estudar
Pois sabia, o professor também não tava lá
E o professor não saiu pra lecionar
Pois sabia que não tinha mais nada pra ensinar
[...]
Essa noite
Eu tive um sonho de sonhador
Maluco que sou, acordei
(Raul Seixas)

RESUMO

Apresento projeto de tese que se debruça sobre como a imprensa local, mais precisamente o Jornal O Povo, noticiou as consequências da pandemia da Covid-19 para a educação cearense. A doença viral se mostrou extremamente mortal e obrigou governos, no mundo todo, a encerrarem as atividades não-essenciais para conter o colapso dos sistemas de saúde, achatar a curva de contágio e, consequentemente, reduzir a letalidade da doença. Aqui no Brasil, os primeiros casos começaram a ser registrados em fevereiro de 2020, mas a primeira morte ocorreu em 12 de março, período que coincide com a adoção de medidas mais duras por parte dos governadores, que começaram, cada um a seu tempo, a decretar o isolamento social e a suspensão das atividades não-essenciais para barrar o avanço do vírus, já que o governo federal adotou uma postura negacionista e contrária à ciência. Foi nesse contexto que escolas e universidades foram fechadas em todo o Brasil e que a população encontrou, na imprensa, um canal seguro de captação de informações sobre a ameaça comum. Partindo dessas premissas, o objetivo geral deste trabalho, portanto, é analisar as narrativas noticiosas que enfocaram as consequências da pandemia do coronavírus para a educação básica cearense. A metodologia empregada nesta tese, para dar conta do objetivo, foi a Análise Crítica da Narrativa, proposta pelo professor Luiz Gonzaga Motta. Na análise empírica foram considerados textos noticiosos veiculados pelo Jornal O Povo entre os dias 16 de março de 2020 - data de publicação do decreto de isolamento social no Estado do Ceará, com o fechamento das escolas, creches e universidades – e o dia 05 de maio de 2023, momento em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o fim da pandemia. Como conclusão temos uma narrativa que priorizou os prejuízos econômicos causados pelo fechamento das escolas, em detrimento às consequências reais para o aprendizado, desenvolvimento e saúde mental de milhares de crianças e jovens cearenses.

Palavras-chave: educação; pandemia; história das doenças; jornalismo.

ABSTRACT

I present a thesis project that focuses on how the local press, more specifically the newspaper O Povo, reported on the consequences of the COVID-19 pandemic for education in Ceará. The viral disease proved extremely deadly and forced governments worldwide to shut down non-essential activities to contain the collapse of health systems, flatten the contagion curve, and, consequently, reduce the disease's lethality. Here in Brazil, the first cases began to be recorded in February 2020, but the first death occurred on March 12th, a period that coincides with the adoption of harsher measures by governors, who began, each in their own time, to decree social isolation and the suspension of non-essential activities to stem the spread of the virus, as the federal government adopted a denialist and anti-science stance. It was in this context that schools and universities were closed throughout Brazil, and the population found, in the press, a reliable channel for obtaining information about this common threat. Based on these premises, the overall objective of this work is to analyze the news narratives that focused on the consequences of the coronavirus pandemic for basic education in Ceará. The methodology employed in this thesis to achieve this objective was Critical Narrative Analysis, proposed by Professor Luiz Gonzaga Motta. The empirical analysis considered news stories published by the newspaper O Povo between March 16, 2020—the date the social isolation decree was published in the state of Ceará, with the closure of schools, daycare centers, and universities—and May 5, 2023, when the World Health Organization (WHO) declared the end of the pandemic. The conclusion is that we have a narrative that prioritized the economic losses caused by school closures, to the detriment of the real consequences for the learning, development, and mental health of thousands of children and young people in Ceará.

Keywords: education; pandemic; history of diseases; journalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –	Cronologia da covid-19, com ênfase no Ceará e no Brasil	40
Gráfico 1 –	Matérias veiculadas no Jornal O Povo sobre pandemia e educação básica	95
Gráfico 2 –	Matérias veiculadas no Jornal O Povo sobre pandemia e educação básica (2020)	96
Gráfico 3 –	Matérias veiculadas no Jornal O Povo sobre pandemia e educação básica (2021)	96
Gráfico 4 –	Matérias veiculadas no Jornal O Povo sobre pandemia e educação básica (2022)	97

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representantes do Serviço de Malária do Nordeste, em 1940, em residência no Ceará	29
Figura 2 – Cartaz contra a mercantilização de produtos hemoderivados	33
Figura 3 – Caminhões carregando caixões de vítimas do coronavírus em Bergamo, Itália.....	39
Figura 4 – Papa Francisco concede a bênção "Urbi et Orbi" sozinho.....	40
Figura 5 – Alunos da rede pública estadual do Ceará beneficiados com chips	68
Figura 6 – Capa da Emenda Popular: Criança, Prioridade Nacional.....	85
Figura 7 – Telensino no Ceará, na década de 1970	88
Figura 8 – Jornal O Povo, de 16 de março de 2020	99
Figura 9 – Jornal O Povo, de 27 de maio de 2020	100
Figura 10 – Jornal O Povo, de 28 de maio de 2020	103
Figura 11 – Jornal O Povo, de 15 de julho de 2020	104
Figura 12 – Divulgação da Campanha “Pelo Direito de Escolher”	106
Figura 13 – Jornal O Povo, de 03 de setembro de 2020.....	109
Figura 14 – Jornal O Povo, de 07 de outubro de 2020.....	112
Figura 15 – Jornal O Povo, de 19 de fevereiro de 2021.....	119
Figura 16 – Jornal O Povo, de 15 de junho de 2021	123
Figura 17 – Jornal O Povo, de 16 de julho de 2020	129
Figura 18 – Jornal O Povo, de 04 de agosto de 2021.....	135
Figura 19 – Jornal O Povo, de 10 de agosto de 2020 e 22 de março de 2021	141
Figura 20 – Jornal O Povo, de 30 de maio de 2022	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Aces	Associação Cearense de Estudantes Secundaristas
AOCA	Apoio a Orfandade de Crianças e Adolescentes por Covid-19
CCI	Centro Cearense de Idioma
COE	Centro de Operações de Emergência
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
DNSP	Departamento Nacional de Saúde Pública
EaD	Educação a Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
ERE	Ensino Remoto Emergencial
ESPII	Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional
ESPIN	Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPAI-CE	Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Ceará
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública
MP-CE	Ministério Público do Ceará
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAIC	Programa Alfabetização na Idade Certa
PNAD-C	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira
Sinepe	Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino
Spaece	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica
SPR	Serviço de Profilaxia Rural
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	PANDEMIA E A HISTÓRIA DAS DOENÇAS	23
2.1	A história dos pequenos e grandes acontecimentos.....	23
2.2	As doenças são fatos históricos	25
2.2.1	<i>História da saúde e das doenças no Ceará e no Brasil</i>	26
3	PANDEMIA E PANDEMÔNIO	37
3.1	Uma pandemia no século XXI	37
3.2	Um vírus globalizado.....	43
3.3	Não sou coveito: a Covid-19 na gestão Bolsonaro	45
3.4	A educação não é essencial: a balbúrdia bolsonarista no MEC.....	51
3.5	A região da resistência: Nordeste.....	57
3.5.1	<i>O Consórcio Nordeste</i>	60
3.6	O Ceará e o combate à pandemia	63
3.6.1	<i>A maior prova de todas: a educação cearense em tempos de pandemia</i>	66
4	PANDEMIA E EDUCAÇÃO	71
4.1	Escola: espaço de lições, tensões e reflexões	71
4.2	Escola com afeto.....	78
4.2.1	<i>A Pedagogia Terapêutica de João dos Santos.....</i>	81
4.3	A escola é para todos: a educação e as leis no Brasil.....	83
4.3.1	<i>Escolas fechadas: EaD, LDB e Ensino Remoto Emergencial</i>	87
5	PANDEMIA E NARRATIVA: ANÁLISE DAS NOTÍCIAS VEICULADAS NO JORNAL O POVO.....	94
5.1	Presencial x Remoto: Temporada 1	98
5.1.1	<i>Abertura x Fechamento das escolas: Temporada 2</i>	113
5.2	Questões de infraestrutura e conectividade.....	126
5.3	Lute como um professor e uma professora.....	138
5.4	Cicatrizes da pandemia	144
6	CONCLUSÃO.....	151
	REFERÊNCIAS.....	156

1 INTRODUÇÃO

Em março de 2020, um vírus mudou a forma de viver no mundo como conhecíamos. Por conta do grande poder de transmissão e da alta taxa de letalidade do SARS-CoV-2, autoridades sanitárias globais decretaram o distanciamento social como forma de proteção e prevenção ao coronavírus, culminando, assim, com a paralisação de todas as atividades consideradas não-essenciais.

Nesse contexto, no Brasil, dentre tantos setores, escolas e universidades precisaram fechar suas portas em março de 2020. Essa determinação se deu por via de decretos estaduais e, aqui no Ceará, o então governador Camilo Santana determinou que, a partir de 19 de março daquele ano, as aulas presenciais estavam suspensas em todas as escolas públicas do estado e recomendou que as unidades privadas seguissem a mesma diretriz.

Começava, então, um novo capítulo da história da educação, repleto de incertezas e desafios. Afinal, estamos falando do Brasil e de toda a sua complexa realidade, com 47,3 milhões de estudantes só na educação básica (que vai desde a creche até o ensino médio). Crianças e adolescentes oriundos de contextos familiares, sociais, regionais e educacionais completamente diversos.

Com creches, escolas e universidades fechadas, muitas questões se tornaram imperativas: como garantir o direito constitucional à educação para esses milhões de estudantes? Como manter a segurança nutricional daqueles mais vulneráveis e que tinham na escola um local de alimento não só da mente, mas também do corpo? Qual o impacto que esse afastamento teria para o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças e jovens, já que a escola é um espaço privilegiado para essas interações? Como os estabelecimentos de ensino suportariam esse baque econômico? Essas e outras problemáticas surgiram a partir da suspensão das aulas presenciais, pautaram o debate de todos os atores ligados à educação no país e exigiram deles uma articulação emergencial para minimizar os impactos para além dos inevitáveis.

Pela gravidade e dimensão do que estávamos vivendo, a pandemia estampou, por meses, as páginas da imprensa brasileira. É que, desde que desembarcou no Brasil, junto com a família real portuguesa, em 1808, a imprensa tem uma relevância social inquestionável. É válido, portanto, fazer um pequeno resgate histórico deste segmento.

O primeiro jornal brasileiro foi Correio Braziliense, de Hipólito da Costa. Ele era impresso na Inglaterra e chegava ao Brasil com atraso. O fato é que, naquele momento, uma parte da história brasileira começava a ser contada pelo que era noticiado pela imprensa. Nascia

ali a possibilidade de se passar uma mensagem para um grande número de pessoas, de se falar para uma massa, indivíduos de origens diferentes, classes sociais, pensamentos e visões de mundo.

O surgimento dos meios técnicos possui um impacto fundamental na maneira como as pessoas agem e interagemumas com as outras. [...] Novos meios técnicos tornam possíveis novas formas de interação social, modificam ou subvertem velhas formas de interação, criam novos focos e novas situações para a ação e interação e, com isso, servem para reestruturar relações sociais existentes e as instituições e organizações das quais elas fazem parte. (Thompson, 1995, p. 296).

Entretanto, foi no século XX que os jornais sofreram a sua transformação ainda mais profunda, que moldou o fazer jornalístico de maneira contundente. Influenciado pelo jornalismo norte-americano, estabeleceu-se, nessa época, que:

A informação jornalística deveria reproduzir os dados obtidos com as fontes, que os testemunhos de um fato deveriam ser confrontados uns com os outros para que se obtivesse a versão mais próxima possível da realidade [...] e que seria necessário, nos casos controversos, ouvir porta-vozes dos diferentes interesses em jogo. A notícia ganhou sua forma moderna, copiando o relato oral dos fatos singulares, que, desde sempre, baseou-se não na narrativa em sequência temporal, mas na valorização do aspecto mais importante de um evento. (Lage, 2006, p. 18).

Os discursos captados pelos jornalistas na estruturação de suas notícias vão dialogar com o conceito de Halbwachs (1990, p. 25) sobre os testemunhos que integram os relatos orais, as fontes narrativas que, até a ascensão da Escola dos Anais, eram desprezadas pelos historiadores. “Fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias permaneçam obscuras.” Essas múltiplas vozes são amplificadas pelos meios de comunicação de massa, que são espécies de arenas onde debates relevantes para a sociedade ganham espaço e notoriedade. Nas páginas de jornais, pelo rádio e TV e, mais recentemente, na internet, acontecimentos que antes seriam ignorados como fonte de registro por não serem protagonizados por agentes oficiais, agora são retratados pelos meios de comunicação e ajudam a sociedade a situar os seus acontecimentos no tempo e no espaço.

A imprensa, como defende Said (1998), promove uma horizontalidade histórico-social que rompe com a proposta do discurso histórico tradicional e se aproxima da Escola dos Anais. É uma história que se faz de forma mais imediata.

Centrada no fato de que através da mídia se promove em parte a construção do imaginário histórico, a abordagem da história imediata acaba por aproximar a atividade do historiador da prática jornalística. A construção da realidade história está, assim, ligada às condições conjunturais da produção e da multiplicação de inúmeros

discursos sociais, que se anunciam através de acontecimentos divulgados pela mídia [...]. (Said, 1998, p. 37).

Para Jucá (2001), a importância da imprensa nos registros sobre os mais diversos setores da vida social é inquestionável. Como tem uma capacidade produtiva maior e menos burocrática do que os registros oficiais, faz esta função de preservação da história dos acontecimentos de uma forma mais ágil, “permitindo uma melhor dimensão dos assuntos tratados, principalmente quando o objeto abordado provoca polêmica ou repercute no meio social.” (Jucá, 2001, p. 46). Um campo fértil que pode e deve ser explorado por pesquisadores.¹

As pesquisas, além de cumprirem seu papel social, se justificam para preservar a memória dos acontecimentos coletivos, como já foi mencionado. Com o advento das redes sociais, as histórias contadas se tornam cada vez mais imediatas e efêmeras. Basta pensar na lógica dos *stories*, ferramenta muito usada no Instagram, que desaparecem em 24 horas. A notícia, que já era um produto perecível quando saia apenas nos jornais, se tornou ainda mais fugaz. Assim, essas histórias ganham grande potencial para o esquecimento.

A história começou a sair na primeira página e, por isso, é cada vez mais imediata, objetiva e efêmera. Ela é fácil de esquecer e de ser substituída pela próxima notícia, num processo rápido, que perde o todo de vista e, consequentemente, oferece uma imagem sempre atual, vívida, mas fragmentada, incoerente e contraditória. (Bauman; Bordini, 2016, p. 129).

Por todas essas características e contextos acima mencionados, não é de se estranhar que todos os aspectos da pandemia foram muito explorados, inclusive os impactos educacionais desta emergência mundial. Foi pelos meios de comunicação que descobrimos que nossas casas se tornariam anexos da escola e que a sala de aula se transferiria para uma tela de computador ou celular. Foi de tanto ler e ver notícias sobre o tema, que nos familiarizamos com termos até então desconhecidos para a maior parte da população, como educação a distância, aulas online, ensino híbrido, plataformas de ensino.

O ambiente escolar, em um triste momento, antecipa o tempo da internet e da computação trazendo uma oportunidade pedagógica que talvez fosse empregue futuramente. A grande questão é que infelizmente as medidas tecnológicas fogem de muitas realidades brasileiras dos estudantes. Os recursos financeiros que encontramos nas redes privadas de ensino é uma realidade distante de muitas das escolas públicas.

¹ No entanto, no campo das pesquisas em educação, o uso de jornais como fonte é recente, mas não menos relevante, e vem sendo ampliada nos últimos anos. É que, conforme apontam Toledo e Pasquini (2014), assuntos até então desvinculados à educação, acabam sendo elementos importantes para compreender aspectos relevantes desse segmento e também permitem vislumbrar o pensamento de vários atores envolvidos no processo educacional. “A imprensa periódica ou pedagógica traz, inscrita em suas páginas, elementos históricos que, seguramente, proporcionam o entendimento não só do processo educacional em si, mas dos debates havidos na sociedade em nome de uma forma determinada de relação social, na qual a educação desempenhava ou desempenha um papel importante” (Toledo; Pasquini, 2014, p. 6).

Para a excelência na transmissão do conhecimento em diferentes classes sociais seria necessário que o mundo não existisse barreiras sociais e econômicas, todos usufruiriam de uma ótima infraestrutura e aparatos tecnológicos o que é uma realidade lamentavelmente ilusória. (Rocha; Quinhão, 2020, p. 6).

Como mãe de três crianças em idade escolar, jornalista e servidora da Universidade Federal do Ceará, fui uma observadora atenta e consumidora voraz de muitas das informações veiculadas pela imprensa naquele período. Mas que notícias foram essas? Como essas histórias foram contadas na imprensa local? Essas notícias foram capazes de contemplar toda a problemática que a pandemia trouxe para a educação básica? Quem foram os agentes sociais ouvidos nessas histórias? Apresentados esses questionamentos, o presente trabalho tem o objetivo geral de analisar as narrativas noticiosas que enfocaram as consequências da pandemia do coronavírus para a educação básica cearense.

Deste objetivo principal, é possível extrair outros objetivos, mais específicos:

- a) entender os aspectos históricos de uma doença como a Covid-19 e como os registros do que a população enfrentou por meio da imprensa são importantes para a memória coletiva da nossa sociedade;
- b) contextualizar o cenário político no Brasil e no Ceará durante o período pandêmico;
- c) fazer um levantamento quantitativo das matérias veiculadas no período para verificar quais temáticas foram mais abordadas no contexto da educação, quem eram os atores ouvidos nas reportagens, qual a frequência que esse assunto era abordado e outras informações relevantes;
- d) realizar uma análise narratológica desse material para identificar quais os enredos principais, como as temáticas foram construídas, quais eram os conflitos dominantes e como essas histórias foram contadas para o público; e
- e) reconstituir, a partir desses fragmentos noticiosos, um capítulo importante da história da educação brasileira, com ênfase especial na realidade cearense.

Para empreender tal análise, foi escolhido o Jornal O Povo, um dos mais antigos jornais cearenses e o único que ainda circula em formato impresso na capital. A pesquisa em ciências sociais precisa ter seu *corpus* bem definido, ser relevante, além de ter um recorte temporal delimitado. No caso desta tese, o corpus inicial se compõe de 102 arquivos de notícias e reportagens veiculadas pelo Jornal O Povo, no intervalo que corresponde ao dia 16 de março de 2020, data em que o governador Camilo Santana publicou o decreto Nº33.510, que instituía a situação de emergência em saúde e dispunha sobre medidas para enfrentamento e contenção

de infecção humana pelo novo coronavírus, até o dia 05 de maio de 2023, quando a Organização Mundial de Saúde declarou em Genebra, na Suíça, o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) referente à Covid-19.

Desta maneira, nos chamados tempos pós-modernos, com a dispersão dos fatos e necessidade de organizá-los para conhecimento da sociedade, torna-se inevitável a dúvida sobre o posicionamento dos meios de comunicação para dar fluxo às notícias, as quais em essência, sendo narradas cotidianamente, formariam a base para o entendimento da realidade, relacionando indivíduo e sociedade. (Silva; Motta, 2012, p. 2).

A presente pesquisa trata-se, portanto, de uma pesquisa hemerográfica, que toma por objeto de análise textos noticiosos de um dos mais importantes jornais do Estado: o Jornal O Povo. Fundado no dia 07 de janeiro de 1928 por Demócrita Rocha, o jornal que está prestes a completar 100 anos é o mais antigo em circulação no Ceará e o único que ainda preserva o formato impresso, mesmo que limitado à capital.²

Desde a sua fundação, o jornal se propôs a ser uma voz mais democrática e altiva, um representante da imprensa livre e capaz de se conectar com o seu público leitor. No fascículo especial em que se comemorou os 90 anos do Povo, a repórter Lucinhyia Gomes escreveu que o jornal

nascia corajoso e com o propósito de confrontar poderosos, desonestos, maus governantes. ‘Nunca será demais um novo jornal’, anunciava a primeira frase do editorial [...] O povo necessita de mais gritos que o estimulem, de mais vozes que lhe falem ao sentimento. Eis porque surgimos”. O povo se fazia identidade e também argumento. (Gomes, 2018).

O jornal, que na sua primeira edição contava com apenas 12 páginas e não tinha nenhuma foto, pouco a pouco foi caindo no gosto do público fortalezense. As quatro primeiras sedes estavam localizadas no Centro de Fortaleza, local que era palco dos assuntos mais importantes da cidade e do Estado como um todo. Só em 1973, a sede do periódico se mudou para o atual endereço, na avenida Aguanambi. Como uma empresa familiar, o jornal O Povo foi aumentando a sua abrangência e relevância na imprensa local e regional, ao adotar políticas, projetos e reformas modernizantes, especialmente nas últimas décadas do século XX. Foi nesse período que, além do jornal, novos veículos de comunicação surgiu, como a rádio e a emissora de televisão, e criou-se, então, o grupo O Povo de Comunicação.

Por toda esta história e trajetória, as narrativas publicadas pelo Jornal O Povo sobre as consequências da pandemia para a educação básica cearense foram escolhidas como objeto

² O Jornal O Povo deixou de circular no formato impresso pelo interior do Ceará em 2012.

de análise desta tese. Para atingir o objetivo proposto de levantar e analisar todas as notícias e reportagens publicadas sobre as consequências da pandemia para a educação foi feito um contato inicial, por meio do número do telefone do Acervo do veículo, disponível no portal do noticioso, mas sem sucesso. Essa tentativa de contato se repetiu, por mais algumas semanas, mas ainda sem resposta. Por ser jornalista e conhecer pessoas do meio, esta pesquisadora conseguiu, graças ao auxílio de um colega de profissão, uma intermediação com a seção de Acervo do Jornal O Povo. Foi solicitado, então, o envio de uma declaração por parte da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira (PPGE) que comprovasse o vínculo da pesquisadora com a universidade. O e-mail foi enviado no dia 01 de agosto de 2023 e no dia 12 de setembro de 2023, recebi uma resposta do Jornal O Povo, com instruções acerca do uso das reportagens e o pedido de assinatura de um contrato, além da solicitação de compartilhamento de uma pasta, na nuvem, onde o corpus da pesquisa pudesse ser armazenado. Ao executar todas as exigências, no dia 14 de setembro de 2023 recebi os arquivos que compõem o material de análise desta tese.

No total, a seção de Acervo do Jornal O Povo me enviou 102 arquivos em formato PDF.³ No total, 81 entraram para a análise por terem relação direta com o tema pandemia e educação. Na análise empreendida, iremos apresentar dados mencionados nas reportagens, verificar como os temas foram repercutidos e quais ganharam mais destaque e como essas narrativas foram construídas. Na mesma medida, será fundamental, para o aprofundamento do estudo, categorizar, analisar, contextualizar esse material, ou seja, qualificá-lo.

Quando me lancei ao desafio de fazer uma tese, tive o privilégio de escolher um tema que atravessa essas três áreas das Ciências Humanas que me são tão caras: o campo da História, Comunicação e Educação, num diálogo transdisciplinar, nos moldes apresentados por François Dosse (2003). Na perspectiva apresentada em sua obra, a transdisciplinaridade é um conceito extremamente rico, que aposta muito mais na relação entre saberes do que na divisão de áreas.

Para tirar ainda mais proveito dessas interações entre os campos dos saberes, o caminho proposto pela metodologia precisaria abranger e interseccionar essas três áreas do conhecimento. Bauer e Gaskell (2008) afirmam, em seu livro sobre pesquisa qualitativa, que uma cobertura adequada dos acontecimentos sociais exige a combinação de muitos métodos e dados sendo, dessa forma, bem-vindo todo o pluralismo metodológico. “A pesquisa social,

³ Vale ressaltar que não tive contato direto com o acervo: essa opção não foi me dada.

portanto, apoia-se em dados sociais – dados sobre o mundo social – que são resultados e são construídos nos processos de comunicação” (Bauer; Gaskell, 2008, p. 20).

Para os autores, esses dados sociais podem chegar até nós por meio de materiais sonoros, imagens e textos, sendo que esses últimos podem ser obtidos através da linguagem informal (no caso dos registros de falas espontâneas) e também da linguagem formal, em que são empregadas técnicas específicas de construção de textos e na qual os jornais se enquadram. Por sua vinculação com o meio social, por permitir as manifestações de variados sujeitos, por ser escrita por indivíduos contemporâneos aos acontecimentos, a imprensa contribui para a ampliação das pesquisas no campo histórico-educativo, principalmente aquelas com enfoque micro (regional e local), em que se enquadra a presente pesquisa, na medida em que possibilita a construção de novos olhares e problematizações, além da apreensão de variáveis que podem escapar da perspectiva macro (Bosco, 2013, p. 1119).⁴

Para contemplar os objetivos listados um pouco acima, esta tese está estruturada em sete capítulos. Na introdução, no qual o leitor se encontra, expomos o cenário desta pesquisa de uma forma mais ampla, elencamos os objetivos, um pouco da metodologia e estruturação do trabalho. Assumimos aqui a adoção de uma postura crítica, sócio-histórica, coerente com toda a complexidade que envolve os processos humanos e também os aspectos simbólicos que estão presentes em nossa engrenagem social, incluindo aí a educação e a imprensa.

O segundo capítulo dialoga com o campo da História para entender como uma doença pandêmica pode apontar aspectos tão reveladores da nossa organização social. Para isso, nos aproximamos das teorias difundidas no século XX pelos representantes da Escola dos Anállies, que propuseram uma história que observa aspectos mais triviais da nossa sociedade, fatos que ocorrem fora dos gabinetes e dos anúncios oficiais. A saúde e a doença, por exemplo, temas que tangenciam esta tese, passam a ser pontos importantes de observação e análise, assim como outras abordagens e agentes que passaram a ter vez e voz com essa corrente. É o triunfo da história cotidiana, do que se revela ouvindo pessoas comuns, analisando traços corriqueiros da sociedade, como a gastronomia, as artes, os esportes e a moda. Dentro dessa perspectiva, o jornalismo se torna uma importante fonte histórica e registro dessa história imediata, que é contada diariamente pelos meios de comunicação.

⁴ É importante mencionar, porém, que apesar de ser uma fonte rica e pertinente de análise, os jornais têm vieses e posicionamentos que precisam ser considerados pelo pesquisador, posto que esses veículos são empresas, que representam interesses econômicos, políticos e empresariais bem definidos, que buscam a penetração em uma parcela específica do público e que os jornalistas, por mais que almejam a imparcialidade, trazem em seus textos parte de suas crenças, valores e visões de mundo.

No terceiro capítulo enfocamos o contexto em que a pandemia se manifestou: um mundo globalizado, com um Estado enfraquecido e com relações sociais transformadas por diversos fenômenos sociais, políticos e econômicos. Além disso, nos detemos a analisar o contexto propício que o coronavírus encontrou para se propagar no Brasil, dado o cenário político estabelecido à época da pandemia. Outro ponto abordado foi como o Ceará e a região Nordeste como um todo representaram resistência às políticas negacionistas disseminadas pelo Governo Federal.

Os aspectos educacionais implicados pela pandemia serão abordados no quarto capítulo. Neste tópico, entraremos no campo da educação, com as correntes teóricas que mais embasam o dia a dia nas escolas brasileiras, como os pensamentos de Piaget e Vygotski. Nos debruçaremos também sobre a obra de João dos Santos, demonstrando o impacto revolucionário que o afeto tem na educação das crianças em idade escolar. Para encerrar o capítulo, vamos entender como a educação virou um direito de todas as crianças e adolescentes no Brasil e como é a organização do nosso sistema escolar.

No quinto capítulo traremos a análise dos jornais. Por estarmos interessados em entender que histórias sobre pandemia e educação foram contadas pela imprensa local, com que frequência, que atores estavam envolvidos nessas histórias e, principalmente, como os conflitos foram construídos, utilizaremos nesta tese o método proposto pelo jornalista e professor da Universidade de Brasília e da Universidade Federal de Santa Catarina, Luiz Gonzaga Motta: a Análise Crítica da Narrativa. Na sua obra, o autor parte do princípio de que a existência humana é construída a partir de narrativas que significam e fundamentam toda a nossa vida em sociedade: fazemos isso o tempo todo, a todo tempo, desde que o mundo é mundo. Além de sermos narradores, somos também atores, antagonistas, protagonistas e personagens das nossas narrativas e daqueles que nos rodeiam.

Motta faz um mergulho no mundo da narratologia, que é um campo de estudos que se volta para as narrativas humanas, mas com uma abordagem que foge do viés estruturalista e funcionalista, mais tradicionais nesse campo, e se concentra na proposta de construção de sentido. É por meio das narrativas, defende o autor, que produzimos e construímos os acordos sociais, a moral, a política, os tratados religiosos e as negociações entre nações. Toda essa potência da narrativa implica, necessariamente, que sobre ela também recaiam questões de poder que regem a nossa sociedade. Por isso, Motta propõe um caminho próprio de investigação, em que são feitas avaliações profundas, escrutinantes, atentas e contextualizadas desta forma de registro do mundo.

Nessa perspectiva, a análise da comunicação narrativa proposta neste livro pretende servir como instrumento interpretativo, uma técnica hermenêutica que revele processos de representação e de constituição da realidade historicamente situados, onde há confrontos com outras representações possíveis. (Motta, 2013, p. 23)

As narrativas estão presentes em todos os campos, inclusive nos que compõem esta tese: História, Comunicação e Educação. A História, na visão do autor, é uma narrativa dos acontecimentos humanos que tem uma essência cronológica. O historiador colhe fatos, indícios e vestígios e constrói, com base em uma coerência narrativa, uma versão dos fatos e isso, de certo modo, é uma versão da história, entendimento esse que passou a ser mais aceito na virada do século XX, com os adeptos da nova história. O relato histórico, na visão do autor, tem pontos em comuns com o jornalismo porque ambos representam uma narrativa objetiva do mundo, fática, que busca se aproximar da realidade tal qual ela é e, por isso, se distancia das formas mais clássicas de narrar, que o autor designa como subjetivas, tais como os contos, os mitos e a literatura.

Com o advento dos meios de comunicação em massa, os discursos produzidos pela mídia tornaram-se mais abundantes e abrangentes, se espalhando por múltiplos canais e plataformas, como o jornal, a televisão o rádio, a internet e mídias sociais; uma sociedade mediada que proporciona “um conhecimento indireto do mundo”. (Motta, 2013, p. 88). Por serem narrativas não clássicas, os discursos midiáticos exigem uma atenção especial do analista, já que a coerência da mensagem é construída com base em muitas singularidades: quem são os protagonistas, os antagonistas, que cenário histórico contextualiza o fato narrado, quais são as metanarrativas envolvidas? Esta é uma abordagem, então, que vem se mostrando fértil para o campo das *hard news*, ou seja, aqueles temas que interessam ao jornalismo diário por permitirem uma reorganização temporal destes acontecimentos, por ser um método que combina uma dimensão mais cronológica com uma abordagem mais sintética, que transforma eventos aparentemente aleatórios em uma totalidade significante.

O tempo no relato jornalístico é difuso, anárquico, invertido. Por isso, a lógica e a sintaxe narrativa só despontarão se pudermos reconfigurar os relatos como unidades temáticas, intrigas que contenham princípio, meio e final de uma estória⁵ única [...] a analista junta as pontas, encontra conectivos e encadeamentos narrativos, os antecedentes e os consequentes, recompõe a serialidade, a sequência e a continuidade da intriga [...] O analista precisa identificar os conflitos, posicionar personagens, descortinar o clímax e o desenlace da intriga. (Motta, 2013, p. 96-97).

⁵ Usaremos nessa tese o termo estória, seguindo a classificação adotada pelo professor Luiz Gonzaga Motta. Por mais que o termo não exista na Língua Portuguesa, ele optou em seguir a tendência que os estudiosos em narrativa utilizam, de usar a palavra estória para designar as narrativas mais subjetivas e história para se referir a narrativa referencial.

O autor defende que a análise da narrativa jornalística remete às questões da história do presente, que tiveram seu horizonte expandido por conta dos meios eletrônicos, como a televisão e suas transmissões ao vivo e, mais recentemente, com a internet e a instantaneidade das mídias sociais. Os receptores da mensagem precisam estar inseridos dentro de um contexto social, de memória e culturas compartilhados para captar e construir o significado dessas mensagens. Por isso, para Motta, o jornalista é uma espécie de antropólogo da atualidade.

2 PANDEMIA E A HISTÓRIA DAS DOENÇAS

2.1 A história dos pequenos e grandes acontecimentos

No que concerne ao senso comum, a História é uma ciência que se apoia naquilo que é oficial, nos grandes momentos e nomes de uma nação, nos documentos empoeirados que recontam estes fatos, nas decisões tomadas em palácios, gabinetes e atos institucionais. E, de fato, por um certo período, a História foi contada a partir do prisma dos vencedores, dos poderosos e dos dominadores. Mas, com o passar do tempo, outros aspectos passaram a ser valorizados neste campo do conhecimento.

Os historiadores do século XX foram influenciados pela Escola dos Annales, movimento fundado em 1929 e liderado por Lucien Febvre e Marc Bloch. A proposta dos franceses foi considerada revolucionária porque ampliava o escopo dos estudos históricos rompendo com a Filosofia, se aproximando das Ciências Sociais e trazendo uma visão mais plural deste campo do conhecimento. Assim, a História começava a se abrir para os acontecimentos do quotidiano, penetrando em outros espaços sociais (Burguière, 2011). “Como muitos outros objetos de investigação recentes, o quotidiano tem também uma história, no seio da ciência histórica” (Duby *et al.*, 1994, p. 87)

A Escola dos Annales rompeu, assim, com o viés positivista predominante até então, em que a escrita da história e a narrativa dos grandes acontecimentos políticos desconsideravam a luta das pessoas comuns, dos subalternos e derrotados (Said, 1998). Ao analisar as contribuições da Escola dos Annales, o autor há pouco citado expõe que seus pensadores ousaram romper com o tempo histórico tradicional, ao proporem que os eventos podem e devem ser analisados como acontecimentos, num olhar mais imediato; como conjunturas, que é uma análise mais longa, e também como estrutura, que é um mergulho ainda mais profundo. História e tempo, portanto, guardam uma relação intrínseca entre si. Um acontecimento ocorre num recorte temporal definido e, para se tornar histórico, deve ter alcançado um grau de relevância para um grupo e um contexto social e ter sido registrado de alguma forma. “O historiador conta uma história, uma história que ele forja recorrendo a um certo número de informações concretas” (Duby *et al.*, 1994, p. 13)

Desta forma, ao permitir analisar tais acontecimentos, os criadores dos Annales propuseram um olhar mais apurado para o cotidiano, com seus eventos banais, mas extremamente reveladores. Eles compreendiam esses espaços como lugares privilegiados de observação, que deslocam a perspectiva dos estudos históricos para pessoas e acontecimentos

comuns da vida em sociedade, revelando espaços, personagens, tensões e estruturas. E que é papel dos historiadores utilizar este material que vem do nosso dia a dia como um objeto científico (Duby *et al.*, 1994).

A História, vai nos explicar Halbwachs (1990), é a memória universal do gênero humano. Ela une a nossa memória enquanto indivíduos, que é limitada ao nosso espaço e tempo, à memória coletiva, que nos possibilita fazer conexões com o tempo histórico, social, que é externo aos indivíduos.

A memória coletiva, para Halbwachs, desempenha um papel fundamental nos processos históricos. Por um lado, dando vitalidade aos objetos culturais, sublinhando momentos históricos significativos e, portanto, preservando o valor do passado para os grupos sociais. Por outro, sendo a guardiã dos objetos culturais que atravessam os tempos e que, então, podem vir a se constituir em fontes para a pesquisa histórica. (Schmidt; Mahfoud, 1993, p. 293)

Por isso, tomando como exemplo o objeto deste estudo, a pandemia da Covid-19 certamente é um evento histórico em torno do qual se construíram memórias coletivas de grupos específicos - como os jornalistas, os profissionais da linha de frente, os ativistas sociais, os governantes, os artistas, os desempregados, os enlutados – e também as memórias individuais. É o que Halbwachs (1990) vai chamar de história vivida, um período que se distingue dos demais, que estampará os livros e os jornais, mas de uma forma bem incompleta e, por vezes, distinta das nossas recordações pessoais.

Eis um grande desafio para a história da humanidade: não permitir que o tempo apague o que foi vivido em outros contextos e civilizações. Foi por isso que, no século XX, um outro paradigma se impôs para os historiadores: além de olhar para o passado, tornou-se imperioso encarar o presente, analisar o que estava acontecendo bem debaixo dos nossos narizes, o que afetava a nossa vida e das pessoas que nos cercam, naquele movimento exaustivo de ser testemunha ocular dos eventos históricos. Para Nascimento, Carvalho e Marques (2006, p. 11), esse processo acabou valorizando a realização de estudos síncronos ou simultâneos:

A partir de então, desenvolve-se um movimento de ampliação do campo de atuação dos historiadores, tanto com a incorporação de objetos até então considerados indignos da sua atenção quanto com a adoção de perspectivas teóricas advindas de outras disciplinas [...].

Temas corriqueiros como os hábitos individuais, a vida privada, a culinária, a moda, bem como a saúde e as doenças passaram a ser vistos pelos historiadores com mais atenção, por revelarem elementos importantes da vida em sociedade, do contexto econômico, social e político de um tempo histórico. Como o tema deste trabalho está relacionado a uma pandemia,

vamos nos aproximar e aprofundar dessas discussões que circundam a história das doenças no tópico seguinte.

2.2 As doenças são fatos históricos

As enfermidades sempre assombraram a humanidade. Há registros de pestes em várias civilizações e, num período anterior ao desenvolvimento da ciência e da medicina, “as especulações do mundo antigo fizeram da doença, na maioria das vezes, um instrumento da ira divina” (Sontag, 1984). Apesar de estar presente nos registros bíblicos, foi na Idade Média que a lepra se tornou uma doença endêmica, por conta das Cruzadas, do crescimento das cidades e da comercialização de produtos. Como era uma doença crônica, mas não potencialmente letal, ela causava um enorme desconforto social. “As deformidades físicas causadas pela lepra chocavam o homem medieval, para quem o corpo nada mais era do que um reflexo do espírito.” (Pinto, 1995, p. 132). As autoridades da época - Igreja e Estado – precisaram criar estratégias para conter o avanço da doença e foi assim que surgiram os leprosários. O confinamento compulsório, aliado à grande mortandade que ocorreu com a Peste Negra, em 1348, contribuíram para deixar a doença mais controlada no continente europeu.

Assim como ocorreu com a lepra, ao longo da história da humanidade outras enfermidades surgiram e impuseram transformações nas mais diversas esferas da sociedade, na forma dos indivíduos se relacionarem uns com os outros, seus comportamentos e dinâmicas de vida: peste bubônica, tuberculose, câncer, poliomielite, malária, AIDS e, mais recentemente, a Covid-19. Todas essas doenças surgiram no meio de nós, expuseram a grande fragilidade e a finitude da vida humana, transformando o nosso modo de viver. “A doença, ao significar a iminência da morte, do falecer do corpo, leva, muitas vezes, os homens a buscarem uma explicação para o porquê de tanto sofrimento e, consequentemente, a questionarem suas práticas e seus valores morais.” (Silva, 2007, p. 90).

Com o espaço aberto pela Escola dos Anais, as doenças penetraram nos domínios da História sem serem consideradas um corpo estranho. Elas revelam como a sociedade enfrenta tais calamidades e como se estruturam as defesas humanas – sejam elas biológicas ou sociais – para se adaptar e sobreviver à nova ameaça (Burguière, 2011).

É que as enfermidades, na visão de Oliveira (2021), provocam muitas rupturas e são amostragens de importantes aspectos da organização social. A autora explica que o homem doente expõe sua vulnerabilidade mais absoluta, a ponto de confiar sua vida nas mãos de outra pessoa; no campo científico, a moléstia desafia pesquisadores e cientistas a buscarem soluções

rápidas para aquela mazela. E, socialmente, as doenças alteram, de forma significativa, o modo de conviver das pessoas.

Assim, as doenças - especialmente as endêmicas e epidêmicas - são muito mais que acontecimentos biológicos porque guardam elementos sociais, podem ser situadas no espaço e no tempo, nos dão pistas sobre a organização médica-sanitária, os hábitos alimentares e de higiene da população, o acesso à saúde e políticas públicas e, portanto, são passíveis de serem analisadas pelos estudos históricos. A autora explica que contextualizar os adoecimentos é se apoiar no conceito de consciência histórica, uma forma de entender o tempo presente a partir do que a humanidade já enfrentou.

2.2.1 História da saúde e das doenças no Ceará e no Brasil

Acredito ser oportuno analisar a história do Ceará, entrelaçando com a do Brasil em alguns momentos, sob o prisma da saúde e do adoecimento da população. Esta análise se torna mais rica a partir do século XIX já que, como explicam Oliveira (2018) e Barbosa (1994), o Ceará era tão inexpressivo economicamente no período colonial e imperial que ele ficou alijado do compartilhamento dos saberes médicos e científicos que começavam a se desenvolver na Europa.

Oliveira (2018) chama a atenção para que, quando se fala da história da saúde e da doença no Ceará, é preciso sempre trazer à tona o viés social e as profundas desigualdades que moldaram historicamente o nosso Estado. As secas cíclicas que sempre assolaram nosso território aprofundaram a gravidade dos adoecimentos e aumentaram o abismo existente entre a região Nordeste e a região Sul/Sudeste, onde as práticas médico-sanitárias começavam a se aperfeiçoar, graças aos ciclos econômicos, como o café, produto de exportação que exigia protocolos mais modernos e uma vigilância epidemiológica mais efetiva (Barbosa, 1994).

A cultura algodoeira trouxe avanços econômicos para o Ceará e inseriram a região num projeto modernizador, que incluía o campo da saúde. Pinheiro (2014) aponta que Fortaleza experimentou, neste período, em alguns segmentos da sociedade, a busca de um estilo de vida mais próximo do europeu, no vestuário, na cópia de alguns hábitos e costumes e também nos projetos arquitetônicos, com a construção de praças e edificações inspiradas nas do velho continente, além de obras de saneamento e higienistas. O fenômeno foi observado também em outras cidades do país, especialmente na capital federal.

Foi neste período, a segunda metade do século XIX, mais precisamente em 1861, que o prédio da Santa Casa de Misericórdia foi inaugurado, sendo o primeiro hospital instalado

em território cearense. Essa instituição foi fundada em Portugal, era dirigida por membros da Igreja Católica e a replicação do seu modelo era uma estratégia de dominação portuguesa sobre o Brasil (Ferreira, 2017).

A Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza foi erguida num endereço que simbolizava a modernização da cidade – defronte ao Passeio Público - e que atraiu a atenção da elite local, que apoiou e ajudou a manter o espaço. Até então, todo o serviço de saúde do Ceará e de Fortaleza se limitava aos chamados médicos da pobreza, que tinham uma atuação muito restrita, das ações de caridade, assistencialismo e também das credícies populares (Lima, 2014). Neste período, a própria concepção do hospital denotava uma ideia de progresso, pois ele era um espaço que inspirava a prática da medicina moderna, onde era possível encontrar equipamentos até então desconhecidos, como o aparelho de raio-x, e os doentes eram tratados por médicos formados no Rio de Janeiro e na Bahia. Além disso, o hospital não era visto como um lugar de desengano e sim um espaço de busca de cura. Mas, apesar de representar todos esses avanços, a Santa Casa, desde a sua fundação, sofreu com problemas de financiamento (Oliveira, 2018).

No século XX, a erradicação das doenças endêmicas e epidêmicas que ainda assolavam o país de norte a sul passou a ser encarada como uma ação fundamental, um projeto modernizante para o novo século que se iniciava. Começava a se instalar, em nosso território, a ideia não apenas de tratar os males trazidos pela doença, que representavam atraso, estigma e sofrimento, mas de prevenir esses acometimentos (Tamano, 2017).

Deste modo, a partir de 1920, o país assistiu a um lento processo de interiorização dos serviços de saúde, com o Estado como formulador e gestor da política de ‘salvação nacional’ por meio do saneamento e da saúde pública [...] Assim, esse movimento em direção a uma reforma sanitária no país foi o caminho para a construção da nação e a higiene o instrumento por excelência das tentativas de erradicação das várias doenças que grassavam no interior do Brasil. (Lima, 2014, p. 132).

Neste período, ainda eram inúmeras as pestes que assolavam a população cearense. Lepra, paludismo, cólera, varíola, febre amarela, doenças digestivas e venéreas, como a sífilis, assombravam homens, mulheres, crianças, jovens e idosos e deixavam um rastro de letalidade e sofrimento para a população. Mesmo com a imensa agonia provocada, toda e qualquer prática inovadora ainda era encarada com resistência pela população. Rodolfo Teófilo foi um símbolo dessa mentalidade e enfrentou muitas barreiras para conseguir vacinar parte da população contra a varíola. Ele precisou desconstruir mentiras e tabus - assim como ocorreria mais de um século depois com a vacina da Covid-19 - publicar estatísticas nos jornais para tentar provar, com dados, a eficácia da imunização, procurar padres e sacristões para tentar ter acesso aos

bebês que iam se batizar (Leal, 2019). Um esforço solitário e que ainda contava com uma campanha contrária à vacina promovida pela oligarquia Acioly.

Diferentemente de Osvaldo Cruz, a ação de Rodolfo Teófilo se dá sem ação do governo. Pelo contrário, o poder público tenta, de todas as maneiras, dificultar o seu trabalho. A partir de 1905, quando a luta contra a varíola já apresentava resultados surpreendentes, o jornal “A República”, órgão que representava os Acioly, iniciava uma torpe campanha para desmoralizar a vacina. A acusação era de que, no lugar de proteger contra a doença, a vacina poderia levar à morte. (Barbosa, 1994, p. 73).

Com a chegada de Franco Rabello ao poder, em 1912, o governo cearense passou a se envolver mais com as questões de saúde pública: houve a divisão do estado em distritos de saúde, uma preocupação mais direcionada com o adoecimento das crianças e, ainda, a criação de uma polícia médica (Lima, 2014). Outro marco desta década foi a criação, em 1913, do Centro Médico Cearense que “[...] possibilitou à classe médica uma maior participação e visibilidade dentro da cidade e também permitiu que aos poucos esses profissionais tivessem uma participação mais direta nos assuntos ligados à saúde pública” (Garcia, 2011, p. 14).

Com o avançar do século XX, no âmbito nacional, o governo federal foi ampliando o seu poder normatizador para controlar as questões sanitárias de higiene e saúde pública. Mas o caminho seria repleto de desafios. Jucá (2022) revela que, até 1928, o fornecimento de água potável na capital, Fortaleza, era realizado por meio de depósitos de madeiras carregadas por animais.

Além do parco atendimento, limitado à área central e imediações, a água salobra - popularmente denominada “água pesada” - levava os moradores, que não dispunham de recursos para construir cisternas, ou depender “das carroças d’água”, que percorriam diferentes bairros, vendendo água de melhor qualidade. Por isso, o serviço de abastecimento dependia mais da iniciativa particular do que do poder público (Jucá, 2022, p. 234)

Neste contexto, foi criado o Código Nacional Sanitário de 1920 e o Ceará foi um dos 11 estados que firmaram parceria com o governo federal. O movimento sanitarista ganhou mais força, começando pelas cidades e se expandindo para os sertões. Os médicos que integravam o movimento fizeram denúncias contundentes em forma de relatórios: a situação precária enfrentada pela população (deficiência alimentar, ausência de hospitais, médicos ou remédios, suscetibilidade ao poder local, parcas economias, grande número de enfermos), retratava o abandono do poder público e a dependência dessas pessoas em relação aos mandatários locais (Tamano, 2017, p. 106).

Após a criação, em âmbito nacional, do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) e do Serviço de Profilaxia Rural (SPR), a saúde no Estado do Ceará conseguiu alguns

avanços. Entre eles, a construção da Santa Casa de Misericórdia de Sobral, em 1925. Para Barbosa (1994), o SPR marca, no Estado, o início de práticas sanitárias mais modernas, patrocinadas pelo poder público. Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, foi fundado o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP). Por estar inserido num governo autoritário, as ações desta pasta tinham um viés centralizador, que atendia a um antigo anseio dos sanitaristas (Tamano, 2017).

Mas isso não afastou o drama das epidemias. Entre 1937 e 1940, o Ceará, mais precisamente a região do Vale do Jaguaribe, registrou um grande surto de malária. O mosquito *Anopholes gambiae* era o vetor da doença, que acometeu mais de 80 mil pessoas e deixou um saldo de 16 mil mortos (Leal, 2019). Assim como ocorreria na pandemia da Covid-19 décadas depois, este foi um período de modificação dos rituais fúnebres. Muitas vítimas fatais foram enterradas sem receber o sacramento da extrema unção, o que, para os homens e mulheres de fé católica do sertão, era algo inacreditável.

Figura 1 – Representantes do Serviço de Malária do Nordeste, em 1940, em residência no Ceará.



Fonte: Nascimento (2021).

Para o enfrentamento da enfermidade, foi fundamental o apoio externo, a exemplo do que fez a Fundação Rockefeller, já que a infraestrutura de saúde era ineficiente, não havia leitos de hospitais e nem verbas para sanar a calamidade de saúde. Uma das medidas adotadas para conter o avanço do mosquito foi a dedetização das residências, conforme registro apontado há pouco.

Os índices de mortalidade infantil no Estado, nesse período, também eram alarmantes. Jucá (2022) aponta que, neste período, ¼ das crianças morriam antes de completar um ano, o que significa a vida de 2 mil pequenos fortalezenses. Essa estatística de mortandade elevada se relaciona às condições precárias de higiene, contaminação de alimentos e também guardavam uma relação estreita com as deficiências econômicas do Estado e, consequentemente, de sua população. "A Câmara Municipal de Fortaleza constatou que apenas 2% das crianças que morriam pertenciam às famílias ricas, 20% de classe média e a maioria, 70% à pobreza." (Jucá, 2022, p. 293). No inverno, a morte dos inocentes alcançava patamares ainda mais elevados, em virtude da proliferação de infecções gastrointestinais e viroses, que acometiam ainda com mais violência o público infantil.

Foi neste contexto, que, em 1913, o médico cearense Abdenago Rocha Lima fundou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Ceará (IPA-CE). A instituição filantrópica teve um caráter pioneiro, ao se ocupar de um tema tão relegado - o bem estar de meninos e meninas invisibilizados pela pobreza - inserir os cuidados médicos na infância, incluir a família nesse cuidado e por tratar o assunto de uma forma mais pedagógica e preventiva.

Assim, os objetivos dessa instituição retrataram as mais modernas concepções de médicos e higienistas sobre a infância da época, sobretudo no que diz respeito à compreensão da questão central para os altos índices de mortalidade entre as crianças, qual seja, a falta de instrução/educação das mães nos cuidados com os filhos, principalmente no que competia à alimentação. Desse modo, buscando preencher as lacunas deixadas pelo Estado, no âmbito da assistência à saúde infantil, a partir da construção de um verdadeiro complexo assistencial, incumbiu-se da missão de salvar a primeira infância, especialmente levando noções de higiene às mães; garantindo a oferta de leite de boa procedência para as crianças pobres; combatendo as enfermidades que as acometiam; conferindo certificação para amas de leite rigorosamente avaliadas; fornecendo asilo para gestantes em situação de vulnerabilidade social, além de acompanhamento médico gestacional e assistência para a realização de partos, através da criação de sua própria maternidade. (Lima, 2024, p. 367)

Vale lembrar que o Estado, neste período, ainda não contava com uma Faculdade de Medicina, que só seria fundada em 1948, tendo como ideal trazer para cá o que havia de mais moderno na área, que fervilhava com os conhecimentos adquiridos durante a 2ª Guerra Mundial (Leal, 2019). Os profissionais médicos, até então, para se formarem, precisavam deixar suas famílias para estudar em outros centros, como a Bahia e o Rio de Janeiro⁶. Mas, apesar

⁶ Esse movimento que levava cearenses a irem estudar Medicina em outros estados, começara no século XIX, com a fundação das primeiras escolas médicas no Brasil, após a chegada da família Real, em 1808. Mas, é na segunda metade do século, a partir de 1850, que mais cearenses começam a ter essa oportunidade, ao contar com o auxílio de padrinhos ou de filantropia (Leal, 2016, p. 93).

dos planos e avanços obtidos no campo da saúde, a situação do Ceará ainda era de grande desamparo à população adoecida, especialmente no interior.

A realidade sanitária do Ceará era a mais precária possível, com um serviço público ineficiente, por possuir um reduzido pessoal e verbas inexpressivas para o atendimento de 2.300.000 pessoas [...] Todo o interior do Ceará só dispunha de 40 leitos hospitalares para doentes particulares. Fortaleza dispunha de 302 leitos, em suas 9 casas de saúde. As necessidades mínimas iriam a uma cifra dez vezes superior às acomodações hospitalares oferecidas ao público. (Leal, 2019, p. 143).

Com a criação do Ministério da Saúde, em 1953, as ações de saúde em âmbito nacional passaram a ser mais sistematizadas e cresceu, neste período, a noção que políticas públicas de promoção à saúde precisavam ser elaboradas. Foi nesse contexto que a Lei n. 2.312/1954 foi promulgada: ela estabeleceu que era dever do Estado e da família proteger a saúde dos indivíduos.

Na década de 1960, de acordo com dados da Fundação Nacional de Saúde, o país começou a obter avanços ao lançar campanhas nacionais de erradicação de doenças como a malária e a varíola (Brasil, 2017). No Ceará, neste período, os casos de poliomielite, mais conhecida como paralisia infantil, doença provocada pelo poliovírus e que pode acometer adultos e crianças não-vacinadas, começaram a crescer e se multiplicaram até a década de 1980, deixando uma geração de crianças com sequelas (Nascimento, 2021).

Foi também neste período que o Brasil foi tomado de assalto pelos militares que deram um golpe contra o Estado Democrático de Direito – ou seja, um Estado no qual os direitos universais e as liberdades individuais são garantidas – e instauraram uma Ditadura Militar. Foram anos de ruptura e mudança de prioridades. No campo da saúde, apesar do avanço do número de leitos, hospitais e atendimentos, essa melhora foi relativa, já que houve um grande incentivo para a privatização dos serviços médicos.

Criou-se, assim, convênios e contratos com a maioria dos médicos e hospitais existentes no país. Essa forma de organização levou à criação em 1978 do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), que pagava aos hospitais particulares o atendimento dos segurados. Além disso, levou-se, também, à criação de um sistema médico-industrial, com aumento do consumo de medicamentos, baseados em uma medicina curativista; capitalização dos grupos envolvidos nesse sistema e, ainda, ampliação de hospitais da rede privada. (Carvalho; Santos, 2015, p. 59).

Com a redemocratização do país, a mobilização de vários segmentos da sociedade e a promulgação da Constituição de 1988, finalmente se estabeleceu um novo paradigma para a saúde no país. Ela passou a ser vista de forma mais abrangente, entendida como um bem-estar físico, mental e social. O artigo 196 descreve, de maneira contundente, que a saúde é direito de

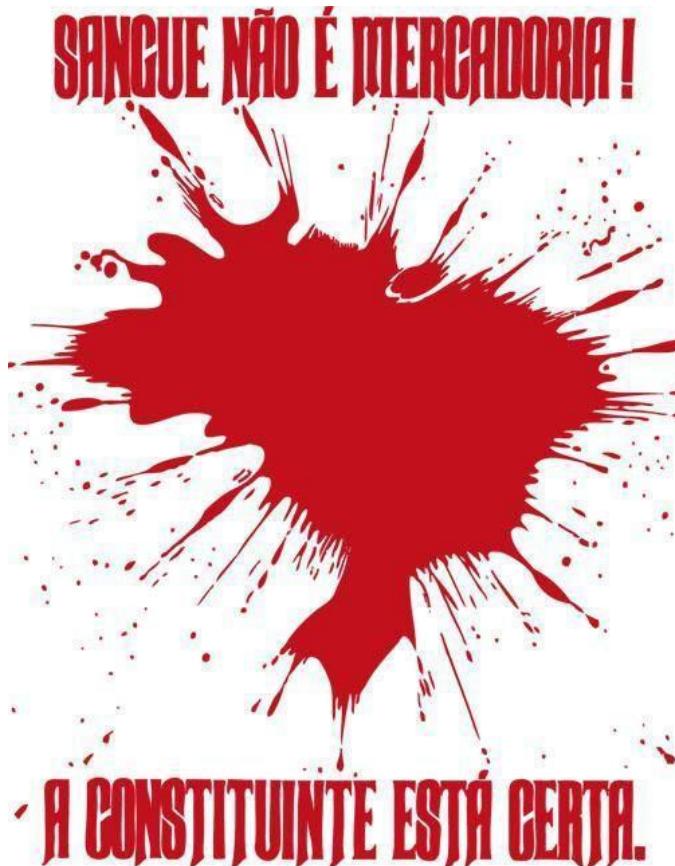
todos e dever do Estado, deve ser garantida mediante a adoção de políticas sociais e econômicas que reduzam o risco de adoecimentos e que garantam acesso universal e igualitário às ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde. E isso é infinitamente mais abrangente do que apenas tratar as doenças do corpo.

Essa definição conceitual adquire sua versão prática com a instituição formal do SUS, quando no Capítulo II, artigo 198 da mesma Constituição, é relatado que as ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada, hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as diretrizes: descentralização, atendimento integral e participação da comunidade. Assim, estava criado o Sistema Único de Saúde, resultado de uma política social e universalista, que tem a Constituição Federal e as Leis nº 8.080 e nº 8.142, ambas de 1990, como sua base jurídica, constitucional e infraconstitucional. (Souza; Costa, 2010, p. 511).

Com o Sistema Único de Saúde (SUS), o acesso à saúde passou a ser universal, acessível a todos os cidadãos, independente de ele estar empregado e contribuir com a Previdência Social. Com o passar dos anos e a implementação de políticas públicas, a grandiosidade deste sistema foi tomando forma. Sabe o Zé Gotinha, aquele bonequinho simpático tão relegado por bolsonaristas durante a pandemia da Covid-19? Ele é o símbolo lúdico do Programa Nacional de Imunizações, que possibilitou a erradicação de doenças como a poliomielite, em 1994. As ambulâncias e os socorristas do SAMU – que cruzam o Brasil com a urgência imperiosa de quem precisa salvar uma vida? Também são uma materialização do SUS. Foi graças a este sistema de saúde tão atacado, que um procedimento complexo como um transplante de fígado, rins ou coração se tornou possível para o Faustão e para seu Fausto da esquina - um apresentador famoso e um brasileiro anônimo.

A grandeza do SUS é proporcional aos desafios que ele enfrenta desde a sua fundação. Enquanto o sistema estava sendo estruturado, na década de 1980, até o sangue humano era encarado como mercadoria e podia ser comercializado, sem nenhum escrúpulo. Uma permissividade fatal num mundo acometido por um novo e desafiante vírus: o HIV, que é a sigla em inglês para traduzir o vírus da imunodeficiência humana. Como ataca o sistema imunológico, ele baixa as defesas do organismo, debilita o estado geral do paciente e o deixa suscetível a infecções oportunistas, gerando sintomas como a perda de peso e de apetite, febre, suores, erupções na pele (Sarcoma de Kaposi).

Figura 2 – Cartaz contra a mercantilização de produtos hemoderivados.



Fonte: Mathias (2018).

Este vírus se alastrou pelo mundo e permitiu que, junto com ele, viralizasse também uma enorme carga de medo, estigma e preconceito. Isso porque, no início, a doença misteriosa atacava, principalmente, os homossexuais e os usuários de drogas. E a forma de contaminação envolvia sexo e sangue.

Lima (2021) chama a atenção para o fato desta doença ter sido a primeira a ser extremamente explorada pelos meios de comunicação de massa, já que o final do século XX era um período de plena expansão desta tecnologia, com o aprimoramento das transmissões televisivas ao vivo e o fortalecimento da cobertura internacional nos noticiários brasileiros. A AIDS foi apresentada à população brasileira via páginas de jornais e telas de televisão. Os profissionais da comunicação exploraram o total desconhecimento dos cientistas e médicos sobre suas formas de transmissão e tratamento, contribuíram para construir um estigma com o chamado público de risco - homossexuais, hemofílicos e usuários de drogas -, mostraram as tensões oriundas da crise de saúde pública e retrataram as transformações sociais que aquele “mal” provocou, como as normas rígidas para a realização de uma doação de sangue e as campanhas pelo uso de preservativos para a prevenção às doenças sexualmente transmissíveis.

“Podemos dizer que essa doença, dentre suas peculiaridades, caracterizou-se como um fenômeno social, porque além dos impactos decorrentes do seu aspecto biológico, ela contribui para a mudança de estruturas sociais, de comportamentos e mentalidades.” (Lima, 2021, p. 37).

Assim como ocorreu há quase meio século na epidemia da AIDS, a pandemia da Covid-19 também nos trouxe mudanças profundas em diversas esferas, como nos campos sócio-histórico, científico, tecnológico e educacional. Ela foi uma emergência mundial com muitas especificidades do seu tempo histórico, a segunda década do século XXI. Foi um adoecimento que deixou, momentaneamente, a comunidade médica e científica sem respostas, num período em que o mundo já não se preocupava tanto com peste e grandes colapsos epidêmicos, devido aos avanços tecnológicos e das pesquisas em geral. Mas, ao se deparar com o seu poder devastador, letalidade e ineditismo, começou-se a olhar para experiências passadas em busca de soluções (Oliveira, 2021).

A Covid-19 também foi um adoecimento que se deu sob os holofotes midiáticos, mas a diferença é que as informações agora circulavam e se espalhavam com a mesma velocidade vertiginosa do vírus devastador. E contavam com um ingrediente ainda mais perverso: as informações falsas, as famosas *fake news*, que tornaram a emergência ainda mais perigosa.

Esse fenômeno começou a crescer em escala mundial em 2016, durante e após as eleições americanas que foram vencidas por Donald Trump. Naquele pleito, uma estratégia perversa - que unia desinformação, ataque à imprensa, às instituições e o uso de dados dos usuários pelas gigantes empresas que controlam a internet – foi usada e seus efeitos se mostraram extremamente nocivos para a sociedade e as democracias globais. (Rodrigues; Bonone; Mielli, 2020).

A fórmula testada e aprovada nos Estados Unidos foi reproduzida nos trópicos por Jair Bolsonaro. Sua eleição, em 2018, ocorreu após uma campanha que foi muito além de um embate político acirrado, como ocorria tradicionalmente no Brasil, em que o marketing eleitoral elaborava estratégias para desconstruir as propostas do adversário. A alquimia dessa eleição, totalmente inspirada no modelo trumpiano, foi construir a imagem de um candidato que fugia do padrão político tradicional, um homem simples, que usava caneta Bic e comia churrasquinho com farofa; um herói sem capa, que quase virou um mártir em praça pública e sangrou pelo seu país. Um capitão sem meias palavras que conseguiu canalizar a raiva, a ira e o desencanto de uma parcela significativa da população, além dos fascistas e liberais que se agradavam naturalmente da ideologia proposta pelo candidato (Empoli, 2019).

Outra arma poderosa da campanha foram narrativas falsas, disparos em massa de *fake news* e o financiamento dessas iniciativas por parte de empresários de extrema-direita.

A eleição presidencial de 2018 constituiu um marco no uso das fake news no Brasil [...] Mais do que em nenhuma outra eleição documentada na história do país, em 2018 as notícias falsas se transformaram em tática eleitoral de longo alcance, graças ao uso massivo das redes sociais na internet e ao uso de dados pessoais privados para definir estratégias de direcionamento. (Rodrigues, Bonone, Mielli, 2020, p. 37).

Apesar de boatos, ruídos e mentiras serem problemas comuns e antigos no campo da comunicação, essa avalanche de desinformação ganhou potencial com a popularização das redes sociais e da internet, que se baseiam num compartilhamento frenético de “[...] informações produzidas e distribuídas com a intenção de enganar ou prejudicar alguém, e capazes de serem tomadas como verdadeiras”, o que torna todo esse processo mais maquiavélico (Themundo; Almeida, 2020, p. 210). Além disso, como já foi mencionado acima, a forma e o conteúdo das *fake news* são pensados deliberadamente para vender uma mentira como verdade: há uma mescla de elementos verídicos e inverídicos, uma preocupação com a estrutura textual e o com o uso de imagens e outros recursos que possam endossar os conteúdos fraudulentos.

Além desses elementos, Monari e Bertolli Filho (2019, p. 167) adicionam outro elemento de análise acerca das *fake news* que é mais sutil: a métrica. “Ao serem massivamente compartilhadas, em geral por indivíduos que partilham de uma mesma visão de mundo, [...] as crenças pessoais ganham força frente à lógica e aos fatos e acabam estabelecendo-se como pressupostos difundidos pela sociedade, provocando a desordem da opinião pública.”

Neste sentido, as *fake news* precisam ser encaradas e combatidas pelos governos e pela sociedade em geral como uma ameaça à democracia, já que minam um direito fundamental à informação e têm o potencial de insuflar parte da população para a prática de atos criminosos que atentam contra o Estado Democrático de Direito, como aconteceu na tentativa de golpe às instituições e poderes da República ocorrida em Brasília no dia 08 de janeiro de 2023.

Aqui no Brasil, muitas discussões estão em curso sobre formas de barrar o avanço vertiginoso da desinformação na internet. Um exemplo foi a instauração, em setembro de 2019, de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para apurar as *fake news* e os disparos em massa realizados, via aplicativo de mensagens, durante as eleições de 2018. Durante meses, deputados e senadores discutiram, problematizaram, investigaram e colheram depoimentos de diversos personagens envolvidos com a temática e colocaram luzes sobre temas obscuros, como milícia digital e o denominado “gabinete do ódio” - grupo de assessores ligados ao então presidente Jair Bolsonaro e que atuavam para propalar mentiras e difamações contra desafetos

do chefe do Executivo e sua família -, mas não chegou a ser concluída por conta das eleições de 2022.

Além do aspecto político que pode explicar o desfecho da CPMI sem indiciamentos ou um resultado mais efetivo, outros fatores também ajudam a explicar a dificuldade de avanço quando se fala em regulação do ambiente digital e, consequentemente, de *fake news*. O avanço de ações de criminalização e a criação de normativos, pelo Legislativo e o Judiciário, que venham se somar ao Marco Civil da Internet⁷ esbarram em aspectos sensíveis do tema, como a liberdade de expressão e a censura. Quem vai decidir o que é informação e a verdade falseada? Estado, Justiça ou entes privados?

O que é tácito entre os especialistas é que combater essa desinformação em massa não é apoiar a censura e sim defender a liberdade de expressão, do modo que ela está expressa na Constituição. As *fake news*, como pontua Santos (2022, p. 1210), são um convite para antecipar o esquecimento histórico e representam uma barreira ao pleno exercício do jornalismo, à livre circulação das informações na sociedade e à memória da população. “Nessas condições, de forma disfarçada e mascarada, narrativas *fakes* poderão ser espalhadas e, gradualmente, atingir as memórias coletivas. Assim, as experiências do amanhã poderão se repetir com os mesmos erros do hoje e do ontem.” E o pandemônio que vivemos não pode ser esquecido. Essa triste realidade será exposta no próximo capítulo.

⁷ A Lei 12.965, de 23/4/2014, conhecida como Marco Civil da Internet, é uma espécie de constituição do setor. Ele disciplina e normatiza aspectos legais sobre o uso da internet no Brasil. Entre os temas abordados estão o direito de acesso à internet e deveres dos provedores dessa tecnologia; controle sobre os dados dos usuários, a liberdade de expressão e responsabilidade, além das obrigações do Estado.

3 PANDEMIA E PANDEMÔNIO

3.1 Uma pandemia no século XXI

Tradicionalmente, o final do ano é uma época de fazer planos, traçar metas, emanar coisas boas. A gente deseja um novo amor, uma vida mais saudável, promete ter mais disciplina, ler mais livros, abandonar antigos vícios e sempre ter mais felicidade, paz e prosperidade. Há quem acredite ainda mais na sorte e tente virar o ano milionário, o que faz brotar pelo país apostas solitárias ou em grupos. Esses assuntos permeiam o imaginário coletivo sobre esta época do ano e estão presentes, inclusive, nas capas dos jornais de todo o mundo. No entanto, nem a mais pessimista das previsões – tema que também ganha espaço nos momentos derradeiros do ano – poderia abarcar o que a humanidade estava prestes a viver.

No último dia de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) foi notificada pelo governo chinês sobre a ocorrência de dezenas de casos de uma espécie de pneumonia de origem desconhecida na cidade de Wuhan, capital e maior cidade da província de Hubei, na região da China Central, com uma população estimada em 10 milhões de pessoas. Apesar de globalmente a notícia não ter despertado um grande alarde naquele estágio inicial, os cientistas começaram a investigar e, poucos dias depois, no dia 09 de janeiro, divulgaram o genoma do vírus: a ameaça desconhecida era um tipo de coronavírus, o SARS-CoV-2, um novo *Betacoronavirus*, que pertence ao subgênero *Sarbecovírus* da família Coronaviridae, a sétima linhagem de coronavírus conhecida capaz de infectar seres humanos⁸ (Khalil; Khalil, 2020).

O que também se descobriu muito precocemente é que o vírus estava desencadeando nos pacientes uma síndrome respiratória aguda e bem severa.⁹ No caso da infecção positiva, a lista de sintomas era bem diversa: ia desde aquele quadro bem típico de uma síndrome gripal comum, com tosses, espirros, febre, congestão nasal, dores de cabeça, até

⁸ Na época, a hipótese mais aceita pelas autoridades de saúde era que a transmissão do vírus para um humano havia ocorrido num mercado público de Wuhan, já que os primeiros foram registrados em pessoas que frequentavam o local. O mercado foi, inclusive, fechado pelas autoridades locais no dia primeiro de janeiro. Mas, anos após o foco inicial do contágio, ainda não há comprovações científicas do que desencadeou a pandemia. A diretora técnica da Organização Mundial da Saúde, Maria Van Kerkhove, afirmou durante uma coletiva de imprensa realizada em abril de 2023, que todas as hipóteses para as origens do coronavírus permanecem em investigação, sendo cogitada, inclusive, a possibilidade que o vírus teria se espalhado a partir de um laboratório de alta segurança para o estudo de agentes infecciosos.

⁹ Por ser um agente microscópico, o SARS-CoV-2 se propaga de três maneiras distintas: por contato, quando a pessoa toca uma superfície ou objetos infectados ou têm contato com alguém submetida à infecção; por gotículas de saliva que são liberadas após um episódio de tosse ou espirro e, ainda, por meio de gotículas ainda menores de vírus, chamadas aerossóis, que ficam no ar após uma descarga viral. Após a infecção, o vírus fica incubado, em média, por até 14 dias, mas esse período pode se prolongar. Para os especialistas, este é um fator que prejudica a eficácia das quarentenas, por ser um intervalo longo (Ferreira Netto; Corrêa, 2020).

sintomas bem incomuns, como diarreia e conjuntivite. Mas a evolução da doença podia trazer sintomas mais agravados, como baixa saturação de oxigênio no sangue e dificuldade para respirar. As primeiras notificações apontavam, claramente, que a maior letalidade do vírus estava relacionada a uma parcela da população mais vulnerável, como idosos e portadores de doenças crônicas. Crianças, naquele primeiro momento, não contrairiam o vírus com facilidades, mas seriam vetores de transmissão

Enquanto essas informações iam sendo consolidadas e divulgadas pelos meios de comunicação, o vírus se espalhava rápido como um rastilho de pólvora. Ainda em janeiro de 2020 foi registrada a primeira morte na China, no dia 11, e foram notificados casos de contaminação em outros países da Ásia, como Japão, Tailândia, Coréia, bem como nos Estados Unidos e Alemanha. A propagação acelerada do vírus em outras nações levou a Organização Mundial de Saúde a declarar, no dia 30 de janeiro, pela sexta vez na história¹⁰, que o surto de coronavírus se tratava de uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, o mais elevado nível de alerta da OMS.

Apesar dos constantes alertas da entidade supracitada, os líderes mundiais ainda não demonstravam publicamente grandes preocupações com a ameaça invisível. O presidente americano na época, Donald Trump, que viria a ser considerado por um estudo da Universidade de Ithaca, em Nova York, como um dos maiores disseminadores de informações falsas sobre a pandemia, declarou que o calor mataria o coronavírus (Riekmann, 2020; Santos, 2020). As autoridades italianas também minimizaram a gravidade da crise iminente. Uma cidade da Itália, famosa pela moda, chegou a veicular uma campanha intitulada “Milão não Para”, o que se mostraria um grande equívoco num curto espaço de tempo (Prefeito..., 2020).

Em fevereiro, enquanto a pneumonia misteriosa avançava e chegava ao Brasil – com a contaminação de uma pessoa vinda da Itália - foram registradas as primeiras mortes nos Estados Unidos e na Europa. Foi neste momento que a Organização Mundial de Saúde divulgou o nome da enfermidade letal e que paralisaria centenas de países ao redor do mundo, dado o seu poder devastador: a Covid-19. Não tardou para que, em 11 de março, a OMS declarasse que o surto do coronavírus deixava de estar localizado e restrito a uma região ou grupo de países e decretasse que a humanidade estava diante do cenário de uma pandemia global.¹¹

¹⁰ As outras emergências foram: pandemia de H1N1, em 2009; em 2014 por surto de ebola na África Ocidental e disseminação de poliovírus; em 2016, pelo surto de zika vírus e 2018 surto de ebola na República Democrática do Congo.

¹¹ Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 22 set. 2022.

Com esse anúncio, as autoridades de saúde reconheciam que o vírus SARS-CoV-2 circulava com grande velocidade pelo mundo – naquele momento, mais de 150 países já registravam casos de contaminação pelo novo coronavírus - e que era urgente a adoção de medidas restritivas de proteção e prevenção para conter esse avanço vertiginoso, achatar a curva de contágio e evitar o colapso dos sistemas de saúde, especialmente das nações mais pobres. Entre essas medidas estavam o distanciamento social, com a paralisação de todas as atividades não-essenciais, novos protocolos de biossegurança, recomendações exaustivas sobre o uso de máscaras e apelos constantes para a correta lavagem das mãos.

Governos foram emitindo decretos, com apelos explícitos para que a população ficasse em casa. Aeroportos e fronteiras foram fechados; embaixadas começaram a retirar seus cidadãos e repatriá-los¹². No mundo em choque, via-se um esvaziar de ruas e avenidas como a nossa memória recente não alcançava e só a ficção dos filmes tinha ousado retratar. Como esquecer os caminhões do exército retirando corpos de um hospital em Bergamo, na Itália? A paramentação dos médicos para evitar contágio e seus rostos marcados pelas máscaras de proteção? O saudoso Papa Francisco rezando uma missa numa deserta praça de São Pedro? As dezenas de covas abertas num cemitério de São Paulo?

Figura 3 – Caminhões carregando caixões de vítimas do coronavírus em Bergamo, Itália.



Fonte: O Globo (2020)

¹² Mesmo antes de decretada a pandemia pela OMS, o governo brasileiro já tinha repatriado 34 cidadãos brasileiros que estavam em Wuhan.

Figura 4 – Papa Francisco concede a bênção "Urbi et Orbi" sozinho.



Fonte: CNN Brasil (2020)

Essa era a realidade em 2020: o mundo parado por uma onda assustadora de infecções e mortes, medo, ansiedade, incerteza, cataclisma econômico e nenhuma perspectiva de melhora no horizonte. Os cientistas estavam numa corrida contra o tempo e o tempo, neste caso, era vital.

Quadro 1 – Cronologia da Covid-19, com ênfase no Ceará e no Brasil.

Data	Evento
08.12.2019 	Os primeiros casos de coronavírus são registrados em um hospital de Wuhan, na China, em um hospital. As vítimas seriam frequentadores de um mercado atacadista de animais.
31.12.2019 	OMS é informada por autoridades chinesas sobre uma nova cepa de coronavírus
26.02.2020 	Confirmação do primeiro caso de coronavírus no Brasil
11.03.2020 	OMS decreta situação de pandemia; vírus se encontra em 120 países.
15.03.2020 	Três primeiros casos de Covid-19 são confirmados no Ceará pela Sesa. Pacientes são pessoas vindas do exterior.
16.03.2020 	Ceará decreta estado de emergência e dispõe sobre medidas de enfrentamento ao coronavírus. Escolas, bares, academias e estabelecimentos comerciais são fechados. Já são 08 casos confirmados.

26.03.2020 	Primeira morte é registrada no Ceará . A vítima era um idoso de 72 anos que estava internado no Hospital São José.
16.04.2020 	Um mês após o início do isolamento no Ceará , já são 30.891 infectados e 1.952 mortos em todos os estados. No Ceará, são 2,4 mil casos e 135 óbitos. Fortaleza concentra mais de 2.000 casos.
16.04.2020 	O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, pede demissão pelo Twitter.
17.04.2020 	O novo ministro da Saúde, Nelson Teich, toma posse em Brasília.
05.05.2020 	Prestes a contabilizar a marca de 1.000 mortes, Fortaleza adota o isolamento social rígido e se torna o epicentro da pandemia no Estado. O decreto proíbe a circulação de pessoas pela cidade.
15.05.2020 	É anunciada a saída de Nelson Teich do comando do Ministério da Saúde.
19.06.2020 	Brasil atinge a marca de 1 milhão de infectados pelo novo coronavírus.
01.06.2020 	Fortaleza entra no plano de retomada gradual da economia. Alguns serviços, como o metrô, transporte rodoviário metropolitano, e comércio voltam a funcionar.
05.06.2020 	País atinge a marca de 1.005 óbitos em 24 horas.
22.06.2020 	Início da segunda fase de reabertura gradual da economia no Ceará , com o funcionamento de restaurantes, com 40% do público, horário reduzido e medidas sanitárias. As igrejas e templos religiosos também puderam voltar a funcionar com público reduzido.
08.08.2020 	Brasil ultrapassa a marca de 100 mil mortes por Covid
01.09.2020 	Retomada gradativa das aulas presenciais nas escolas particulares do Ceará, começando pela Educação Infantil.
10.10.2020 	Brasil ultrapassa a marca de 150 mil mortes por Covid-19
01.11.2020 	Especialistas apontam que este mês se iniciou a segunda onda da Covid no Brasil, muito mais letal e contagiosa do que a primeira.
08.12.2020 	Primeira pessoa é vacinada contra a Covid-19 no mundo.
16.12.2020 	Governo lança, oficialmente, o Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19, dividido em 4 etapas, a partir dos graus de prioridade.
01.01.2021 	O ano começa com o Ceará alcançando a marca de 10 mil mortes em decorrência da Covid-19.

07.01.2021 	Brasil atinge 200 mil mortes pelo novo coronavírus. Neste mesmo dia, 1.841 brasileiros morreram em decorrência da doença.
14.01.2021 	Manaus enfrenta uma crise de desabastecimento de oxigênio, um dos momentos mais dramáticos e emblemáticos da crise humanitária provocada pela pandemia no Brasil.
17.01.2021 	Começa a vacinação contra a Covid-19 no Brasil
18.01.2021 	A técnica de enfermagem Maria Silvana Souza dos Reis foi a primeira cearense a ser vacinada.
28.02.2021 	Mesmo com a vacinação iniciada, o vírus continua circulando com velocidade e letalidade pelo país. Fevereiro de 2021 foi o mês mais letal desde o início da pandemia, com 30.484 mortes pela Covid-19. Somente no dia 25, 1.582 morreram em decorrência da doença, um recorde nunca antes registrado.
05.03.2021 	O isolamento social rígido volta a ser necessário em Fortaleza para conter o avanço do vírus.
15.03.2021 	Brasil tem o quarto ministro da saúde desde o início da pandemia: Marcelo Queiroga.
31.03.2020 	Março termina como o mês mais letal da pandemia no Brasil. Dia após dia os índices diários de mortes iam sendo superados, até chegarmos na inacreditável marca de 3.869 mortes, em 24h , por causa do coronavírus. Foi também em março, no dia 24, que o Brasil ultrapassou a marca de 300 mil vidas perdidas .
08.04.2021 	O Brasil atinge a inacreditável marca de 4.249 mortes diárias pela Covid-19
27.04.2021 	Instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado para investigar as omissões do governo na condução do combate ao coronavírus no país.
29.04.2021 	400 mil mortos em decorrência do vírus e da negligência. Em menos de um mês, 100 mil pessoas morreram no país de Covid-19.
26.05.2021 	20 mil cearenses perderam a vida por conta do contágio do coronavírus.
19.06.2021 	Um ano e três meses depois do início da pandemia, o Brasil soma 500.022 pessoas mortas . Meio milhão de brasileiros. 500.022 vidas interrompidas pelo vírus, potencializado pela ignorância e omissão.
31.07.2021 	Esperança depois do caos. No final de julho, Brasil registra queda de 40% das mortes no mês de julho em decorrência do avanço da vacinação.
06.08.2021 	Levantamento das secretarias estaduais de saúde apontam que 50% da população tomou, ao menos, uma dose da vacina.

08.09.2021 	As aulas presenciais na rede pública de Fortaleza são retomadas após 1 ano e 5 meses de fechamento.
Setembro, outubro e novembro de 2021 	Com o avanço da vacinação, a média mensal de mortes, felizmente, começa a cair mês a mês. Ainda assim, a estatística mortal da Covid alcança o patamar de 600.022 mortes no dia 06 de outubro 2021. Novembro é o mês com o menor número de mortes por Covid-19 desde abril de 2020.
06.12.2021 	A Prefeitura de Fortaleza divulgou que 100% da população adulta do município estava vacinada contra a Covid-19.
28.12.2021 	Em pouco mais de 11 meses, 80% da população brasileira está vacinada com duas doses da vacina.
31.01.2022 	Uma terceira onda ameaça o país. Brasil registra no primeiro mês de 2022 mais casos de Covid do que em todo o segundo semestre de 2021. Apesar de extremamente contagiosa, a variante ômicron se mostrou menos letal, graças ao avanço da vacinação.
22.04.2022 	Ministério da Saúde decreta fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional. A decisão considerou a capacidade de atendimento no SUS, a melhora no cenário epidemiológico no país e o avanço da campanha de vacinação.
31.12.2022 	O ano de 2022 termina com 66.114 mortes pela Covid, sendo a doença a 7ª no ranking causal de mortes durante o ano.
28.03.2023 	No mês em que se completa três anos do início dos decretos de isolamento social, Brasil supera a marca de 700 mil mortes por Covid-19.
05.05.2023	OMS decreta fim da pandemia.

Fonte: elaborado pela autora a partir de diversas fontes jornalísticas.

3.2 Um vírus globalizado

Como uma doença dos nossos tempos, a pandemia da Covid-19 se mostrou uma enfermidade moldada na desigualdade. Nem todos os países foram afetados da mesma forma. Sua letalidade não era seletiva, mas o vírus encontrava terrenos mais férteis para se multiplicar. Nesta trágica linha do tempo, diversos países, em momentos distintos, foram os epicentros da doença. Mas, ainda assim, quando se faziam recortes mais específicos, a pandemia mostrava sinais claros da sua face desigual. Tomemos a América como exemplo. Segundo o relatório Saúde nas Américas divulgado em 2022, a região foi responsável por 29% de todos os casos de Covid-19 e 44% das mortes em todo o mundo. Embora a América do Norte tenha sido

responsável por 55% dos casos na região, 62% das mortes ocorreram na América Latina e no Caribe, as regiões mais pobres do continente (OPAS, 2022).

Para Santos (2020), isso mostra que um estado de crise, como a quarentena da Covid-19 a que fomos expostos, é sempre discriminatório e vai afetar os grupos mais vulneráveis - como mulheres, crianças, idosos, refugiados trabalhadores informais, pessoas com deficiência – de uma forma muito mais contundente. “Todos os seres humanos são iguais (afirma o capitalismo); mas, como há diferenças naturais entre eles, a igualdade entre inferiores não pode coincidir com a igualdade entre os superiores.” (Santos, 2020, p. 13).

O professor sul-coreano de filosofia, Byung-Chul Han, em seu livro Sociedade do Cansaço (2017), faz uma análise muito interessante dos nossos tempos. O autor nos oferece uma visão atual e crítica sobre as dinâmicas sociais das nações globalizadas, hiperconectadas, que trazem a marca do neoliberalismo e do capitalismo, em uma busca frenética por produtividade. Para Han, a sociedade infectada pelo vírus tinha a crença que nada é impossível. Foi assim que, em tempo recorde, todas as estruturas laborais, comerciais, escolares e pessoais foram transformadas para travar a batalha contra o vírus.

Por isso, o vírus SARS-CoV-2 foi tão impactante: ele exacerbou alguns sintomas da nossa sociedade que já eram críticos. Em nosso tempo, os adoecimentos já não eram mais bacteriológicos nem virais: eram neurais (Han, 2017, p. 7). Nós já estávamos adoecidos. A sociedade globalizada desencadeou em nós uma crise patológica que contaminou nossas estruturas e dimensões sociais, econômicas, políticas, ecológicas, culturais, éticas e científicas. (Birman, 2020). O vírus encontrou um hospedeiro perfeito: indivíduos que compõem sociedades complexas e esgotadas, pressionadas a irem ao extremo de sua produtividade, contaminadas, na visão de Han (2017, p. 55), por uma positividade que pode ser adoecedora. “A crescente positivação da sociedade enfraquece também sentimentos como angústia e luto, que radicam numa negatividade, ou seja, são sentimentos negativos”. A liberdade prometida pelo capital, para Han, é um exemplo de retrocesso.

Com sistemas esgotados e estruturas enfraquecidas, o Estado Social, como ponderam Bauman e Bordoni (2016), passou a ser visto como inimigo, obstáculo, algo a ser superado pelas certezas liberais.

A prática do neoliberalismo submete as funções sociais do Estado ao cálculo econômico: uma prática não usual, que introduziu critérios de viabilidade nos serviços públicos, como se eles fossem empresas privadas, para ordenar os campos de educação, saúde, seguridade social, emprego, pesquisa científica, serviço público e segurança sob uma perspectiva econômica. (Bauman; Bordoni, 2016, p. 28)

Com o neoliberalismo, o Estado abandona sua função protetora e deixa os indivíduos com o que ainda lhes resta, que é sua força de trabalho, o seu modo de cooperar com a sociedade. O sentimento que, para Canclini (2019), parece globalizado é o de que todos, de alguma forma, perdemos algo, apesar dos ganhos. Tanto que ele cunha a expressão desglobalização, num desejo de dar um passo atrás neste processo frenético.

Neste contexto de crise instaurada, as relações de trabalho também foram transformadas e para pior. Aos problemas de sempre, como a precarização e o desemprego, sobrepuiseram-se outras camadas, que foram ainda mais potencializadas pela pandemia: o excesso de produtividade, a adaptação ao novo, à tecnologia, o caráter multifacetado do profissional. A pandemia da Covid-19 ocorreu num período transitório, em que a humanidade tenta entender e delimitar um novo momento histórico. E foi justamente esta sociedade que foi ainda mais colapsada por um vírus letal.

Uma nova era se abre. A desintegração da massa, unida por um cuidadoso condicionamento induzido pela mídia e depois pelo consumismo desenfreado (que por algum tempo foi o símbolo da felicidade), produziu efeitos surpreendentes: de repente as pessoas se sentiram isoladas, separadas de um contexto comunitário reconhecível, solteiro ou em casais nucleares, inicialmente incapazes de se comunicar e entender a situação incomum que experimentavam. (Bauman; Bordoni, 2016, p. 114).

3.3 Não sou coveiro: a Covid-19 na gestão Bolsonaro

As notícias vindas da China fizeram as autoridades de saúde brasileiras ligarem o sinal de alerta. Um levantamento feito por esta pesquisadora no portal do Ministério da Saúde aponta que a primeira menção feita ao coronavírus naquele sítio ocorreu no dia 22 de janeiro de 2020. A notícia apontava que não havia detecção de nenhum caso suspeito no país e que haviam sido adotadas medidas recomendadas pela OMS, como a notificação de portos, aeroportos e fronteiras, bem como uma comunicação às Secretarias de Saúde estaduais e municipais. No dia seguinte, houve uma entrevista coletiva em que foi informada a instalação de um Centro de Operações de Emergência (COE), que tinha o objetivo de preparar a rede pública para atuar diante de casos de infecção (Brasil, 2020a).

Uma semana depois de publicar a primeira notícia em seu portal, o Ministério da Saúde começou a realizar, diariamente, entrevistas coletivas para atualizar a população, por

meio da imprensa, sobre a aproximação do vírus do nosso território. Naquele momento, 09 casos suspeitos eram monitorados no país (Brasil, 2020b). No dia 03 de fevereiro, mesmo sem nenhuma infecção confirmada, o ministro da Saúde na época, Luiz Henrique Mandetta, decidiu reconhecer a emergência sanitária internacional do coronavírus e elevar o nível da resposta brasileira para Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) por meio de um projeto de lei que foi rapidamente apreciado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal (Brasil, 2020c).

Isso fez com que, no dia 07 de fevereiro, o presidente Jair Bolsonaro sancionasse, sem vetos, a Lei n. 13.979/20, que dotava o governo de instrumentos para enfrentar uma situação de emergência pública causada pelo coronavírus. Entre os dispositivos legais aprovados estavam a decretação de quarentenas e isolamento de pessoas, o fechamento de portos e aeroportos, realização de exames e testes compulsórios. A lei permitia ainda a compras de bens, insumos e serviços de saúde sem licitação temporariamente, durante o estado de emergência. Na prática, essa lei já dava poderes ao governo de tomar as medidas que fossem necessárias para conter o avanço do vírus no país. Mas, em nenhum momento, houve uma determinação presidencial para que a festa mais popular do país fosse cancelada, apesar deste fato ter sido usado posteriormente com viés político para atacar governadores que faziam oposição ao presidente.

Contradicoriatamente, neste mesmo dia, o portal do Ministério da Saúde noticiou a distribuição de 128 milhões de preservativos para o Carnaval que se avizinhava (Brasil, 2020d). É importante destacar que a reportagem veiculada era bem completa, falava das formas de transmissão do vírus HIV, bem como de outras doenças sexualmente transmissíveis, mas não fazia nenhuma menção ao outro vírus letal que já circulava pelo mundo. Houve o cuidado de se manter a distribuição de preservativos, mas em nenhum momento da reportagem se mencionou a importância do uso de máscara para evitar o vírus respiratório ou foi feito um alerta que era prudente evitar aglomerações, como se o coronavírus não fosse uma ameaça real.

E, por mais insensato que pareça, duas semanas após a promulgação desta lei, o país fez valer a máxima que em fevereiro tem Carnaval. A folia se espalhou pelos quatro cantos, assim como o vírus, que se replicava em velocidade acelerada. A Quarta-Feira de Cinzas deste Carnaval se mostraria a mais ingrata da nossa história: foi no dia 26 de fevereiro de 2020 que as autoridades de saúde confirmaram o primeiro caso de Covid-19 no Brasil. Um homem de 61 anos que tinha dado entrada no Hospital Israelita Albert Einstein. Do primeiro caso até a primeira morte, que ocorreu no dia 17 de março, foram exatos 20 dias.

Neste intervalo, o presidente da República na época, Jair Messias Bolsonaro, já dava o tom de como iria ser a sua postura diante do maior desafio epidemiológico enfrentado após a virada do século XXI. Segundo o discurso negacionista de outros líderes mundiais, como Donald Trump, que foi considerado um fator político determinante para o avanço da fake doença (Ventura; Perrone-Moisés; Martin-Chenute, 2021), Bolsonaro minimizava os riscos do coronavírus (Dias, 2020), iniciava seus ataques à imprensa ao declarar que a cobertura era alarmista (Sanches, 2020) e decidiu manter uma viagem aos Estados Unidos na mesma época que Trump declarava estado de emergência no país e que a OMS anunciava que a crise do coronavírus era uma pandemia. O saldo desta visita foi a contaminação de 23 membros da comitiva presidencial (Uribe, 2020).

No seu primeiro pronunciamento oficial à nação, realizado no dia 24 de março, Jair Bolsonaro enalteceu as ações que vinham sendo executadas pelo ministro Mandetta, criticou a imprensa por fazer o seu trabalho, atacou os governadores que já tinham começado a determinar a quarentena em seus Estados e já propalava o uso da cloroquina e da hidroxicloroquina, medicamentos sem eficácia científica comprovada, que eram defendidos pelo presidente e seus seguidores como tratamento precoce. Em cinco minutos, Bolsonaro antecipou o roteiro de como seria a sua gestão à frente da pandemia: sem uma coordenação por parte do Executivo, com doses cavalares de negacionismo, escárnio à população e ataque permanente às instituições.

O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs, com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação caso se contamine. No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão. (Gripezinha..., 2020).

Apesar de ter mencionado o Ministério da Saúde em seu primeiro pronunciamento, a cada dia que passava a situação entre o titular da pasta e o chefe do Executivo Federal ficava mais insustentável. Luiz Henrique Mandetta aparecia como uma voz destoante no governo. O ortopedista nascido em Mato Grosso do Sul já tinha experiência em cargos de gestão na área da saúde quando assumiu a pasta. Diariamente, Mandetta apresentava dados da evolução da Covid-19 no país por meio de entrevistas coletivas que eram transmitidas ao vivo e reforçava que o isolamento social era necessário para evitar o colapso do sistema de saúde. Pelos cálculos dos técnicos do ministério, isso ocorreria entre abril e maio de 2020. A situação entre o ministro

Mandetta e o presidente Jair Bolsonaro ficou ainda mais tensa porque o titular da pasta da saúde não embarcou no discurso negacionista do uso de hidroxicloroquina, que era a cada dia mais endossado pelo chefe do Executivo brasileiro. Outro ponto de desgaste era que a postura do ministro Mandetta se alinhava a de governadores que faziam uma oposição direta ao governo, como João Doria, que comandava o estado de São Paulo. Mas, para Calil (2021), por mais que a postura desses gestores fosse luz em meio às trevas do negacionismo bolsonarista, seus direcionamentos não sinalizavam que eles estavam dispostos, naquele momento, a adotar medidas de mitigação efetiva para barrar a circulação do vírus. A ideia era apenas conter a onda de contágio para evitar o colapso do sistema de saúde.

Ao conseguir apresentar Mandetta e os governadores que lhe faziam oposição como se estes se situassem no polo oposto, Bolsonaro conseguiu eliminar do debate público ou isolar inteiramente as propostas que de forma mais rigorosa indicavam a necessidade de medidas mais amplas e que fossem estabelecidas em âmbito nacional. Da mesma forma que fez desaparecer a distinção entre a perspectiva de mitigação (que era compartilhada pelos seus críticos mais conhecidos) e a perspectiva de contenção (que demandaria o estabelecimento de *lockdown* nacional). É sintomático que Mandetta tenha usado o termo *lockdown* para designar políticas muito mais limitadas de mitigação, produzindo uma confusão que enseja a falsa ideia de que o Brasil chegou a ter um *lockdown*, e não uma quarentena desigual, fragmentada e sabotada pelos seguidores do presidente), o que constitui um inegável êxito do presidente e serviu para justificar e legitimar a administração da pandemia de uma forma que permitiu e normalizou a manutenção de um patamar semanal superior a 5 mil mortes oficialmente registradas por dezenove semanas. (Calil, 2021, p. 44).

Para o autor, Bolsonaro manteve Mandetta no poder por 30 dias, desde o início das divergências públicas entre eles, por pura conveniência: o ministro estava tocando os protocolos já estabelecidos pelo Ministério de Saúde para evitar o colapso e, como ele defendia o isolamento social, sua presença no governo deixava pairar a ilusão que o Brasil passava por um *lockdown* que não existiu de fato. Mas, ainda assim, a era Mandetta à frente do MS se encerrou no dia 16 de abril de 2020, quando o médico anunciou, pelo *Twitter*, sua demissão.

No mesmo dia, Jair Bolsonaro anunciou, em pronunciamento no Palácio do Planalto, que o oncologista Nelson Teich assumiria a gestão da saúde brasileira, mas a sua passagem por Brasília foi curta e inexpressiva: foram apenas 29 dias. Mas, neste breve intervalo, Teich nomeou sete militares para cargos estratégicos da pasta, numa clara demonstração de que não tinha forças para vencer a queda de braço contra o bolsonarismo (Gonçalves, 2020). O pedido de exoneração veio após o ministro ser informado no meio de uma coletiva de imprensa que o presidente tinha incluído academias, barbearias e salões de beleza na lista de serviços prioritários, o que permitiria que esses estabelecimentos voltassem a funcionar, mesmo com os decretos estaduais de isolamento social (Mazui; Gomes; Castilhos, 2020).

Com a saída de Teich, em 15 de maio, a gestão da saúde no Brasil ficou num estado ainda mais crítico. Foram mais de 100 dias sem um ministro titular à frente do ministério – com a pasta sendo comandada interinamente por um general – um vácuo institucional em meio à maior emergência sanitária dos nossos tempos e que, na visão de Gonçalves (2020), tinha um enorme peso simbólico e era parte de um plano estratégico do bolsonarismo.

Gostaria de chamar a atenção para algumas nuances preocupantes dessa chegada militar ao MS. Primeiro: a Saúde é historicamente ocupada por gestores civis e técnicos, quase todos médicos, alguns com formação em Saúde Pública; desde a Constituição de 1988, o MS esteve implicado na proposição, construção e consolidação do SUS, com muitos desvios de rota e direções contraditórias, mas nunca houve uma oposição explícita ao direito social e universal à saúde, uma das conquistas mais ousadas da nossa Carta Magna – conquista de um movimento, o Movimento pela Reforma Sanitária Brasileira (MRSB), que se constituiu, resistiu e se opôs à ditadura militar, sendo parte importante no processo de redemocratização do país. (Gonçalves, 2020, p. 6).

O general Eduardo Pazuello iniciou a sua incursão como ministro da Saúde no dia 16 de maio, quando assumiu a pasta interinamente, e tomou posse efetivamente no dia 16 de setembro. Ele foi o terceiro ministro da saúde da era Bolsonaro. O seu legado à frente da pasta foi irresponsável¹³, omisso, desumano e devastador. Sob seu comando, foram adotados novos protocolos para ampliar o “tratamento precoce” com cloroquina e hidroxicloroquina, com a recomendação de doses cavalares para o tratamento (Ministério..., 2021).

O militar especialista em logística falhou miseravelmente – ou seria propositadamente – na distribuição de oxigênio em Manaus, desconsiderando a comunicação por e-mail que solicitava ajuda, o que provocou um colapso na cidade, levou a população ao desespero e colocou o Brasil nas manchetes do mundo todo com esta trágica realidade. O estrategista falhou ao não conseguir montar um plano de imunização, apostando suas fichas num único laboratório, ignorando e-mails da empresa Pfizer que poderiam ter antecipado para dezembro de 2020 o início da imunização no país.

Desde o primeiro momento, o general e outros militares da pasta deixaram claro que desejavam apenas fazer negócios com laboratórios que permitissem a fabricação de vacinas em território brasileiro, com transferência de tecnologia, seguindo um antigo modelo que foi bastante difundido durante o regime. (Struck, 2021).

¹³ A falta de transparência com os dados da pandemia foi outra marca da sua gestão: números foram retirados do ar, coletivas eram rarefeitas como o oxigênio dos pacientes que agonizavam nos leitos de hospital, a divulgação dos dados diários era instável, o que obrigou os veículos de comunicação do país a criarem um consórcio independente para quantificar as informações. E, de forma acintosa, o ministério passou a divulgar números otimistas: era o Placar da Vida, “que incluía apenas o número de infectados, recuperados e ‘em recuperação’, sem mencionar o número de mortos pela doença” (Struck, 2021).

O general que não tinha voz de comando diante do presidente ficou dez meses chefiando o Ministério da Saúde. O triunfo do governador de São Paulo, João Doria, na corrida das vacinas, com a CoronaVac, fez o ministro militar sucumbir. Ao bater em retirada de Brasília, no dia 15 de março de 2021, Pazuello deixou um rastro de 11,5 milhões de brasileiros infectados e quase 280 mil mortos (Struck, 2021).

Foi na fase mais letal da pandemia no país que o cardiologista paraibano Marcelo Queiroga assumiu o desafio de coordenar o Ministério da Saúde. Ele tomou posse no dia 23 de março de 2021, quando mais de 3 mil brasileiros morriam diariamente. Em sua gestão, o processo de vacinação foi iniciado no país, mas o médico - que já havia presidido a Sociedade Brasileira de Cardiologia - não abandonou o tom negacionista dos seus antecessores. Críticas ao uso de máscara, à obrigatoriedade da vacina, ao passaporte vacinal e a permissividade diante das falas irresponsáveis do presidente Bolsonaro renderam críticas à passagem de Queiroga pelo Ministério da Saúde.

Em 31 de dezembro de 2022, último dia de Bolsonaro como presidente da República, o país registrava a marca de 693.941 mortos pela Covid-19 (Brasil..., 2022). Uma tragédia sem precedentes em nossa história sanitária, um balanço mórbido para a gestão Bolsonaro. Pesquisadores do Centro de Pesquisas de Direito Sanitário da Universidade de São Paulo elaboraram um ensaio em que defendem a tese que a pandemia foi como uma arma biológica nas mãos de um presidente que teve como slogan de campanha um revólver feito com as mãos. Como gestor maior do nosso país, Bolsonaro foi omisso no dever legal do cuidado e isso, no campo da saúde pública, é letal. “É da natureza da área da saúde pública que as escolhas políticas dos governos tenham o potencial de implicar adoecimentos e mortes em massa que poderiam ser evitados por meio de decisões distintas”. (Ventura; Perrone-Moisés; Martin-Chenut, 2021, p. 2215). Os pesquisadores alertam que, em saúde pública, palavras têm potencial para matar, o que se torna um agravante para a postura de Bolsonaro, que disse não ser coveiro, que chamou o vírus letal de gripezinha e disse que era preciso parar de “mimimi”.

O gestor que não usava máscara, mas tomava cloroquina, e incentivava as aglomerações pode, na visão dos pesquisadores da USP citados acima, ter praticado um crime contra a humanidade, que se configura pelo cometimento de ações e omissões sistemáticas contra a população brasileira no contexto da pandemia. Pelo menos, nas urnas, os crimes cometidos por Bolsonaro já foram julgados, posto que ele perdeu a eleição para Luiz Inácio Lula da Silva, em outubro de 2022.

3.4 A educação não é essencial: a balbúrdia bolsonarista no MEC

O vírus da Covid-19 não era ainda uma ameaça quando a educação brasileira começou a agonizar. Logo nos seus primeiros meses como presidente da República, Jair Bolsonaro mostrou que não tinha a menor intenção de priorizar a educação brasileira em sua gestão. Quem primeiro foi empossado como ministro da Educação foi o colombiano Ricardo Vélez Rodríguez, indicação do guru de Bolsonaro, Olavo de Carvalho, e ele ficou apenas três meses no cargo, sendo demitido no dia 08 de abril de 2019.

Durante 98 dias, ele teve tempo para tomar medidas polêmicas, como alterar o edital do Programa Nacional do Livro Didático, solicitar às escolas que gravassem vídeos entoando o Hino Nacional, com a leitura de uma mensagem ligada ao slogan de campanha do presidente e também criou uma comissão para avaliar as questões do Enem, que foi vista como censura pelos especialistas em educação. Além disso, o ministro de todos os brasileiros ousou dizer que a educação superior não era para todos e devia ser reservada para a elite intelectual, além de defender o corte de recursos para as universidades (Basílio, 2019).

No lugar de Rodríguez quem assumiu foi o economista e professor da Universidade Federal de São Paulo, Abraham Weintraub. Ele chegou com a missão de pacificar as disputas internas pelo comando do ministério e focar suas políticas na educação básica e na alfabetização. O ensino superior não aparecia como prioridade no governo Bolsonaro e essas instituições eram, inclusive, alvo de ataques sistemáticos do presidente, seu ministro e seus aliados. Num dos episódios, o Weintraub declarou que iria rever o repasse de recursos para graduações em Ciências Humanas, especialmente Filosofia e Sociologia (Bolsonaro..., 2019), e acusou as universidades de serem espaços de doutrinação e em que se pratica o cultivo extensivo de maconha (Ministro..., 2019).

E os ataques não foram apenas verbais, mas também financeiros. Em abril, Weintraub anunciou um contingenciamento de recursos para três instituições federais – Universidade de Brasília, Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal Fluminense – por, segundo o ministro, terem um baixo desempenho acadêmico e promoverem balbúrdia (Universidades..., 2019). Com a polêmica, no final de abril, o ministro resolveu ampliar o contingenciamento para todas as universidades - um corte de R\$ 1,7 bilhão de gastos discricionários (despesas não-obrigatórias), como água, luz e pagamento de terceirizados - o que gerou a primeira grande onda de protestos contra o governo Bolsonaro em todo o país, em maio de 2019 (Tenente; Figueiredo, 2019).

Muitas dessas declarações e medidas eram anunciadas pelo *Twitter* do ex-ministro, num *modus operandi* que se assemelhava ao do próprio presidente da República e de outros expoentes da extrema direita, como Donald Trump. Guimarães e Braga (2020) analisaram o perfil do ex-ministro nessa rede social e o estudo revelou que muito do pensamento do próprio governo – como pauta de costumes e conservadorismo, ataque à Paulo Freire e às instituições de pesquisa, especialmente as ligadas às Ciências Humanas, e a tentativa de controlar as universidades – estavam contidas nas postagens.

As pautas dos costumes se presentificam no sentido de governar o orçamento das Universidades, indicando, segundo essa perspectiva, como deve ser a Universidade e que tipo de assuntos deve ser estudados, quais sejam, aqueles que não estejam em desacordo com as pautas conservadoras. (Guimarães; Braga, 2020, p. 8).

Torres (2019) empreendeu uma análise sobre os 18 meses iniciais da gestão de Bolsonaro na área educacional. Na sua visão, o objetivo era realmente deixar a marca do governo na educação, com ênfase nas restrições orçamentárias, no ataque à ciência, à pesquisa e à criticidade, com cortes orçamentários que seguiam uma diretriz neoliberal.

Conforme analisamos nos últimos meses, o Ministério da Educação (MEC) de Bolsonaro (a despeito de suas trocas de gestores e de sua instabilidade) tem por foco o gerenciamento/financiamento da educação dentro dos marcos ultraliberais e, do ponto de vista ideológico, aproximar-se da extrema direita. Por outras palavras, sob nova direção do Estado, a agenda educacional tem combinado ajustes ultra neoliberais e traços neofascistas. (Torres, 2019, p. 162).

Foi neste contexto de tensão, hostilidade e restrição das mais diversas ordens que a pandemia atingiu a educação no Brasil. Abraham Weintraub chefiava a pasta quando milhares de escolas e universidades ao redor do mundo cerraram suas portas e suspenderam suas atividades, num cenário inédito neste século, repleto de incertezas e desafios. Quando os Estados começaram a publicar suas portarias de suspensão das atividades não-essenciais, o MEC cedeu e acabou publicando, no dia 17 de março de 2020, a portaria 343. Ela orientava a suspensão, por 30 dias prorrogáveis, das aulas presenciais na Educação Básica e no Ensino Superior, nas esferas pública e privada, e autorizava a substituição das aulas presenciais por Aulas Remotas Emergenciais (Brasil, 2020).

A opção do governo por esta modalidade de ensino pareceu ignorar uma realidade gritante no Brasil, especialmente no interior e nas localidades mais afastadas dos grandes centros urbanos: a baixa conectividade da população. Um levantamento trazido pelo jornal da Universidade de São Paulo atesta como esse dado global reflete bem a realidade brasileira no contexto apresentado.

No Brasil pré-pandemia, 16,5 milhões de crianças e adolescentes de 9 a 17 anos viviam em domicílios com condições limitadas para a educação remota, sem conexão com internet ou com velocidades de download abaixo de 4 Mbps. Nas áreas rurais, a inadequação da infraestrutura atingia 85% dos jovens dessa faixa etária (4,1 milhões). (Inexistência..., 2020).

Os dados acima apresentados convergem para o pensamento de Santos (2020). O autor defende que a pandemia vem agravar um estado de crise permanente provocada pelo capitalismo e suas exclusões. Em momentos históricos como os atravessados a partir de 2020, com a Covid-19, os governos e as organizações se mobilizam para resolver as consequências da crise, sem atacar as suas causas. E, assim, o ciclo de exclusão se perpetua, deixando os grupos vulneráveis - como mulheres, trabalhadores informais e refugiados - ainda mais excluídos.

Bourdieu e Passeron (1992), ao analisarem o sistema de ensino francês na década de 1960, buscaram entender a relação entre o sistema educacional, que estava em pleno desenvolvimento no século XX, e a transformação social. Eles retratam a escola como um ambiente mediador do processo de ensino-aprendizagem, mas também uma instituição carregada de desigualdades, excludente e parcial. Os autores defendem que as hierarquias sociais são reproduzidas, replicadas na escola e, por conta disso, neste ambiente, acabam surgindo as hierarquias escolares, tão excludentes como as que existem do lado de fora da escola.

Bourdieu, que já fazia reflexões sobre a violência simbólica, ao se unir com Passeron, elaborou o conceito de capital cultural - elementos que os alunos trazem do meio externo para a sala de aula- são uma forma de violência simbólica e uma ferramenta de exclusão. A escola, como instituição, até tem um potencial transformador, na visão dos autores, mas acaba sendo engolida pelas dinâmicas e estruturas sociais já existentes.

Nesta lógica, exigir dos estudantes periféricos, quilombolas, indígenas o mesmo desempenho que estudantes ricos, sem que eles tenham as mesmas condições e estrutura que os estudantes ricos, sem que eles tenham conectividade, computadores ou smartphones, em que eles tenham comida no prato e garantias de sobrevivência é, sem dúvida, validar e legitimar a reprodução do modelo social vigente, desigual e excludente em sua essência. “Então, ao exigir de todos os indivíduos um tipo de conhecimento e predisposição que só os estudantes de classes sociais mais abastadas possuíam, a escola acaba por contribuir – silenciosa e significativamente – para a manutenção e a reprodução social [...]” (Pereira, 2023, p. 6).

Na mesma direção, Lima Júnior (2020), aponta que as diferenças de capital cultural dos indivíduos tornam-se um agente de seleção no ambiente escolar, separando os herdeiros, quem possui condição de se adequar ao modelo educativo, daqueles que ficam para trás.

As estruturas presentes no cotidiano escolar foram hiperbolizadas durante a pandemia, tornando mais evidentes uma série de desigualdades que convivem regularmente no cotidiano escolar [...]. As diferenças entre capital cultural se esgarçam e tornam-se um fardo mais pesado quando não se assumem como um impedimento para a continuidade do processo educativo reconfigurado. (Lima Júnior, 2020, p. 29).

O sistema educacional brasileiro é bastante complexo, conta com 47,3 milhões de estudantes só na Educação Básica e abarca uma complexa realidade, com problemas históricos e estruturais. O MEC e muitos governos estaduais apostaram todas as fichas no ensino remoto emergencial, que dependia da internet para garantir a todo este contingente de crianças e adolescentes o direito constitucional à educação, diferentemente do que ocorreu em Portugal, por exemplo¹⁴. No país europeu, o fechamento das escolas se deu próximo ao fim do ano letivo, já que as aulas começam em setembro e terminam em junho, deixando cerca de 2 milhões de crianças e adolescentes em casa antes do período previsto. As aulas foram suspensas no dia 20 de março de 2020 e nos dois meses seguintes, crianças e adolescentes dos ciclos básico e do ensino secundário tiveram acesso a aulas online, organizadas a critério de cada escola e professor (Marques, 2021).

Para complementar essas atividades e garantir que os 50 mil alunos portugueses sem acesso à internet não ficassem excluídos das aulas online, o governo português estabeleceu uma parceria com a Empresa Pública de Rádio e TV - a RTP, que levou conteúdo complementar diretamente para as casas portuguesas, nos moldes da Telescola, iniciativa implementada no país entre 1965 e 1987. Tratava-se do programa #EstudoemCasa.

Inicialmente, e no que respeita desde os jovens do ensino fundamental ao secundário, o ensino era disponibilizado por dois canais públicos de televisão que apresentavam aulas simuladas, pré-gravadas, abrangentes porque realizadas em blocos disciplinares destinados simultaneamente a dois níveis de escolaridade e de que decorreu o desinteresse por parte dos estudantes porque, estando numa classe determinada ou “já tinham dado aquela matéria” ou “esta matéria não é do meu nível” sem qualquer tipo de interação professor-aluno. (Cabrito, 2021, p. 131).

Especialistas não pouparam críticas ao MEC pela falta de uma coordenação nacional das ações de enfrentamento à pandemia no campo da educação, com políticas claras de conectividade, distribuição de equipamentos, capacitação e verbas. “Os municípios, surpreendidos por uma medida que exige imediato investimento em equipamentos e formações para que os professores [...] pudessem se adequar, tiveram problemas (Anjos; Freitas, 2021, p. 88). Neste vácuo, estados e municípios tiveram que tomar a gestão e foram adotando as medidas

¹⁴ A comparação com Portugal se dá pelas relações históricas entre os dois países bem como pela relação que a Linha de História e Educação Comparada, do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da UFC, na qual este trabalho está inserido, tem com o citado país.

que mais se adequasse às suas realidades e necessidades.

Mas, por incrível que pareça, esta não foi a causa que levou Weintraub a ser demitido, em 18 de abril de 2020. Enquanto o país atravessava um caos na educação, o ministro ofendia os ministros do Supremo Tribunal Federal e defendia que eles deveriam ser presos ('EU..., 2020). Além disso, Guimarães e Braga (2020) apontam que uma postagem em que ele faz acusações ao governo chinês também foi decisiva para o fim de sua gestão no MEC.

O tuíte está em acordo com as manifestações tanto de Bolsonaro e seus apoiadores como de Donald Trump e seus apoiadores, os quais, baseando-se em teorias conspiratórias e alarmistas, fazem acusações infundadas, segundo estudos recentes, de que o coronavírus (Covid-19) seria um vírus chinês, inclusive com algumas argumentações no sentido de ter sido usado como arma biológica contra o Ocidente. Essa situação levou a manifestações oficiais da Embaixada da China no Brasil e, posteriormente, tornou-se processo judicial por crime de racismo praticado pelo ex-Ministro. (Guimarães; Braga, 2020, p. 10).

O economista Carlos Alberto Decotelli da Silva foi a indicação de Jair Messias Bolsonaro para substituir Weintraub. Ele seria o primeiro negro a chefiar um ministério no governo direitista e seu nome foi, inicialmente, bem-visto por vários segmentos da educação, já que ele possuía um perfil mais técnico e moderado; era uma dose de sensatez frente à overdose de caos que havia sido a gestão anterior.

Mas o otimismo durou pouco: mais precisamente cinco dias. Decotelli pediu exoneração antes mesmo de ser empossado no cargo. O motivo: suspeita de fraude de currículo, com inclusão de informações falsas. Várias instituições contestaram informações contidas no currículo Lattes do quase ministro.

A primeira inconsistência no currículo de Decotelli surgiu da Universidade Nacional de Rosario, na Argentina, que informou que o indicado ao MEC não obteve título de doutor por ter tido a tese reprovada. Na sequência, a universidade alemã de Wuppertal negou que o economista tenha cursado pós-doutorado na instituição [...] a Fundação Getúlio Vargas (FGV) emitiu nota para esclarecer que o agora ex-ministro nunca integrou seu corpo efetivo de professores, mas somente deu aulas, como colaborador [...]. Em seu currículo Lattes, ele apontava ter sido professor da instituição entre 2001 e 2018. A FGV ainda apura denúncia de plágio da dissertação de mestrado [...] e, caso seja confirmada, pode render a abertura de um processo disciplinar e, em última instância, a anulação do título. (Pires, 2020).

Em seu lugar, o presidente acabou indicando o pastor presbiteriano, advogado e teólogo, Milton Ribeiro, para ocupar o mais alto cargo executivo da educação no país, no dia 16 de julho de 2020, após quase um mês de vacância do cargo, ou seja, sem um titular. Era a quarta mudança na pasta desde janeiro de 2019, o que demonstrava a falta de uma política nacional que pudesse atender as inúmeras e urgentes demandas educacionais suscitadas pela pandemia e que afetava milhões de crianças e adolescentes brasileiros. Ministros que não

construíam nenhuma política sólida, capaz de resolver os problemas que se impunham, e que ainda desmontavam o que havia sido alicerçado por governos anteriores.

Garnica (2022, p. 16) aponta que esta dança de cadeiras era coerente com o caos que estava instalado na educação: “Em comum, todos guardam a inexpressividade quanto aos vínculos com a Educação, a baixíssima – quando existente – produção na área, e a fidelidade extrema aos princípios fascistas que regem a atual gestão da República.”

Milton Ribeiro passou quase dois anos chefiando o Ministério da Educação. Então, muitas das ações adotadas ou não empreendidas durante o contexto pandêmico no campo educacional passam pela sua responsabilidade. Para a Rede Brasileira Mulheres Cientistas¹⁵ as omissões foram inúmeras. A entidade redigiu a Nota Técnica “A educação na pandemia e a omissão do Governo Federal” em que os autores listam exemplos de como o governo descumpriu o seu papel constitucional de garantir a igualdade de oportunidades educacionais no país e como isso impactou o cenário educacional sob diversas óticas.

A Nota Técnica rememora, por exemplo, o veto do presidente Jair Bolsonaro ao projeto de lei que garantiria banda larga às escolas públicas brasileiras. O documento cita ainda outras questões relacionadas à condução das políticas educacionais na pandemia e faz uma série de questionamentos:

1. Por que o Governo Federal foi omissso nas questões relativas à educação, recusando-se a assumir a coordenação da resposta à crise por meio do MEC e do Ministério da Saúde? 2. O MEC agiu de acordo com sua função constitucional redistributiva e supletiva para a garantia da equalização de oportunidades? Se não agiu, por que isso se deu? 3. Por que o MEC se recusou a assumir diretrizes para a educação durante a pandemia e a identificar as dificuldades com o ensino remoto das escolas em Estados e municípios? 4. Por que houve redução do orçamento para a educação, em vez de adicional de recursos financeiros alocados para escolas públicas durante a pandemia? 5. Quais ações foram empreendidas com vistas a garantir às crianças das comunidades mais vulneráveis o direito à infância e aos cuidados necessários, tal como previsto no Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8069/1989)? (Rede Brasileira de Mulheres Cientistas, 2021)

Esse documento questiona a falta de uma articulação nacional para conduzir a educação na pandemia, desde a decisão de fechar as escolas até o processo de reabertura gradual dos estabelecimentos de ensino. Mas as críticas à gestão de Milton Ribeiro à frente do MEC também têm contornos ideológicos. O ministro-pastor foi responsabilizado por ingerências em programas consolidados, como o Programa Nacional do Livro Didático, de tentar criar uma

¹⁵ Criada em abril de 2021, no auge da 2ª onda da pandemia e do negacionismo em parte dos representantes políticos brasileiros, essa iniciativa tinha o objetivo de fomentar o debate e dar suporte à criação de políticas públicas - especialmente nas áreas da educação, saúde; violência; assistência social, trabalho, moradia e mobilidade - voltadas para mulheres.

comissão para filtrar questões de cunho ideológico no Enem, além de ter enfrentado uma grande crise que levou técnicos a pedirem demissão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) (Bimbati, 2022). Milton Ribeiro também proferiu declarações homofóbicas que ofenderam a comunidade LGBTQIA+, quando associou a homossexualidade ao desajuste de famílias e ainda atentou contra a inclusão de crianças portadoras de deficiência no contexto escolar (Moreira, 2022).

A gestão de Milton Ribeiro terminou no dia 28 de março de 2022, após denúncias de corrupção que envolviam propinas em barra de ouro e suspeita de favorecimento de liberação de verbas para municípios indicados por pastores. Em seu lugar, quem assumiu foi Victor Godoy Veiga, que já era o secretário-executivo da pasta desde 2020. Engenheiro e servidor público, foi nomeado no dia 18 de abril de 2022 como o quinto ministro da educação de Jair Bolsonaro, ficando no cargo até o fim do mandato presidencial.

Esse levantamento não tem a intenção de ser exaustivo, mas se faz necessário para entender que a partir da escolha dos dirigentes máximos da educação se podia vislumbrar o desenho que Bolsonaro queria dar à educação. E essa imagem, infelizmente, não era nada harmônica e foi ainda mais rasurada pelo contexto pandêmico.

3.5 A região da resistência: Nordeste

O Nordeste é uma região brasileira marcada por contrastes e peculiaridades. São 09 estados – Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe – que juntos somam uma área total de 1,5 milhão de km², sendo a terceira maior região em extensão territorial do país. O último censo demográfico, realizado em 2019, apontou que 57 milhões de pessoas vivem na região, o que corresponde a 27,2% da população brasileira.

Enquanto colônia, a grande marca do Nordeste apontada por Bernardes (2007) era a influência que Pernambuco exercia sobre as demais capitâncias. O domínio holandês na região e a união dos habitantes para expulsá-los começou a esboçar uma identidade comum, bem como a criação, no século XVIII, da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, que fez com que proprietários de fazendas, senhores de engenhos e produtores de algodão, incomodados com a medida, se unissem e lutassem por esse interesse.

Com a proclamação da Independência, aponta o Bernardes (2007), começaram a se delinear diferenças mais nítidas entre o Norte e o Sul, demarcadas, principalmente, pela diferenciação da mão-de-obra implantada nas lavouras. No Sul estavam os imigrantes. No Nordeste, a população escravizada. Com a queda da Monarquia e a chegada da República,

aparece uma dimensão de federalismo, como hoje entendemos. Na República Velha, o que se viu foi uma política que beneficiou algumas unidades da Federação e favoreceu as elites desses locais, sobretudo dos estados de Minas Gerais e São Paulo, o que contribuiu para acentuar as diferenças regionais.

Na Primeira República, ainda, manifestam-se alguns movimentos sociais e fenômenos políticos, expressão, ao mesmo tempo, do reordenamento político promovido pela instauração do regime republicano, da questão agrária e dos ajustes da economia nacional diante da nova fase do capitalismo mundial: cangaceirismo, coronelismo e a manifestação de uma religiosidade popular de base, sobretudo agrária, desenvolvida em torno da figura do padre Cícero Romão Batista, vigário de Juazeiro, no Ceará. (Bernardes, 2007, p. 66)

Para muitos autores, como Bernardes (2007) e Carvalho (2016), foi no século XX que se formou a definição de Nordeste tal como temos hoje. Fenômenos culturais, econômicos, sociais, políticos e religiosos foram determinantes para isso: cangaço, coronelismo, a forma como se cantava o Nordeste, como ele aparecia nas obras de grandes nomes da nossa literatura. Tudo isso contribuiu para compor o imaginário do que é o Nordeste.

Albuquerque Júnior (2011) desenvolveu todo o seu trabalho para refutar justamente esta imagem constituída sobre a região. Ele foge de uma visão romântica ou idealista e defende que toda a estereotipação feita do Nordeste – seja por produtos midiáticos, livros, filmes, música - é fruto de relações de poder repetitivas e desiguais. Ao Nordeste cabe o lugar da periferia, do gueto, do atraso, onde imperam relações políticas e econômicas que simbolizam o atraso, o agrário, o arcaico.

O autor defende que o conceito de divisão em região já pressupõe uma divisão. Uma cessão que se liga às relações de poder, à administração e domínio. “Historicamente, as regiões podem ser pensadas como a emergência de diferenças internas à nação [...] como recortes espaciais que surgem dos confrontos que se dão entre diferentes grupos sociais, no interior da nação” (Albuquerque Júnior, 2011, p. 36).

No Estado Novo, começaram a se esboçar políticas que tentam se desvincilar de um certo determinismo para as questões climáticas e geográficas e que buscaram promover um desenvolvimento mais efetivo da região. A criação de órgãos como o Banco do Nordeste do Brasil, em 1952, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado em 1958 para planejar o desenvolvimento da região Nordeste, que culminou com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), no ano seguinte, exemplificam esses esforços de impulso no desenvolvimento regional. Celso Furtado teve um papel fundamental na concepção e implementação de políticas públicas

voltadas à redução das desigualdades regionais, promovendo industrialização, infraestrutura e inclusão social. A intenção era corrigir os pontos que haviam contribuído para o “atraso” da região em detrimento a outras localidades do país.

Na Ditadura Militar, esse processo sofreu um baque, já que a ordem era a centralização do poder e as pautas tinham uma abrangência mais nacionalista. A Sudene perdeu força, recursos e capacidade de planejamento, mas os militares encontraram na região uma base de apoio, em virtude dos resquícios do coronelismo, da religiosidade e, claro, de uma dose cavalar de oportunismo político e exploração da miséria.

Com a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, a pauta da descentralização do desenvolvimento nacional voltou a encontrar ressonância. A nossa Carta Magna deu maiores poderes decisórios para estados e municípios - que até então tinham pouca relevância no contexto do federalismo – e criou dispositivos legais para o aporte de recursos direcionado às regiões menos favorecidas. Colombo e Gileno (2019) defendem que a Constituição de 1988 acertou em criar tais mecanismos, mas pecou ao não deixar claro qual seria o papel do governo federal no combate às desigualdades regionais.

Foi só com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder, 15 anos após a promulgação da Constituição, que se desenhou um novo modelo de desenvolvimento regional para o país. Com a criação do Ministério da Integração Nacional, que teve o cearense Ciro Gomes como o primeiro gestor da pasta, uma série de ações começaram a ser estruturadas.

Entre os anos de 2002 a 2010, que compreendem os dois Governos Lula, foi organizado o retorno do planejamento regional através da criação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Diferentemente de outros períodos históricos, a PNDR previa política que tivesse o controle direto do Governo Federal e que constatassem as particularidades de desenvolvimento de cada região brasileira. (Colombo; Gileno, 2019, p. 212).

Essas políticas, aliadas a outros programas ligados à agricultura familiar, infraestrutura e distribuição de renda, como o Bolsa Família, reduziram a miséria no Nordeste e ampliaram ainda mais a base eleitoral do Partido dos Trabalhadores na região, um fenômeno que se mostrou inabalável desde a primeira eleição disputada por Lula, em 1989. Quando concorreu à presidência com Fernando Collor de Melo, o petista venceu, no segundo turno, em todas as capitais nordestinas. Limongi e Guarnieri (2019) analisaram as eleições presidenciais após a redemocratização e caracterizaram a tendência a polarização entre duas ideias de governo desde o primeiro pleito e o surgimento, vez ou outra, de uma terceira via que não conseguiu arregimentar muitos votos. Outro ponto observado pelos autores é a penetração do PT entre a população mais pobre e a adesão da região Nordeste às candidaturas deste partido,

desde a eleição de 1989.

As políticas sociais perseguidas pelo PT, qualquer que seja a forma como venham a ser classificadas, não podem ser vistas como precondições necessárias para atrair e conquistar o voto dos mais pobres. O PT sempre teve votos entre esses eleitores e passou a ter o apoio da maioria deles antes mesmo de assumir o poder. Isso não significa dizer que as políticas sociais adotadas pelo governo petista não tenham peso eleitoral. Obviamente, tiveram e continuam tendo. Por meio dessas políticas, o PT ampliou sua vantagem nesse estrato de eleitores. Tão ou mais importante que esse avanço foi o fato de ter retido o apoio conquistado fora do governo. Promessas foram cumpridas, e os eleitores recompensaram o partido. [...] Como já salientamos, o PT colheu boas votações no Nordeste desde 1989 [...]. Contudo, o voto no PT no Nordeste é menos influenciado pelas características educacionais das urnas. O PT bateu o PSDB na região por larga margem em todos os estratos educacionais. (Limongi; Guarneri, 2019, p. 18).

Nas eleições de 2018, que levaram Jair Messias Bolsonaro à presidência, esta tendência de votos se repetiu. Numa eleição marcada pela extrema polarização política, foi somente no Nordeste que o candidato petista Fernando Haddad conseguiu vencer Bolsonaro, conquistando 69,7% dos votos válidos, o que representa 20,3 milhões de votos contra apenas 8,8 milhões de votos em Bolsonaro (Caesar, 2018).

A região acabou sendo um oásis de oposição ao governo Bolsonaro. O presidente, demonstrando doses de revanchismo e vingança, acumulou declarações xenófobas e preconceituosas contra o Nordeste. Uma das mais simbólicas foi proferida em julho de 2019, quando criticou o então governador do Maranhão, Flávio Dino, dizendo que ele era o pior dos governadores “paraíbas” (Maia, 2019). A fala gerou diversas reações. Uma delas foi a criação do Consórcio Nordeste, que será detalhado no tópico a seguir.

3.5.1 O Consórcio Nordeste

Em março de 2019, os governadores da região Nordeste assinaram um protocolo de intenções que criava o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste), durante a realização do II Fórum dos Governadores da Região Nordeste, ocorrido em São Luís. Para Rossi e Silva (2020), o terreno minado em que se encontravam os governadores da região e o chefe do executivo nacional naquele período foi crucial para a criação desse instrumento jurídico que é, concomitantemente, um ataque e uma estratégia de defesa, num cenário hostil para a região num contexto de crise política e econômica.

O Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste) é um poderoso instrumento político e de gestão pública [...] é algo inédito, pois está calcado na horizontalidade das relações intergovernamentais sendo o primeiro, no Brasil, entre estados federados. (Clementino *et al.*, 2020).

O protocolo de intenções que criou o Consórcio Nordeste congregou os nove estados da região e tinha um viés político e econômico de integração, sustentabilidade e solidariedade. A ideia dos governadores era criar agendas e pautas que permitissem um crescimento integrado, com a atração de investimentos e projetos que beneficiassem a região como um todo e que lhe dessem mais autonomia frente ao governo federal, que já tinha dado inúmeras mostras da sua má vontade com a região. As áreas prioritárias inicialmente eleitas pelos governadores foram a saúde, a educação e a segurança pública, além de temas como exportações, intercâmbio estudantil e profissional e a criação de um fundo para facilitar financiamentos e obtenção de recursos (Galvani, 2019). “Dentre as possibilidades abertas com a criação do Consórcio estão a realização de compras conjuntas, a implementação integrada de políticas públicas e a busca por cooperação, também em nível internacional” (Consórcio Nordeste, [2019]).

Este aspecto, na visão de Rossi e Silva (2020), foi fundamental para a atuação do Consórcio no contexto da pandemia da Covid-19, ajudando os governantes a darem respostas dinâmicas e efetivas às crises desencadeadas em seus territórios. Desta forma, segundo Clementino *et al.* (2020), rapidamente os governadores conseguiram se articular na compra de insumos e produtos diretamente com o governo chinês¹⁶ e organizaram suas políticas de isolamento social e recomendações baseadas em critérios científicos e condizentes com as diretrizes defendidas pela Organização Mundial da Saúde.

Outra medida que merece destaque foi a criação de um Comitê Científico, em março de 2020, coordenado pelo cientista Miguel Nicolelis e pelo ex-ministro de Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, e que contava com uma intensa participação de médicos, pesquisadores, professores, cientistas brasileiros e especialistas de outros países.

A atuação do Comitê Científico era abrangente e, para isso, foram criados nove subcomitês temáticos, que denotavam o esforço de abranger todos os aspectos do contexto pandêmico, como protocolos de assistência, equipamentos e recursos hospitalares; facetas produtivas e interação entre indústria, startups, laboratórios, além de quesitos econômicos, como fontes de recursos e novas linhas de financiamento, só para citar alguns exemplos. (Clementino *et al.*, 2020)

Para se ter ideia do grau de abrangência do Consórcio Nordeste, citamos como

¹⁶ Outra medida adotada pelo Consórcio foi a compra de 600 aparelhos respiradores da China para o tratamento de pacientes infectados. No entanto, a carga foi confiscada pelos Estados Unidos no Aeroporto Internacional de Miami, no dia 01 de abril de 2020 e não chegou ao seu destino.

exemplo o trabalho realizado pela Câmara Temática de Assistência Social do consórcio que, em 2021, lançou o programa Nordeste Acolhe. A iniciativa procurou dar visibilidade a uma temática extremamente importante, considerada uma pandemia oculta: a orfandade causada pela Covid-19.¹⁷

A ideia era custear um auxílio de R\$ 600 para os órfãos da Covid-19, crianças e adolescentes até os 18 anos que perderam o pai, a mãe ou seus cuidadores diretos. No Ceará, no entanto, a iniciativa acima citada nunca saiu do papel. Dados apresentados pela Articulação em Apoio a Orfandade de Crianças e Adolescentes por Covid-19 (AOCA) e consolidados por uma nota técnica da Secretaria de Saúde do Estado apontam que, de março de 2020 a abril de 2021, 113 mil brasileiros com até 18 anos perderam a mãe, o pai ou ambos, em consequência da Covid-19. No Nordeste são 26 mil órfãos e no Ceará mais de 6 mil meninos e meninas ficaram sem o afeto e o sustento vindos dos seus responsáveis.

O exemplo citado acima mostra como foi responsável o trabalho de articulação e coordenação dos diversos segmentos que compunham o Consórcio Nordeste. Os boletins publicados sistematicamente pelo Comitê Científico tinham o objetivo de orientar os gestores estaduais e municipais sobre as ações que deveriam ser tomadas. Esses documentos se tornaram, inclusive, um acervo documental importante do registro do combate à pandemia na região.

Assim, mais uma vez, o Consórcio Nordeste reforçou seu descolamento em relação ao governo federal, tanto no sentido científico, já que as instruções eram sempre baseadas em evidências científicas, quanto em relação à coordenação clara do passo a passo procedural que deveria ser seguido pelos entes federativos – diferentemente do governo federal que deu, por vezes, indicações contraditórias. (Perez; Santana, 2020, p. 264).

A colaboração foi a marca do Consórcio durante a pandemia e fez com que essa experiência de articulação inédita na nossa região com os chefes dos executivos estaduais alcançasse um status de protagonismo na oposição ao governo federal durante a maior crise sanitária dos nossos tempos (Clementino *et al.*, 2020). Não por acaso, nomes como Camilo Santana e Flávio Dino, que governavam, respectivamente, o Ceará e o Maranhão, se tornaram proeminentes no cenário político nacional. Tanto que assumiram postos importantes no terceiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva: Santana assumiu a pasta da Educação e Dino

¹⁷ Um estudo envolvendo 21 países realizado nos Estados Unidos mostra que no mundo, a pandemia deixou 1,5 milhão de órfãos. Nas Américas foi registrado o maior contingente de indivíduos que viram morrer seus cuidadores, com uma taxa 2,4 vezes maior do que a soma dos outros continentes. O aumento da orfandade configura uma pandemia oculta associada à Covid-19. Disponível em: https://www.saude.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2021/12/Nota_Tecnica_Orfaos_da_Pandemia_Covid_atualizada03122021.pdf. Acesso em 16 ago. 2024.

foi empossado inicialmente para comandar o ministério da Justiça e depois foi indicado ao cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.

3.6 O Ceará e o combate à pandemia

O Ceará é um estado situado no Nordeste brasileiro, com uma área territorial de 148.886 Km² e uma população estimada em 9.240.580 pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹⁸. Ele está cravado no sertão e 55% da caatinga brasileira está em território cearense. Por conta disso, durante séculos, o Estado sofreu bastante com as intempéries climáticas que assolavam a população, especialmente a rural.

No final da década de 1980, a cara da economia cearense começou a mudar com a ascensão do grupo político liderado por Tasso Jereissati ao poder: se iniciava, então, “o governo das mudanças”. Para Diógenes e Araujo (2020), se instituía naquele período, entre os cearenses, os pilares de uma economia neoliberal, baseada na reforma política e administrativa da máquina estatal, privatizações, benefícios fiscais, investimento em infraestrutura e industrialização.

Essas transformações foram consolidadas pelos governos seguintes, mesmo quando Tasso saiu de cena e um novo grupo político ganhou força no Estado, com os Ferreira Gomes. Nos anos 2000, os irmãos sobralenses estavam no auge da sua potência política, com a eleição de Cid por dois mandatos consecutivos para comandar o Estado e com a nomeação de Ciro como ministro da Integração Nacional, no primeiro governo do presidente Lula. Foi esse grupo político que projetou Camilo Sobreira de Santana, que era o governador quando a pandemia atingiu em cheio o território cearense.

Naquele período extremamente desafiador, Camilo Santana conseguiu ressaltar muitas das suas qualidades políticas. Em meio às dúvidas, incertezas, informações desencontradas e *fake news*, o representante máximo do executivo estadual optou por falar diretamente com seus “irmãos e irmãs cearenses”, sem intermediários. A comunicação governamental, que é definida por Brandão (2007, p. 20) como uma “forma legítima de um governo prestar contas e levar ao conhecimento da opinião pública projetos, ações, atividades e políticas que realiza e que são de interesse público” ganhou contornos modernos e o mesmo *modus operandi* usado por artistas, celebridades e também pelo ex-presidente, Jair Bolsonaro para se aproximar do seu público: as lives, que “são uma forma de recriar estas situações coletivas, nas quais encontramos fortemente os sentidos de identificação, pertencimento e

¹⁸ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce.html>. Acesso em: 8 jun. 2023.

direcionamento” (Perez *et al.*, 2022, p. 8).

Foi por meio dessas transmissões ao vivo, realizadas no perfil do governante no Instagram, que Camilo Santana fez boa parte dos anúncios relativos à pandemia para a população cearense. Na maioria das vezes, o então governador estava acompanhado de outros gestores, como o secretário de Saúde à época, Carlos Roberto Martins – o doutor Cabeto – e, por vezes, o prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio. Estes eventos acabavam pautando a mídia tradicional e funcionavam como um alento para a população, que se ressentia da assistência prestada pelo Governo Federal.

Como membro do Consórcio Nordeste, o Governo do Estado publicou, no dia 16 de março, o decreto 33.510, que instituía, no Estado, a situação de emergência em saúde e elencava uma série de medidas a serem tomadas para enfrentar e conter o avanço da Covid-19 em território cearense. O decreto impunha medidas como o fechamento de escolas, creches e universidades por, inicialmente, 15 dias, além de outros impedimentos, como a proibição da realização de festas, cerimônias e qualquer evento com mais de 100 pessoas, a suspensão de atividades artísticas e culturais.

Naquele momento, o Estado contava com 09 casos confirmados – sendo 08 em Fortaleza e 01 em Aquiraz – e nenhuma morte havia sido registrada (Governo..., 2020a). Dois meses depois, no dia 05 de maio de 2020, Fortaleza entrava num isolamento social mais rígido, quando já registrava mais de 11 mil casos no Ceará e 700 mortes (Governo..., 2020b). Naquele período, o Estado enfrentava uma saturação na busca por leitos de hospital, o que, de acordo com os gestores estaduais, justificava a medida. A capital cearense foi a segunda cidade do país a adotar um controle mais rígido na circulação de pessoas. Antes dela, a capital maranhense já havia anunciado o endurecimento do controle de circulação de pessoas pela cidade, numa demonstração clara de coalizão das medidas sugeridas pelo Comitê Científico do Consórcio Nordeste.

Frota e Silva (2020) chamam a atenção para um dado alarmante sobre a disseminação da Covid no Ceará. Fortaleza se tornou epicentro da doença ainda no primeiro semestre de 2020, ao lado de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Uma das explicações trazida pelos autores é a presença de cearenses num casamento realizado na Bahia, que foi foco de contaminação. A outra explicação é estrutural e resultado de décadas de investimento e de um projeto desenvolvimentista em curso no Estado, com o objetivo de atrair empresas e investimentos internacionais.

Atraído pela necessidade de mudar a natureza econômica do Estado, foram construídos projetos e ampliado o intercâmbio com pessoas de vários países: a construção do Centro de Eventos; o hub da TAM instalado no Ceará, ligando o Estado a várias cidades da Europa e América Latina, com grande ampliação dos voos diários; investimentos gastronômicos e lúdicos; ampliação do setor imobiliário para estrangeiros; aeroporto internacional; novo porto internacional para navios de grandes calados; empresas coreanas nas termoelétricas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém e Companhia Siderúrgica do Pecém; quase cinco mil empresas que recebem investimento estrangeiro, dos quais, muitos portugueses. (Frota; Silva, 2020, p. 43)

Porém, um outro estudo aponta que a densidade populacional de Fortaleza pode ser uma causa mais plausível para explicar este trágico ranking. A capital cearense é a cidade com maior densidade populacional do país (7.786,44 hab/km²), atrás de metrópoles como São Paulo (7.398,26 hab/km²). Por ser uma doença viral, a Covid-19 encontrava, nesses aglomerados urbanos, um campo fértil de proliferação.

No caso específico de Fortaleza, dividida em 6 regionais, com 119 bairros, somente 24% dos bairros possuem um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) maior que 0,5, enquanto 28% possuem um IDH abaixo de 0,25(24). Em várias comunidades, as condições sanitárias e de habitação, em que muitas pessoas moram em casas com poucos cômodos, pode ser um potencial fator de transmissão em cadeia do SARS-CoV-2. (Lima *et al*, 2020, p. 9)

Ao longo de sua história recente, o Ceará enfrentou diversas doenças endêmicas, como dengue, zika e chikungunya. Mas o fato de ter sido um dos Estados mais afetados pelo coronavírus tornou a gestão dessa crise ainda mais complicada, dada a ameaça real de colapso do sistema de saúde, bem como o risco iminente de contaminações e mortes. Desde o início da pandemia, como já foi mencionado anteriormente, a postura dos governantes locais se sobressaiu em relação ao que acontecia na esfera federal. As medidas adotadas foram pautadas na ciência, refutavam o negacionismo e tinham como meta o intuito de salvar o máximo de vidas e diminuir o impacto social das medidas de isolamento¹⁹. Hospitais foram incorporados à rede pública de saúde, a exemplo do Leonardo da Vinci, que centralizava os atendimentos aos pacientes acometidos pelo coronavírus. Equipamentos e insumos – como máscaras e respiradores – foram adquiridos, leitos de UTI e de enfermaria foram disponibilizados à população.²⁰

¹⁹ No campo social, o Estado buscou cumprir a sua função, atuando para mitigar as consequências econômicas provocadas pelas políticas de isolamento. Deste modo, 338 mil famílias foram beneficiadas com a suspensão do pagamento da conta de água por três meses e 534 mil famílias tiveram suas contas de energia por 90 dias. Outras ações também foram implementadas, como a compra de botijões de gás, compra de vale-alimentação para alunos da rede pública e pagamento do cartão Mais Infância.

²⁰ As ações do governo do Ceará no combate à pandemia estão disponíveis em: <https://coronavirus.ceara.gov.br/governo/>. Acesso em: 8 jun. 2023.

Mesmo com todos os esforços, a primeira pandemia enfrentada no século XXI em território cearense deixou marcas econômicas, culturais, sociais e, principalmente, emocionais. Até o dia 13 de março de 2025, quando se completaram cinco anos do início do período pandêmico, uma reportagem do Diário do Nordeste mostrou que mais de 1,5 milhão de cearenses foram infectados pelo coronavírus e 28,2 mil morreram. Entre eles estão a minha avó, Carmélia Nogueira, minha tia, Aladir Batista, e o meu estimado professor, Gilmar de Carvalho, a quem presto esta singela homenagem.

3.6.1 A maior prova de todas: a educação cearense em tempos de pandemia

Quando a pandemia tirou professores e alunos de sala de aula, a educação cearense se encontrava num momento de destaque no cenário nacional. Apesar de existirem críticas em relação à condução de alguns aspectos da política educacional implantada no Estado, é fato que as ações adotadas deram resultados positivos, que serviram de modelo para o restante do país, como é o caso do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC).

Vieira, Plank e Vidal (2019) analisaram a política educacional cearense entre 1995 e 2015. Para os autores, fatores como equilíbrio fiscal, ampliação de repasses de recursos da esfera federal para a estadual, políticas de meritocracia que beneficiam os servidores e um sistema de gestão por resultados foram alguns ajustes que se fizeram necessários para permitir o crescimento da educação. Outro fator apontado como fundamental pelos setores foi a implementação de sistemas avaliadores de larga escala, modelo que o Ceará se engajou desde a sua gênese. Na gestão de Cid Gomes, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (Spaece) foi ampliado e serviu de indicador e critério para recebimento da cota-parte do ICMS.

A modificação da lei não prevê dinheiro novo, mas uma nova forma de distribuição dos recursos, o que leva municípios a, em função de seus resultados educacionais, terem reduzida a parcela a ser recebida, enquanto outros, também em função dos seus indicadores educacionais, conseguirem aumentar os valores a receber do ICMS. (Vieira; Plank; Vidal, 2019, p. 17)

Como já foi citado anteriormente, Camilo é herdeiro político do grupo de Cid Gomes, que iniciou o movimento de implantação do PAIC em Sobral. Tanto que sua vice-governadora era Izolda Cela, que foi secretária-adjunta de Educação na gestão de Cid Gomes em Sobral, assumiu a pasta na gestão de Leônidas Cristino e depois foi conduzida por Cid Gomes a assumir a gestão da Educação estadual nos dois mandatos dele como governador.

Camilo e Izolda, juntamente com a secretária de Educação do Estado, Eliana Estrela, enfrentaram o desafio de conduzir os rumos de mais de 300 mil estudantes cearenses matriculados do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, bem como os alunos do Ensino Médio, durante a pandemia.

A recomendação inicial da Secretaria da Educação do Ceará, por meio do Ofício Circular n. 7/2020, destinado aos gestores escolares ainda no dia 16 de março de 2020, orientava que as unidades de ensino adotassem estudos domiciliares com o uso de livros didáticos como referência e outros materiais pedagógicos disponíveis na escola e em meios eletrônicos (Ceará, 2020).

A pasta estadual se baseou nas recomendações existentes tanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que prevê a adoção do ensino remoto em situações emergenciais para complementar a aprendizagem, bem como numa resolução de 2018 do Conselho Nacional de Educação que permite que até 20% das atividades do Ensino Médio sejam realizadas à distância.

O governo conseguiu, neste período, estabelecer projetos e parcerias com grandes empresas, como a Google e o Instituto Unibanco, lançou editais para captação de materiais e serviços digitais de suporte pedagógico. Mas o modelo escolhido – o ensino remoto emergencial – pareceu ignorar, num primeiro momento, a realidade de exclusão digital existente em nosso Estado. Tanto que foi necessário adotar uma política de distribuição de equipamentos para minimizar esta realidade.

Nosso primeiro passo foi proporcionar acesso à internet para todos os estudantes, com a compra de 347 mil chips de internet de 20GB. Também adquirimos 300 mil tablets e disponibilizamos equipamentos de transmissão de videoaula a todas as 731 escolas e 13 Centros Cearenses de Idiomas (CCIs), além da aquisição de 28 mil notebooks aos professores da rede. Todas essas ações viraram política pública permanente, em 2021, com a criação do programa Ceará Educa Mais, que envolve, ainda, uma série de outros projetos para melhorar e aprimorar a aprendizagem dos cearenses. Nesse longo e necessário período sem aulas presenciais, o Governo do Ceará trabalhou também para garantir alimentação adequada aos alunos, com a compra de 1,25 milhão de cestas básicas (3 por aluno), em 2020, e 2,1 milhões de kits alimentação, em 2021 (5 por aluno). A pandemia alterou a dinâmica e a rotina do ensino, com adaptações curriculares e a necessidade de reinvenção por parte de toda a comunidade escolar.
(Santana, 2021, p. 11)

Figura 5 – Alunos da rede pública estadual do Ceará beneficiados com chips.



Fonte: Augusto (2020).

Vale destacar que esses chips de telefonia começaram a ser entregues para os estudantes da rede estadual em dezembro de 2020, nove meses após a suspensão das aulas presenciais. Situação ainda mais grave ocorreu com os estudantes da rede municipal de ensino. Os 242.000 chips, com 20Gb de pacotes de dados, e 21.500 tabletas, destinados à inclusão digital foram entregues em abril de 2021, mais de um ano após o fechamento das escolas.

É importante pontuar aqui que tanto o Governo do Estado como a Prefeitura Municipal dispõem de canais televisivos próprios. Esses dispositivos não poderiam ter sido utilizados como ferramenta pedagógica, posto que a TV é um eletrodoméstico presente na casa da maior parte dos brasileiros? Não seria mais adequado ter investido em aulas a distância que fossem exibidas pela televisão? Ou, pelo menos, ter adotado os dois modelos?

Outro ponto de destaque nas providências adotadas pelo governo do Estado neste período e que teve como foco os estudantes foi a distribuição de vale-alimentação no valor de R\$ 80, pago em duas parcelas. A medida foi anunciada pelo governo no dia 10 de abril de 2020, quase dois meses após o fechamento das escolas, e mostra uma preocupação com a vulnerabilidade dos estudantes da rede estadual de ensino e com sua segurança nutricional. Ainda assim, esse intervalo é muito grande para quem não tem comida no prato. Em 2020, foram distribuídas 1,25 milhão de cestas e em 2021 2,1 milhões de kits.

O Governo do Ceará também elaborou, em 2021, um Pacto pela Aprendizagem, que tinha o objetivo de fortalecer o regime de colaboração já existente entre o Estado e os 184 municípios cearenses. O plano era ajudar a recuperar a aprendizagem dos estudantes do ensino fundamental (1º a 9º ano) diante do contexto de pandemia da Covid-19. A estratégia beneficiou 6.062 escolas municipais cearenses e quase 1 milhão de estudantes matriculados nas séries supracitadas, envolvendo quase 100 mil professores. O investimento total para o desenvolvimento das ações do Pacto, nos anos de 2021 e 2022, foi de R\$ 130 milhões, sendo

que R\$ 50 milhões foram investidos em tecnologia e material de apoio à recuperação de estudantes das escolas municipais. Outros R\$ 80 milhões foram transferidos aos municípios para que sejam utilizados em infraestrutura física e tecnológica, na compra de veículos de transporte escolar, na implementação de medidas que permitam a implantação do tempo integral na rede municipal e no apoio às atividades extracurriculares para atuar na recuperação das aprendizagens dos alunos.²¹

O investimento feito pelo Estado para recuperação da aprendizagem no cenário da pós-pandemia é considerado pelos especialistas como o básico para superar o legado negativo deixado pela pandemia. Dados relativos ao ano de 2023 e que foram compilados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) apontam que apenas as séries dos anos iniciais do ensino fundamental conseguiram atingir a meta proposta pelo governo, que era nota seis, de uma escala que vai de zero a dez. No fundamental 2, que vai do sexto ao nono ano, o país tirou nota 5, abaixo da meta proposta que era 5,5. Apenas o Ceará²², o Paraná e Goiás passaram “por média” (Ortiz, 2024).

Com a ascensão de Camilo Santana ao MEC, a educação cearense ficou sob os holofotes. A trajetória política de Camilo é muito ligada ao fortalecimento de políticas de alfabetização, à ampliação das escolas de tempo integral e ao regime de colaboração entre Estado e municípios, práticas que se tornaram referência para outras unidades federativas (Vieira; Plank; Vidal, 2019). No âmbito federal, Santana buscou articular tais experiências na formulação de programas como o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, lançado pelo MEC em 2023, que se fundamenta na responsabilização compartilhada da aprendizagem dos estudantes, sobretudo nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A experiência cearense serviu, portanto, como insumo para a concepção de políticas educacionais mais amplas, reforçando a visibilidade do Estado no debate público nacional. Ainda assim, a adoção de políticas bem-sucedidas no âmbito estadual para o nível federal exige um processo de adaptação, uma vez que o Brasil apresenta desigualdades estruturais e heterogeneidades regionais que desafiam a replicação linear de modelos.

²¹ Pacto pela Aprendizagem. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/pacto-pela-aprendizagem/> Acesso em 16 ago 2024

²² Outro eixo central implementado pelo governo cearense no período pós-pandêmico foi a ampliação da infraestrutura tecnológica. Com o retorno presencial, o governo manteve a política de distribuição de tablets e chips de internet, além de promover a formação continuada de professores para uso pedagógico das tecnologias digitais. A proposta era não apenas recuperar as perdas de aprendizagem, mas transformar a experiência da pandemia em uma oportunidade de modernização pedagógica, articulando ensino presencial e recursos digitais.

Por fim, a experiência do Ceará no pós-pandemia reforça um paradoxo: ficou evidente que a qualidade e a equidade da educação dependem não apenas de boas práticas administrativas, mas de políticas estruturais de combate à desigualdade social, elemento que a pandemia acentuou dramaticamente. O desafio que se coloca para os próximos anos é transformar as respostas emergenciais em políticas permanentes e tratar com responsabilidade as sequelas deixadas pela pandemia.

A Constituição Federal do Brasil (1988) assevera a responsabilidade do Estado com um processo transformador e fundamental com o desenvolvimento humano: a educação. A nossa Carta Magna estabelece, no seu artigo 205, que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). Já o artigo 206 diz que “[...] o ensino deve ser ministrado com igualdade de condições que garantam o acesso e a permanência do estudante na escola.” (Brasil, 1988). No próximo capítulo, vamos nos debruçar sobre teóricos da educação e entender melhor a estrutura da educação básica brasileira.

4 PANDEMIA E EDUCAÇÃO

Há muita melancolia numa escola vazia. O silêncio é de se estranhar, os corredores parecem mais longos e escuros, os pátios perdem a atratividade e fica tudo sem cor, sem brilho, sem sentido. Se este cenário já é incômodo no período de férias, na pandemia ele se tornou absolutamente desolador. Escolas de todos os tamanhos, portes, propostas – das construtivistas às conteudistas -, urbanas, rurais, filantrópicas, públicas e privadas foram fechadas em todo o país. Calendários escolares foram alterados, férias foram antecipadas enquanto as estratégias pedagógicas iam sendo traçadas. Aulas presenciais foram substituídas por interações em meio digitais porque as escolas foram consideradas pelas autoridades como atividades não-essenciais. Naquele momento, o essencial, realmente, era salvar vidas.

Mas também foi nesse período tão crítico que o papel e a importância da escola se tornaram ainda mais evidentes para toda a sociedade. A escola faz parte do nosso tecido social, ela é uma engrenagem fundamental para que tudo funcione da maneira como nós estamos habituados. Sem aulas, a rotina de milhões de famílias fica caótica, a dinâmica do trabalho dos adultos se altera (afinal, com quem deixar as crianças?), a segurança nutricional de milhares de estudantes fica comprometida, o desenvolvimento e aprendizado, então, nem se fala. Foi na pandemia, surpreendentemente, que aprendemos essa importante lição: a escola é mais que essencial. Ela é reflexo da nossa sociedade, lugar de tensões, mas também de reflexões, de segurança emocional e nutricional. Lugar de afeto. E muitos dos nossos erros, enquanto nação, é não enxergar isso.

4.1 Escola: espaço de lições, tensões e reflexões

A escola é uma instituição educacional, social e cultural que, ao longo dos séculos, passou por diversas transformações. O seu sentido simbólico é imenso e, por isso, é uma instituição tão complexa, instigante e apaixonante. Escola é casa, chão, raiz. É afeto, sorriso, acolhimento. É sonho, possibilidade, transformação. Mas, infelizmente, a escola também absorve os dilemas do seu tempo e acaba sendo dor, exclusão, violência e um espaço de adoecimento para muitos alunos e professores.

Neste sentido, nos amparamos no pensamento de diversos autores clássicos, como Durkheim (2011), Althusser (1980), Bourdieu e Passeron (1992), que analisaram a escola como uma instituição da sociedade capitalista e, portanto, reproduutora, reflexo e espelho das questões estruturais dessa sociedade. Alguns desses autores se enquadram no que Dermeval Saviani, em

sua obra *Escola e Democracia*, classifica como os teóricos crítico-reprodutivistas, que entendem a educação como um instrumento de discriminação. Há, para o educador brasileiro, uma percepção de que a educação consiste na reprodução da sociedade em que se inserem (Saviani, 2012, p. 15-16)

Durkheim (2011), por exemplo, nos encaminha para uma discussão filosófica e sociológica sobre a educação, com um viés que demonstra a efetividade pragmática desta atividade. Cada sociedade, a seu modo, vai construir um modelo de educação e, para isso, precisa ir encontrando indivíduos para ocuparem as funções estratégicas para o seu desenvolvimento. A educação, para o autor, precisa ser una e múltipla, para conseguir suprir as necessidades da sociedade a partir das habilidades individuais.

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. Ela tem como objetivo suscitar e desenvolver na criança, um certo número de estados físicos, intelectuais e morais exigidos tanto pelo conjunto da sociedade política quanto pelo meio específico ao qual ela está destinada em particular. (Durkheim, 2011, p. 54).

Essa perspectiva, porém, é tensionada por Bourdieu e Passeron (2014), que analisam o sistema educacional francês sob a ótica da reprodução social. Para os autores, por mais que a escola seja uma instituição reconhecidamente promotora da ascensão social dos indivíduos, ela também é uma instância de reprodução da estratificação e reprodução do sistema social vigente, já que não possibilita chances iguais para todos e transforma hierarquias sociais em hierarquias escolares. Na visão dos autores franceses, o êxito escolar dos estudantes está atrelado ao capital cultural, conceito que explica todo o acesso que esse indivíduo tem ao mundo digital e da cultura, das artes, da música, da literatura, do esporte, do lazer e que acontece por intermédio da família e outros personagens, em interações que se dão fora da escola. Logicamente, as condições de desigualdades que se apresentam nesses ambientes vão interferir no desempenho das crianças e adolescentes quando elas se depararem com o conteúdo ministrado na escola.

Essa análise ajuda a compreender, por exemplo, os efeitos da pandemia no Brasil, quando as desigualdades já existentes se aprofundaram pela falta de infraestrutura e de acesso a bens culturais de milhões de estudantes.

Outro teórico da Educação, Louis Althusser²³, a partir de uma perspectiva marxista, amplia essa crítica ao considerar a escola como um agente ideológico que ocupa papel central nesse processo, pois goza de legitimidade social e familiar, recebendo o indivíduo de forma obrigatória por vários anos consecutivos. Assim, a instituição escolar não apenas transmite conhecimentos técnicos (*know-how*), mas também molda subjetividades, preparando a força de trabalho para a manutenção da ordem capitalista.

É pela aprendizagem de alguns saberes contidos na inculcação maciça da ideologia da classe dominante que, em grande parte, são reproduzidas as relações de produção. de uma formação social capitalista [...] os mecanismos que produzem esse resultado vital para o regime capitalista são naturalmente encobertos e dissimulados por uma ideologia de Escola universalmente aceita [...] uma ideologia que representa a Escola como neutra, desprovida de ideologia (Althusser, 1980, p. 64)

Ainda que partam de perspectivas distintas, todos esses autores reconhecem a centralidade da escola na formação social. Nenhum deles questiona sua existência, mas problematizam sua função. Enquanto Durkheim a entende como mecanismo de integração, Bourdieu e Althusser ressaltam sua dimensão excludente e reprodutora.

Esse debate não pode ser dissociado das transformações históricas pelas quais a instituição escolar passou. Peguemos a fim de exemplificação o período que coincide com o declínio da Idade Média, quando toda a estrutura social foi alterada com a destruição das formas comunitárias de organização social que eram características daquele período. Uma nova configuração familiar foi se estruturando, mais nuclear e isolada dentro do ambiente doméstico, com mais privacidade, intimidade e uma afetividade que era muito tímida na era medieval, em que a realidade era muito mais social e moral (Mendonça, 2013). A família - e não mais a comunidade – passou a ser o ponto inicial de contato da criança com a cultura.

Foi neste contexto que a escola começou a ganhar importância na sociedade que se transformava. Ela substituiu a educação prática característica da Idade Média, com as corporações de ofício, e passou a ter um viés mais moralista, sendo papel desta instituição formar a criança, inculcar nela os valores, as crenças, a disciplina, a rigidez moral necessária para viver em sociedade. A criança foi separada dos mundos dos adultos e, assim, a concepção de infância começou a mudar: os meninos e meninas começaram a se vestir de um modo específico, suas brincadeiras foram dissociadas dos adultos e a saúde delas passou a ser mais

²³ Na sua obra *Ideologias e Aparelhos Ideológicos do Estado*, Louis Althusser, a partir de uma perspectiva marxista, vê o Estado como um agente repressor que assegura à burguesia o seu domínio sobre a classe operária. Assim, o autor estabelece uma divisão em que há os Aparelhos Repressivos do Estado - governo, exército, polícias, tribunais, prisões - e os Aparelhos Ideológicos do Estado, que são múltiplos e de origens diversas: sindicais, culturais, comunicacionais e até escolares. Juntos, cada um a seu modo, eles contribuem com a manutenção do sistema de exploração capitalista.

observada e cuidada. O espaço escolar, que antes era restrito a uma minoria de clérigos letrados, se abriu para filhos de leigos, nobres e burgueses do sexo masculino, com mais de 10 anos de idade (Ariès, 1986, p. 176) já que, antes disso, eles eram considerados fracos, débeis e incapazes de aprender e suportar os castigos corporais, usados como instrumentos pedagógicos de evolução do indivíduo.

E, vale frisar, que essa porta que se abria para os meninos continuava cerrada para as garotas e assim permaneceu até o século XIX, quando a saúde e educação passam a ser considerados questões de Estado e surgem ciências e áreas do conhecimento mais voltadas para essa realidade, com a pediatria, a pedagogia e a psicologia. A mulher, neste cenário, incorpora a função de guardiã da saúde e educação dos filhos. “Assim, de objetos imperfeitos e desprezíveis, a criança e a mulher foram promovidas a objetos altamente qualificados. A mulher, como mãe, e a criança, como futuro da nação, passaram a constituir as peças fundamentais do projeto de modernidade” (Mendonça, 2013, p. 52).

Para Lane e Codo (1989), a ideia moderna de infância foi determinada pela organização social do capitalismo e da burguesia, mas elas ressaltam que não dá para falar de uma só infância na escola, já que isso nos levaria a ter uma ideia de igualdade de todas as crianças, o que é impossível no contexto de uma sociedade de classes. “Uma crítica à escola capitalista é que ela impõe uma cultura que considera legítima, tornando ilegítima qualquer outra manifestação cultural. Desse modo, a escola pública nega muitos conteúdos e valores já socializados e pressupõe novos padrões de socialização” (Lane; Codo, 1989, p. 134)

Mesmo com todas as suas limitações, no contexto capitalista a escola se tornou cada vez mais necessária. É nela que ocorre a passagem da criança do mundo infantil para o mundo adulto. É na escola que os infantes terão o contato com o diferente, diverso e será exposta a regras de convivências, combinados culturais, econômicos e sociais.

Esse contato das crianças e adolescentes com o mundo exterior, foi um ponto muito importante para muitos teóricos da educação, como o biólogo e psicólogo francês Jean Piaget que centrou seus estudos numa perspectiva teórica que uniu aspectos biológicos e educacionais. O seu grande ponto de questionamento era o conhecimento humano: como saímos de um grau tão elementar de aprendizado e, ao longo da vida, desenvolvemos potencial para adquirir conhecimentos tão complexos? Como se dá esse aprendizado das crianças, como passamos a perceber e aprender com o mundo que está à nossa volta?

Essas inquietações nortearam os estudos de Piaget e o levaram a construir a chamada Epistemologia Genética, uma teoria interdisciplinar construída a partir da observação minuciosa das crianças no seu ambiente natural e que estruturou os processos de aprendizagem

do ser humano, desde a infância até a adolescência. Combatendo a tendência anterior que defendia que a aprendizagem seria um processo inato, Piaget vai defender que toda aprendizagem se dá por meio de processos que só tem sentido em situações de mudança ou desequilíbrio. E, por isso mesmo, a aprendizagem é um processo ativo, vivo, dinâmico.

Conquistar por si mesmo um certo saber, com a realização de pesquisas livres e por meio de um esforço espontâneo, levará a retê-lo muito mais; isso possibilitará sobretudo ao aluno a aquisição de um método que lhe será útil por toda a vida e aumentará permanentemente a sua curiosidade, sem o risco de estancá-la; (...) aprenderá ele a fazer por si mesmo funcionar a sua razão e construirá livremente suas próprias noções. (Piaget, 2000, p. 62)

Nesse processo, Piaget valoriza a presença do professor como mediador, observando os estágios em que a criança ou o adolescente se encontra, favorecendo e facilitando a assimilação e acomodação dos novos conhecimentos. É o professor também que vai ser o principal agente a promover os desequilíbrios que suscitam novas aprendizagens.

Outra contribuição significativa piagetiana foi a identificação de quatro estágios principais no desenvolvimento cognitivo, que descrevo abaixo:

-Estágio Sensório-Motor (do nascimento até aproximadamente 2 anos): neste estágio, os bebês exploram o mundo através de seus sentidos e ações motoras. As habilidades motoras e a coordenação se tornam mais refinadas, e os bebês começam a entender que suas ações têm efeitos sobre o ambiente.

- Estágio Pré-Operacional (aproximadamente dos 2 aos 7 anos): durante este estágio, as crianças desenvolvem habilidades de linguagem e começam a usar símbolos para representar objetos e eventos. No entanto, seu pensamento ainda é egocêntrico, o que significa que têm dificuldade em ver as coisas do ponto de vista dos outros. Elas também apresentam pensamento mágico e têm dificuldade em entender conceitos de conservação, como a ideia de que a quantidade de líquido permanece a mesma mesmo quando transferida para um recipiente de forma diferente.

- Estágio das Operações Concretas (aproximadamente dos 7 aos 11 anos): as crianças começam a pensar de forma mais lógica e sistemática sobre objetos e eventos concretos. Elas desenvolvem habilidades de conservação, entendendo que as propriedades dos objetos permanecem constantes apesar das mudanças na forma ou aparência. O pensamento lógico ainda está vinculado a situações concretas; as crianças têm dificuldade em lidar com conceitos abstratos ou hipotéticos.

- Estágio das Operações Formais (aproximadamente a partir dos 12 anos): neste estágio, os adolescentes desenvolvem a capacidade de pensar de maneira abstrata e

hipotética. Eles podem considerar múltiplas perspectivas, pensar sobre possibilidades futuras e usar raciocínio lógico para resolver problemas complexos. O pensamento se torna mais sistemático e organizado, e eles podem lidar com questões abstratas e teorias.

A teoria de Piaget é fundamental para a psicologia do desenvolvimento pois ajuda a entender como as crianças pensam e aprendem em diferentes idades. Cada estágio é visto como um avanço em complexidade e sofisticação do pensamento, refletindo a capacidade crescente das crianças de compreender e interagir com o mundo ao seu redor. Essa interação que norteia toda a obra piagetiana com o ambiente físico e social e que leva a criança a construirativamente o conhecimento foi extremamente prejudicada no contexto da pandemia. Com alunos e professores separados pelo distanciamento, o processo de assimilação, acomodação e, consequentemente, de equilíbrio, ficou prejudicado. Com as aulas transferidas para o ambiente virtual, com uma infraestrutura de internet, iluminação, ergonômica, nutricional muitas vezes insuficiente, o processo de aprender, para muitas crianças, se tornou mais desafiador.

Outro teórico revolucionário no campo da educação foi o russo Lev Vygotsky, um dos autores mais influentes do século XX. Mesmo tendo vivido apenas 37 anos, ele escreveu mais de 200 artigos que revolucionaram a forma de encarar o desenvolvimento humano. O autor, na sua abordagem histórico-social, olha todo o processo de aprendizagem e desenvolvimento humano como uma construção social e relacional, que se dá desde o primeiro dia de vida e não cessa, o que torna o ensinar e aprender algo indissociável e contínuo.

Para o autor, o desenvolvimento tem duas origens. Uma é biológica, mais elementar, e a outra tem uma origem sociocultural e culminará no que Vygotsky denomina de funções psicológicas superiores, como a aprendizagem, memória, atenção, percepção, abstração. “A história do comportamento da criança nasce do entrelaçamento dessas duas linhas” (Vygotsky, 1991, p. 61).

O autor destaca que os processos históricos e culturais vão atuar sobre o ser biológico, transformando-o em ser social para que, assim, ele se torne um indivíduo. E, nesse processo de humanização, que se contrapõe ao inatismo de outras abordagens, as mediações e trocas culturais serão fundamentais porque, para ele, aprendizado pressupõe a plasticidade, ou seja, o indivíduo cria processos adaptativos para superar suas limitações e adquirir novos conhecimentos, num processo. “O aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que

Neste cenário delineado por Vygotsky, a escola é um espaço privilegiado para a criança aprender e se desenvolver. Nela, é possível observar conceitos importantes abordados na obra do autor russo, como a internalização, a mediação e a concretização do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). A internalização é o processo em que a criança assimila algo que está ocorrendo no exterior. A mediação pode ser entendida como as trocas ocorridas entre a criança e outras pessoas que vão possibilitar a aquisição da cultura. Já a Zona de Desenvolvimento Proximal é um conceito que vai ajudar os mediadores a atuarem para auxiliar meninos e meninas a se desenvolverem. Ela está no meio do caminho entre as habilidades que a criança já adquiriu - o desenvolvimento real - e o que ela está prestes a aprender - o desenvolvimento potencial. É justamente nesta área que o professor vai atuar.

Vygotsky dá uma atenção especial ao processo de aquisição de fala dos indivíduos. É um momento de intensas trocas neurais, quando eles começam a externar uma série de coisas já internalizadas e de um grande salto, já que é o ponto em que a criança passa a dominar a esfera do simbólico. Um coração, muito mais do que o seu sentido denotativo, de órgão do corpo, ganha conotações afetivas, podendo representar o amor, a mãe, a família. “O aprendizado é mais do que aquisição de capacidade para pensar; é aquisição de muitas capacidades especializadas para pensar sobre várias coisas.” (Vygotsky, 1991, p. 108)

Nessa perspectiva, não é de se estranhar que a pandemia tenha provocado impacto neste processo tão decisivo para a evolução dos seres humanos. Exilados em casa, famílias voltaram a se limitar ao seu núcleo fundante, sem interação considerável com outras crianças, familiares, sem aquela conversa banal numa ida ao parque, à padaria, às festas. A companhia principal, via de regra, era o celular, com seus desenhos cheio de estímulos visuais, mas que não suprem o que a criança necessita para se desenvolver em plenitude.

Numa abordagem que dá tanta importância às interações, trocas e mediações já é possível apreender que, a partir do olhar de Vygotsky, a pandemia e seus desdobramentos são responsáveis por prejuízos enormes para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, especialmente em países que, como o Brasil, foram epicentros de transmissão da doença e não foram eficientes nas medidas de contenção do vírus, prolongando o isolamento social e o fechamento das escolas. Longe do olhar atento do professor e de todos os estímulos recebidos no ambiente escolar, a mediação, que outrora ocorria normalmente, passou a ter mais uma camada, a da tecnologia. E, muitas vezes, isso gerava um ruído, que atrapalhava todo o processo de identificação da Zona de Desenvolvimento Proximal pelo educador, já que ele estava com uma ação limitada e sem acesso a muitas informações importantes sobre a criança, sua família, sua rotina, seus pensamentos espontâneos. A mediação, portanto, estava em xeque, já que ela

se dava por meio de uma tela, que muitas vezes estava trincada, não tinha o tamanho adequado e, muito menos, um sinal decente para permitir uma conexão efetiva.

Não dá para falar da aquisição das funções psicológicas superiores desta geração sem olhar para o que elas atravessaram por conta da pandemia de Covid-19. Como nos lembra Mendonça (2013), é preciso considerar que a história das crianças não é atemporal. “Eles surgem em função de um tempo, lugar e contexto histórico” (Mendonça, 2013, p. 25). Esse recorte de pensamento dialoga muito com o pensamento de Vygotsky e sua concepção da criança como um ser inacabado e, por isso, sujeito a um aprendizado constante, que se dá por meio de relações sociais.

Uma geração inteira será afetada pelas sequelas do coronavírus na educação. Atraso na fala, problemas de letramento e aprendizagem, ansiedade, depressão, síndrome do pânico, luto são alguns rapidamente listados que afetam parte da comunidade escolar. Se listarmos as consequências que professores e outros segmentos educacionais estão enfrentando, podemos afirmar a gravidade das sequelas da Covid-19 no contexto escolar, como destacado em pesquisas nacionais e internacionais. (Sousa *et al.*, 2024; Sousa, 2024; Gomes; Sousa, 2023; Gobbi; Rovea, 2021; Buheji *et al.*, 2020)

Identificar essas sequelas é importante para que, assim, quem atua na educação possa saber como encontrar os meios mais adequados para superar esse diagnóstico. O que se sabe é que todo esse processo exigirá dos governos, educadores, pais, professores e alunos muito investimento financeiro e afetivo, ponto que será abordado no próximo tópico.

4.2 Escola com afeto

Ao enfrentarmos a pandemia, com todas as sequelas físicas e emocionais deixadas por ela ao redor do mundo, é impossível não evocarmos o aspecto visionário e atual da teoria proposta pelo pedopsiquiatra, psicanalista e educador português: João dos Santos. Com sua obra, Santos revolucionou a saúde mental infantil em Portugal, ao voltar seu olhar cuidadoso especialmente para as crianças que apresentavam algum distúrbio de aprendizagem. O doutor dos afetos se ocupou de meninos e meninas invisibilizados, num período de grande tradicionalismo nas escolas. Para conseguir pôr em prática as suas ideias e ideais, criou várias instituições de saúde e de educação que marcaram a vida de gerações de crianças portuguesas. (Paiva, 2023). Uma delas foi a Casa da Praia, criada em 1975 e em funcionamento até hoje.

Ciente de que o homem é fruto do seu tempo histórico, João dos Santos precisou sair de Portugal e se exilar na França durante a ditadura salazarista. Neste período, em Paris,

teve a chance de atuar com grandes nomes da área médica e psicológica, a exemplo Henri Wallon²⁴, experiência que marcou a sua trajetória pessoal e profissional e foi fundamental para a construção dos seus escritos.

Uma característica marcante da obra santiana é a relação entre afeto e cognição. A aprendizagem, para ele, só pode acontecer se as condições socioemocionais forem benéficas para os meninos e meninas, se eles se sentirem felizes, seguros, amparados e respeitados; e, para isso, é imprescindível que se respeite os estágios de desenvolvimento físico, motor e psicológico da criança.

A escola devia dar continuidade ao método maternal que ensina com amor, que nutre o espírito da criança mais do que todos os manuais. É preciso que na escola se brinque, cante, desenhe, pinte e fale em liberdade, antes que se dê satisfação aos pais e educadores apressados e obcecados com a ideia do exame. (Santos, 2016, local. 130).

Para João dos Santos, a educação começa na maternidade. Isso denota a preocupação do médico português com essa base familiar, com o estímulo que a criança recebe na triangulação pai/mãe e bebê, do amparo recebido da família alargada, conceito que criado por ele para designar todos os adultos que vão amparar a criança, formando com ela laços que serão fundamentais para o seu pleno desenvolvimento. Fazem parte da família alargada os pais, avós, parentes, vizinhos, padrinhos, enfim, todos os adultos que tenham responsabilidade socioafetiva para com ela. É neste ambiente que a criança vai receber a linguagem, a cultura; que ela começará a ser educada para ter um futuro feliz e promissor, o que contribuirá, de forma significativa, para a sua formação integral e educação formal.

No entanto, ao analisar as configurações familiares que passaram por uma profunda transformação no século XX com a chegada definitiva das mulheres ao mercado de trabalho, com suas jornadas extenuantes, com crescimento dos divórcios e a falta de rede de apoio, João dos Santos assevera que muitas famílias estão querendo terceirizar a educação dos seus filhos para a escola.

A criança hoje não tem afecto em casa porque os pais estão demasiado ocupados e deformados pela crença de que a educação se faz na escola, o que também é verdade, mas não só [...]. Os pais confiam que a escola lhes vai resolver todos os problemas educativos. (Santos, 2016, local. 1165).

²⁴ A teoria da psicogênese de Wallon é uma abordagem importante no campo da psicologia do desenvolvimento, que se concentra na compreensão da evolução da personalidade e das capacidades cognitivas das crianças, ao propor que o desenvolvimento psicológico é um processo dinâmico e interativo, onde aspectos emocionais e sociais desempenham um papel crucial.

A escola, por sua vez, precisa estar apta a se conectar com esta criança para que seu processo de aprendizagem transcorra de maneira satisfatória. Para isso, o médico português defendia que a escola se despedisse do seu olhar mais tradicional e se tornasse mais humanizada, que fosse capaz de criar elos entre a linguagem racional dos adultos e a linguagem emocional compreendida pelas crianças.

Com uma visão extremamente conectada às transformações que estavam em curso numa sociedade cada vez mais capitalista e voltada à acumulação de capitais, que substitui o ter pelo ser, João dos Santos advogava que a educação precisava retomar sua essência ativa e criativa, baseada nas relações, e abandonar o aspecto mecânico e passivo. Ele estava interessado pela criança na sua integralidade, razão e emoção, corpo e mente, educação formal e relacional. Uma abordagem que jamais seria passível de se medir por notas e exames escolares.

Os problemas infantis são, essencialmente, problemas de relação. Em psicologia moderna, a relação é encarada como um sistema de comunicação que permite troca de sentimentos, emoções e conhecimento [...]. Desta forma, se comprehende que a educação nunca é só pedagogia e didáctica, mas também comunicação no sentido da relação afectiva. (Santos, 2016, local. 683)

Esse pensamento nos comprova a ligação profunda de João dos Santos com pensadores que defendem uma escola mais ativa, as teorias da escola nova, das teorias psicogenéticas e de uma concepção histórica de mundo. Uma visão que comprehende que as dinâmicas sociais, a desigualdade, a exclusão, o preconceito, a fome são questões que deixam marcas profundas nos indivíduos e que não podem ser ignoradas pela educação. “Dessa forma, esses estudiosos despertaram o educador para os aspectos de que as diferenças sociais podem vir a interferir no processo de aprendizagem dos seus educandos, oferecendo suporte técnico para lidar com elas, buscando mecanismos para superá-las. (Holanda; Morato, 2016, p. 50)

Os autores que sustentaram e influenciaram a teoria santiana creem, cada um a seu modo, que o processo de socialização, as trocas simbólicas, a interação, a mediação, a cooperação são estágios essenciais para o desenvolvimento humano. Precisamos dos elementos sociais para aprender a cultura, a língua, os tratados sociais. Precisamos do exterior para compor todo o nosso repertório interior e, na pandemia, o outro estava distante, afastado, apartado. “Desta forma, é através do outro que a criança é definida, significada e que um lugar de pertinência lhe é dado” (Mendonça, 2013, p. 25).

A autora dá sequência ao seu pensamento explicando que a subordinação da criança ao outro pode significar um investimento que lhe permita a existência ou, na direção contrária, uma negação tão sistemática de direitos que pode implicar a sua morte, tanto simbólica como física. Esse contexto de destituição de direitos ficou ainda mais evidente no período pandêmico

brasileiro, quando as crianças e adolescentes tiveram incontáveis direitos negados e o distanciamento do ambiente escolar foi um deles.

Os efeitos colaterais, nas crianças e adolescentes brasileiros, não se encerram com o fim da pandemia, já que são sentidos de maneira indireta e o tratamento não pode ser de curto prazo, especialmente as sequelas deixadas no campo educacional. Eles se manifestam de múltiplas formas, com problemas na aprendizagem, atrasos de alfabetização e fala, evasão escolar estão deixando o Brasil para trás no cenário da pós-pandemia. E um dos pontos mais sensíveis deste contexto são as sequelas que estão no campo socioafetivo. Por isso, as ideias santianas, com sua pedagogia terapêutica, se fazem ainda tão atuais. E vamos discorrer sobre este tema no tópico a seguir.

4.2.1 A Pedagogia Terapêutica de João dos Santos

Curar e educar. Para João dos Santos, médico e educador, essas duas ações estão intimamente ligadas. O pedopsiquiatra percebeu a necessidade de olhar, de forma mais cuidadosa e humana, para a criança que estava sendo estigmatizada e deixada à margem por ter problemas de aprendizagem. Tanto que ele propôs, em 1975, a Pedagogia Terapêutica, um conjunto de práticas pensadas para auxiliar o processo de ensino desses miúdos e miúdas. Vale destacar que, nesse período, questões comuns ao nosso tempo, como TDAH, autismo, dislexia, que sabidamente impactam o aprendizado, não eram comuns e nem diagnosticadas, o que só torna a proposta santiana ainda mais revolucionária.

De acordo com Moura (2019), a pedagogia terapêutica se propunha a fazer uma intervenção a curto prazo, prática, pontual, reunindo elementos da pedagogia e da psicoterapia. Estas técnicas são projetadas para ajudar os alunos a superar suas dificuldades e a desenvolver habilidades que lhes permitam progredir na escola e na vida. “A Pedagogia Terapêutica não pretende ser uma ciência, mas uma atuação prática para a resolução de obstáculos que se apresentam à criança e ao adolescente, aos professores e aos pais, na aplicação dos métodos, instrumentos e materiais escolares” (Moura, 2019, p. 101)

Na Pedagogia Terapêutica, é premissa o envolvimento da família, da escola e da criança, que precisa ser ativa neste processo. Para Holanda e Morato (2016), João dos Santos valorizava a originalidade que há em cada criança, seus interesses, necessidades e capacidade de expressão. Por isso, na sua pedagogia ele valoriza a autonomia, a criatividade, a intimidade e as relações, a arte e a expressividade, elementos que possibilitaram a formação de vínculo com a criança que está a aprender.

Toda educação deve ter por base o amor pela criança, o afeto e o sentimento ligado ao ensino das matérias. Sem atividade recíproca do mestre-aluno, sem relação afetiva e compreensão humana dos sucessos e dos fracassos, o ensino não é educação: é adestramento. (Holanda; Morato, 2016, p. 73)

A Casa da Praia foi o local escolhido pelo doutor dos afetos para aplicar a sua proposta pedagógico-terapêutica. É importante reforçar que a Casa da Praia não era uma escola tradicional e tampouco um externato repleto de estigmas e preconceitos. Era um espaço integrado à comunidade, onde as famílias eram bem-vindas e devem, como prescrição, estar inseridas no processo; onde imperava um extremo respeito por todas as circunstâncias - físicas ou emocionais – que representavam um obstáculo para o pleno desenvolvimento da criança.

A criação de um serviço de saúde mental incluído na comunidade, desde logo pela dessensibilização do estigma, e a que chamou Externato, mas diferente de uma escola, foi um rasgo virtuoso de ética prática do seu criador pelo respeito inequívoco da criança em idade escolar, cujo contexto do seu desenvolvimento se faz entre os pares e debaixo de um teto, numa casa, pensada para acolher, cuidar e promover a esperança às crianças e aos pais num destino de vida melhor. (Morato; Santos, 2021, p. 165).

O médico de Lisboa tinha a convicção que as crianças eram capazes de aprender por múltiplas linguagens e expressões, incluindo o afeto e conexões. Meninos e meninas, com idade entre seis e dez anos, e com diferentes questões - problemas de foro emocional, agressividade, impulsividade, agitação, timidez, dificuldade de comunicação - são encaminhados até hoje, no contraturno escolar, para o prédio localizado na travessa da Praia e lá têm a oportunidade de aprenderem de uma maneira mais feliz e livre, sem precisarem se adequar ou moldar a sua essência.

Um dos pilares da proposta santiana é a abordagem multidisciplinar: une saúde, arte, educação, assistência social e ocupacional. No entanto, o médico de Lisboa valorizava por demais a relação aluno-professor, já que este profissional tem o privilégio de conviver diariamente com a criança e obter sua confiança e afeto. Tamanho vínculo exige, por sua vez, que os educadores estejam aptos a construir esta relação e isso significa que eles precisam estar em paz com a sua criança interior, que revistem a sua infância e façam seus próprios percursos terapêuticos.

A abordagem de João dos Santos teve um impacto significativo na educação e se faz ainda muito atual, especialmente neste contexto pós-pós-pandêmico. Mais do que nunca se faz necessário que a escola rompa com as estratégias tradicionais, observe o seu aluno, a sua comunidade escolar, acesse essa criança e esse jovem nas suas particularidades, detecte sofrimentos, feridas e marcas emocionais que estão se colocando como obstáculo para o

aprendizado. A escola precisa construir pontes com as famílias, ser um espaço de diálogo, de construção e não de exclusão. As famílias precisam se apropriar do espaço escolar, ter uma participação ativa, presente, construtiva, propositiva.

Mas como conseguir isto num cenário de distanciamento social? Como planejar, ensinar, mediar, acompanhar, observar, avaliar de maneira remota, numa experiência completamente nova para toda a comunidade escolar, especialmente na educação básica, que não contempla a modalidade de ensino a distância? No próximo tópico, esta tese se debruça sobre essas temáticas para entender melhor o funcionamento da educação básica no Brasil – objeto desta tese - e como esse segmento se organizou durante o ciclo pandêmico.

4.3 A escola é para todos: a educação e as leis no Brasil

A educação é, sem dúvida, um ato social indispensável para o funcionamento e evolução da sociedade. Na história brasileira, a educação sempre teve um caráter mais elitista, a começar pelo período da nossa colonização monocultora e escravista. Por mais de 200 anos, os jesuítas ficaram responsáveis pela educação da população pobre e nativa do país, uma educação cristã e que não buscava fomentar o que já eclodiu de conhecimentos científicos no além-mar (Avelar; Cintra, 2007). Os filhos da elite – os bacharéis, advogados, médicos, padres – iam estudar nas metrópoles europeias, contribuindo para a construção de uma visão mais liberal da educação neste segmento da população.

A educação como direito de todos os cidadãos só aparece nos marcos legais na Constituição de 1824, após a Independência do Brasil em relação aos colonizadores. Ainda que o tema surja de forma tímida, no artigo 179 da Carta, fez-se ali a primeira menção à promoção de uma instrução pública e à criação de universidades. Dez anos depois, o ato adicional de 1834 tirou do Império a responsabilidade por essa instrução e transferiu para as províncias, o que pode ter contribuído para o início do fosso de desigualdades educacionais existentes no país. Após a Proclamação da República, a educação voltou a ser contemplada na Constituição de 1891, com alguns avanços em relação ao texto anterior, como a laicidade da escolarização e o retorno da centralização por parte do governo (Teixeira; Vespúcio, 2001).

Nos textos constitucionais seguintes - 1934, 1937, 1946 e 1967 – a educação sempre esteve contemplada e, ao longo do século XX, a educação brasileira foi sendo estruturada com ações importantes, com a criação de uma pasta ministerial para cuidar do assunto, com a promulgação de leis específicas e com temas como acesso, financiamento, avaliação e conteúdo

sendo incluídos a cada constituinte. Para Saviani (2017), essas reformas constantes, cíclicas e pendulares dos foram uma marca da educação brasileira.

Essa breve explanação não contempla, obviamente, toda a evolução da história da educação brasileira e de suas legislações, mas demonstra a valorização dada por esta pesquisa ao tema. Contudo, como o recorte adotado no presente estudo trata de uma temática atual, vamos nos limitar a aprofundar a análise nas transformações que ocorreram na segunda metade do século passado, após a promulgação da Constituição de 1988.

A Carta Magna de 1988 é, notoriamente, um dos documentos mais importantes da história brasileira pelos reconhecidos avanços sociais contidos nela. Construída por vários segmentos da nossa sociedade no período de redemocratização do país, a Carta Magna traz ideais que nortearam a construção das políticas públicas vigentes no país.

Durante a vigência da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, houve uma ampla mobilização para a construção do capítulo que trata da educação e dos direitos das crianças e jovens na nossa Carta Cidadã. A proposta “Criança, prioridade nacional”, que versava sobre os direitos da infância na Constituinte, foi elaborada por especialistas, pesquisadores e militantes da causa de todo o Brasil e recebeu mais de 1 milhão de assinaturas de crianças e adolescentes (Brasil, 2018). Outro exemplo da grande mobilização que alcançou o país no período foi o Dia Nacional da Criança na Constituinte, comemorado em 07 de abril de 1987. Nessa data, milhares de pessoas foram ao Congresso Nacional exigir que artigos garantidores dos direitos básicos de crianças e adolescentes, entre eles o direito à educação, fossem abordados no documento.

E, dessa comovente mobilização, pela primeira vez na história do Brasil, artigos que contemplavam direitos para a infância apareceram na Constituição: educação, saúde, alimentação, educação, lazer, cultura, profissionalização foram tratados como dever da família, sociedade e Estado, inaugurando um novo capítulo na história de milhares de pequenos brasileiros. Crianças e adolescentes passaram a ser visto como cidadãos, tendo direito à liberdade, a viver em família e em comunidade, direito de serem protegidos de toda forma de exploração, de discriminação, violência e opressão. Pela lei, nossos meninos e meninas, especialmente os mais pobres, ganharam o direito de sonhar.

Figura 6 – Capa da Emenda Popular: Criança, Prioridade Nacional.



Fonte: Brasil (2018)

De acordo com Cury (2002), o documento de 1988 criou as condições para que o Brasil caminhasse no rumo de adotar um sistema único de educação básica, assim como ocorreu com a criação do Sistema Único de Saúde, já citado anteriormente neste trabalho. Esse sistema de educação deveria promover uma educação acessível a todos, laica e gratuita.

Os três entes federados – União, Estados e Municípios - devem estar empenhados para que crianças e jovens tenham acesso à escola e condições de nela permanecer. Cury (2002) e Saviani (2017) destacam que este envolvimento torna a gestão da educação ainda mais complexa. O Estado, que tem o dever de prover a educação, é composto por unidades federadas que possuem diferentes histórias, heranças culturais, tamanhos, perfis de renda, demografias.

Isso significa a necessidade de um certo grau de unidade sem amordaçar a diversidade. E, na forma federativa adotada pela CF/88, com 27 estados e mais de 5.500 municípios, só a realização do sistema federativo por cooperação recíproca, constitucionalmente previsto, poderá encontrar os caminhos para superar os entraves e os problemas que atingem nosso país. (Cury, 2002, p. 171).

O desenho de futuro para as crianças e jovens emanado da Constituição promulgada em 05 de outubro de 1988 passa pela educação. E, a partir do texto constitucional, outros documentos fundamentais para a atual configuração da educação foram construídos. Um deles

foi o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, que tornou ainda mais explícito o direito que a criança tem de ser educada para a cidadania. Para isso, o ECA passou a combater, de forma veemente, a exploração do trabalho infantil, que acabava retirando de milhares de meninos e meninas, especialmente os filhos da população mais pobre, o direito de sentar-se num banco de escola e aprender que cidadania se aprende junto com o alfabeto.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, também representa um marco na história da educação brasileira no século XX e suas mudanças ainda estão refletidas no cenário atual das escolas do país. A LDB ampliou o acesso à educação básica, trouxe temas como diversidade, equidade, educação das minorias, formação de professores para a pauta e reorganizou o sistema educacional brasileiro.

Com essa legislação, as conquistas oriundas da Constituição foram consolidadas e o sistema de educação brasileiro ganhou uma nova configuração: a educação básica - composta pela pré-escola e ensino infantil, fundamental e médio, cursados em anos consecutivos - e a etapa seguinte de formação, composta pelo ensino superior. Cury (2008) demonstra que, muito mais do que uma terminologia, a adoção do termo educação básica foi resultado de muita luta dos educadores que atuaram junto com os legisladores e traz, na sua essência, um senso de reparação histórica do Estado brasileiro para a sua população mais excluída: ela se propõe a ser base, suporte, alicerce que garantirá ao cidadão acesso a uma formação comum, balizadora da vida em sociedade. Ganha também um caráter de ponte, que dá acesso ao mundo laboral e ao ensino superior.

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica e deve ser ofertada para crianças de até 03 anos em creches e crianças de 04 a 05 anos em pré-escolas. Pode ser ofertada de maneira integral ou parcial, com jornada de, no mínimo, quatro horas de ensino. O ensino fundamental tem duração de 09 anos e está dividido em duas etapas: os anos iniciais, que vai do primeiro ao quinto ano, e os anos finais, no qual os adolescentes cursam do sexto ao nono ano. A matrícula nesta etapa de ensino é obrigatória.²⁵ É dever das famílias matricular as crianças na escola e do Estado garantir a oferta de vagas nesses estabelecimentos. A etapa final da educação básica é o ensino médio, que representa um grande gargalo no processo instrutivo dos estudantes brasileiros, em especial os de escola pública, devido à evasão. Em 2024, foi aprovada uma reformulação desta modalidade, que determina uma carga horária de 3.000 horas, sendo 2.400 para a formação básica e 600 para os itinerários formativos, que devem estar

²⁵ A Lei Federal nº. 11.114/05 instituiu a obrigatoriedade do ensino fundamental aos 6 anos de idade e a lei nº 11.274/06 ampliou a duração do ensino fundamental para nove anos, mantendo seu início no sexto ano de vida da criança.

relacionados a uma das áreas de conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) ou a formação técnica e profissional. O ensino médio também contempla a modalidade de ensino profissional.

A LDB trouxe, inegavelmente, muitos avanços na forma de se pensar a estrutura e o desenho da educação brasileira, com ideias pedagógicas mais robustas do que se tinha anteriormente, com uma educação mais ativa, centrada na relação professor x aluno, contextualizada e histórica. No entanto, para Carvalho e Da Rosa (2020), é urgente que seja feita uma atualização na LDB, que está prestes a completar 30 anos, especialmente no cenário pós-pandêmico, em que temas como tecnologias da comunicação, educação remota e educação à distância se tornaram tão propalados.

Repensar as diretrizes da LDB em vigência para as necessárias adequações no pós-pandemia é um grande desafio, visto que coloca em debate a qualidade do ensino, a acessibilidade, os meios de operacionalização que garantam o ensino democrático e dialético, formação de professores e, principalmente, familiaridade com as ferramentas digitais atualmente disponíveis. (Carvalho; Da Rosa, 2020, p. 291).

No próximo tópico, vamos entender as modificações que a pandemia impôs à LDB, conceituar e diferenciar temas tão corriqueiros naquele período, como educação à distância e ensino remoto emergencial.

4.3.1 Escolas fechadas: EaD, LDB e Ensino Remoto Emergencial

Transmitir conhecimento, com o auxílio de tecnologia, sem que professores e alunos estejam no mesmo espaço físico: essa é a premissa da Educação a Distância (EaD).

Analizando os conceitos, percebe-se que uma das características centrais citadas para a definição de EaD é a separação física entre professor e aluno, que seria mediada pelo uso de tecnologias da informação e comunicação (incluindo aqui material impresso), bem como o aluno é alçado à condição de agente ativo de uma aprendizagem mais autônoma. Em todos esses casos, o que se há de destacar é a capacidade de tais tecnologias promoverem canais de retorno ao aprendiz, quer em tempo real ou em um espaço de tempo de resposta razoável. (Lima, 2022, p. 169).

Por mais que esse conceito seja extremamente contemporâneo, a EaD é uma modalidade que começou a se popularizar no final do século XIX e início do século XX, com o ensino via correspondência. O cenário dessa expansão, de acordo com Silva e Arruda (2004), era o de busca por uma massificação da instrução, já que a escola tradicional estava longe de ser uma realidade para todos. Nesse período, a EaD estava muito atrelada à busca por

qualificação para o mundo do trabalho e para a educação profissional. O público-alvo desses cursos por correspondência era composto “[...] em grande medida por desempregados e com baixa qualificação profissional, o que contribuiu para criar um forte estigma na modalidade como sendo uma formação de segundo nível” (Silva, Arruda, 2024, p. 4).

Nas primeiras décadas do século XX, a Educação a Distância ganhou um novo e moderno aliado: o rádio. Esse veículo de comunicação se popularizou rapidamente e, apesar de se tornar um meio de comunicação extremamente comercial, manteve-se como uma ferramenta para auxiliar no projeto modernizador do Brasil, que passava pela educação da população.

Em um primeiro momento, buscou-se educar a população para a cultura erudita (década de 1920). Depois, a necessidade de formação de mão-de-obra para atender à economia nacional alterou a concepção de educação, ensinando técnicas de uso prático (década de 1930). Ideais patrióticos também foram altamente divulgados (década de 1940). Com o fim do populismo, a educação é vista como forma de mobilização política (década de 1960). O cenário se altera durante a ditadura militar e a educação assume um caráter tecnicista, com pouca reflexão. (Andrelo, 2012, p. 151).

A televisão, assim como o rádio, nasceu elitista. Apesar de ser um veículo extremamente comercial desde a sua estreia no Brasil, as emissoras educativas encontraram espaço para se desenvolver. Pouco tempo depois da estreia da TV no Brasil, com a chegada dos militares ao poder e o seu projeto ufanista e desenvolvimentista, a educação foi parar na telinha que encantava a população: foram realizadas as primeiras transmissões de cursos preparatórios, tele aulas e seminários para capacitação de professores. “A ideia defendida, na época, pelo governo era a de utilizar a TV para transmitir aulas, transformando-a num instrumento para a educação formal” (Serpa, 2007, p. 31). Além de “educar” a população, a TV catalisa os anseios de uma integração nacional.

Figura 7 – Imagem do Telensino no Ceará, na década de 1970



Fonte:

Diário

do

Nordeste.

Aqui no Ceará, a TV Educativa, inaugurada em 1974, foi o canal utilizado para esse propósito. Os quadros da emissora possuíam uma equipe pedagógica, responsável pela elaboração de materiais didáticos usados nas aulas de 5^a e 6^a série, que eram exibidas pela televisão para Fortaleza e outros oito municípios: Caucaia, Paracuru, Beberibe, Trairi, São Gonçalo do Amarante, Cascavel, Pacajus e Maranguape. De acordo com Roberta Oliveira (2014), o sistema de Telensino do Ceará foi pioneiro, mas Moura (2009) destaca que sua implantação foi uma tentativa do governo cearense de cumprir com a obrigatoriedade de 08 séries para o 1º grau e, assim, levar educação aos municípios e localidades cearenses mais distantes e que não contavam com professores qualificados.

Durante a implantação do Telensino a equipe encontrou resistência por parte de professores e de alguns grupos componentes da Secretaria de Educação do Ceará, bem como algumas regiões cearenses foram contrárias à implantação do Sistema. Havia também a questão do descrédito com relação à televisão como meio de ensino. Muitas pessoas consideravam o ensino pela TV como sendo de segunda categoria. (Oliveira, 2014, p. 128).

Mesmo com a resistência de alguns segmentos da sociedade, em 1976 o sistema de telensino foi ampliado e chegou a 34 cidades cearenses, além de abranger as turmas dos 7º e 8º anos. Neste período, de acordo com Oliveira (2014), mais de 12 mil alunos estudam nessa modalidade, tendo aulas pela televisão que eram transmitidas ao vivo nos estúdios da TVE em Fortaleza. Em sala de aula, um profissional atuava como mediador de aprendizagem.

A experiência do telensino como estratégia de universalização e superação dos baixos índices de escolaridade, voltaria a se repetir no Estado na década de 1990. De acordo com Moura, por pressão de organismos internacionais, o telensino passou a ser obrigatório em todas as escolas estaduais a partir de 1993, na gestão do então governador Ciro Ferreira Gomes, para suprir a carência de professores na rede estadual. A medida, na visão de Moura (2009), foi considerada autoritária e neoliberal, visto que visava apenas ampliar a oferta de matrículas na rede pública para ter acesso a mais recursos governamentais, sem se importar com a qualidade das aulas ministradas pelo meio audiovisual. Em 1998, o sistema contava com mais de 270 mil alunos matriculados nas quatro séries finais do Ensino Fundamental (Paulino, 2022).

Esse sistema de aulas televisivas persistiu no Estado até o século XXI. Não há, de acordo com a pesquisa realizada por Ingrid Moura (2009), um documento oficial que encerre o ciclo do telensino nas escolas da rede estadual. Mas, sem dúvida, os problemas enfrentados ao longo do tempo pelo modelo - como o atraso nos materiais e os problemas na sua elaboração, a baixa qualidade das aulas e das transmissões, os problemas de cunho tecnológico e

pedagógico - foram cruciais para a interrupção desse modelo. Outro fator que foi determinante para o fim das teleaulas no Ceará foi a promulgação da LDB, que trouxe parâmetros claros para o financiamento e avaliação da educação básica, o que desestimulou a continuidade do modelo no Estado.

Apesar de ter contribuído com o declínio da EaD no Ceará, a LDB foi uma legislação importante para a modalidade. No artigo 80 da Lei 9.394/96 ficou estabelecido que o poder público desenvolverá programas de educação a distância em todas as modalidades de ensino. Mais uma vez, a EaD aparece como uma alternativa para ampliar a mão-de-obra especializada e democratizar o acesso ao ensino superior no país, que passou a ser exigido, por exemplo, na área educacional como prerrogativa para o exercício da função do magistério, substituindo progressivamente a formação técnica.

Neste período, que foi de franca expansão da EaD no país, com o estímulo governamental e a expansão da oferta de EaD, especialmente no campo do ensino superior privado, já havia uma maturação do conceito de EaD, das suas potencialidades e fragilidades. Nova e Alves (2003) destacaram em seu trabalho que a EaD exige reflexão por parte dos educadores, já que o seu potencial é enorme frente a intersecção que essa modalidade abre com as novas tecnologias de informação, interatividade e práticas pedagógicas inovadoras. No entanto, as autoras pontuam que boa parte da oferta de EaD no Brasil esbarrou no tradicionalismo.

Em 2005, o decreto 5622 fez uma revisão no artigo 80 e regulamentou tópicos importantes, a começar pela própria conceituação da EaD. Pelo decreto,

[...] caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (Brasil, 2005).

O documento oficial estabeleceu vários critérios para a conceituação, oferta, avaliação e credenciamento de cursos EaD. As atividades de educação a distância necessitam de um ambiente próprio de aprendizagem, pressupõem a existência de um material didático próprio, a construção do aprendizado passa pela autonomia do estudante e esse processo é mediado por um tutor, que deve conseguir superar o que Moore (2002) denomina de distância transacional, uma teoria elaborada na década de 1970 e que alerta como a separação física entre professores e alunos pode interferir no processo de ensino e aprendizagem.

Mas o ponto que interessa de maneira mais específica a esta tese está descrito no artigo 30 do decreto e determina que, na educação básica, mais precisamente nos ensinos

fundamental e médio, a EaD deve ser ofertada exclusivamente como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais (grifo nosso)²⁶. Enfatizar isso é importante pois, na pandemia, aquele grave período de emergência sanitária e humanitária, o que ocorreu não pode ser considerado, formalmente, uma experiência de educação a distância. Na visão de Behar (2020), a necessidade de distanciar professores e alunos obrigou as instituições escolares a migrarem para o formato remoto, mas os currículos não estavam estruturados para o ensino a distância. Por isso, a terminologia adotada pelo Ministério da Educação para as aulas do período pandêmico retrata exatamente o desafio que estava posto: um ensino remoto adotado de forma emergencial, para evitar o prejuízo de deixar milhões de estudantes brasileiros sem aulas.

Moreira e Schlemmer (2020) destrincharam os conceitos que acabaram virando, erroneamente, sinônimos para a população em geral durante a pandemia: aula remota, ensino remoto, educação a distância, ensino híbrido. Os autores frisam que, por ter um caráter emergencial, o ensino remoto oferecido no Brasil durante a pandemia se assemelhou à primeira geração da EAD, os cursos por correspondências e aulas via rádio e TV, pelo seu caráter conteudista.

Nessa modalidade, o ensino presencial físico (mesmos cursos, currículo, metodologias e práticas pedagógicas) é transposto para os meios digitais, em rede. O processo é centrado no conteúdo, que é ministrado pelo mesmo professor da aula presencial física. Embora haja um distanciamento geográfico, privilegia-se o compartilhamento de um mesmo tempo, ou seja, a aula ocorre num tempo síncrono, seguindo princípios do ensino presencial. A comunicação é predominantemente bidirecional, do tipo um para muitos, no qual o professor protagoniza vídeo aula ou realiza uma aula expositiva por meio de sistemas de webconferência. Dessa forma, a presença física do professor e do aluno no espaço da sala de aula geográfica são substituídas por uma presença digital numa sala de aula digital. (Moreira; Schlemmer, 2020, p. 9).

Para a implantação do Ensino Remoto Emergencial, o Ministério da Educação precisou emitir portarias e normativos, além da Lei nº 14.040/2020, que estabelece diretrizes educacionais excepcionais a serem adotadas durante o período pandêmico. Segundo Espinoza, Silva e Lima (2023, p. 395), essas resoluções foram instrumentos frágeis e insuficientes para garantir o direito básico à educação para todos os brasileiros e remete mais a aspectos institucionais, como calendário escolar e carga horária, do que a aspectos pedagógicos.

É que as determinações da Lei nº 14.040/2020 mal mencionam o ensino remoto como forma temporária de manter as atividades educacionais, tendo preferido abordar questões como cumprimento da carga horária obrigatória, delegando ao CNE a competência normativa acerca das atividades pedagógicas não presenciais, omitindo-

²⁶ Moreira e Schlemmer (2020, p.405) ressaltam, inclusive, que o que a LDB chama de situação emergencial não retrata o que passamos na pandemia. A lei se refere a “[...] a situações individuais de cada estudante com limitações de saúde, viagem no exterior, ausência de rede regular de atendimento escolar presencial ou mesmo privação de liberdade”.

se até mesmo de conceituar o ERE e delimitar suas características, possibilidades de realização, bem como políticas públicas de acesso dos estudantes aos meios tecnológicos inerentes e imprescindíveis à referida forma transitória de ensino.

A confusão conceitual era só a ponta do iceberg dos problemas que estavam sendo enfrentados nas salas virtuais Brasil adentro. A tecnologia, como já foi mencionado em outros momentos desta tese, era insuficiente para garantir uma mediação efetiva que é tão importante para o conceito de EaD. “Uma das centralidades do ato educativo é a interação. Educar é interagir, dialogar. A educação a distância, pelas suas particularidades, mas não menos que a educação presencial, tem como desafio a superação da distância e fazer-se presente na efetividade da interação.” (Freitas; Sousa, 2013, p. 526). O professor-tutor, que no cenário emergencial era o mesmo profissional que atuava na educação presencial, não tinha, muitas vezes, nem condições didáticas e nem tecnológicas para atuar, para mediar a aprendizagem. Por vezes, vencer a distância transacional explicitada por Moore (2002) e estabelecer um diálogo efetivo no ERE era ainda mais pesaroso pelos problemas de ordem tecnológica, que pode reduzir distâncias, mas pode alargá-las. Assim, a deficiência crônica da conectividade dos brasileiros mais pobres foi um grande obstáculo para que o ERE se aproximasse do ideário da EaD.

Saviani e Galvão (2021) pontuam que o ensino remoto emergencial implantado no Brasil atendeu aos interesses dos que defendem uma educação mercantilizada. O processo foi atropelado, carente de uma fundamentação legal mais aprofundada e acabou causando uma confusão conceitual prejudicial a EaD, intensificando os problemas educacionais brasileiros.

Diante desse quadro, observa-se que a pandemia de Covid-19 escancarou não apenas os limites técnicos e pedagógicos do Ensino Remoto Emergencial (ERE), mas também as desigualdades sociais históricas do Brasil. A ausência de políticas públicas consistentes que conseguissem pensar, de forma estratégica, uma saída plausível para a realidade brasileira reforçou o caráter excludente das ações empreendidas. Por conta disso, os governos tiveram que ir adotando medidas paliativas, como os pacotes de inclusão digital e as capacitações feitas às pressas para professores e acabaram não aproveitando algumas soluções que já estavam prontas, como o uso da televisão nesse esforço educacional. Como destaca Santos (2021), a adoção do ERE sem a devida infraestrutura resultou em uma exclusão digital que se somou à exclusão escolar, aprofundando a distância entre estudantes de diferentes classes sociais e regiões do país. A experiência revelou, portanto, que a democratização do ensino em contextos de crise não pode prescindir de investimentos estruturais duradouros.

Além disso, a emergência sanitária trouxe à tona o dilema entre quantidade e qualidade da educação. Embora tenha havido esforços de secretarias de educação e instituições escolares para garantir a continuidade do calendário letivo, muitas vezes a prioridade esteve na manutenção burocrática das horas-aula, em detrimento da aprendizagem significativa, sem senso crítico, de forma bancária e, de certa forma, desrespeitosa.

Por fim, a experiência do ERE reforça a necessidade de uma reflexão profunda sobre o papel das tecnologias na educação brasileira. A pandemia evidenciou que a mera disponibilização de plataformas digitais não garante a aprendizagem, sendo indispensável investir na formação docente, em metodologias inovadoras e na criação de políticas públicas.

A pandemia, oficialmente, chegou ao fim. Mas suas consequências ainda estão entre nós. Que lições ela deixou? Que consequências e marcas ficaram para a educação? No próximo capítulo, iniciaremos a análise das matérias veiculadas pelo jornal *O Povo* para recontar este importante capítulo da educação cearense.

5 PANDEMIA E NARRATIVA: ANÁLISE DAS NOTÍCIAS VEICULADAS NO JORNAL O POVO

Durante o século XX, muitas pesquisas se debruçaram sobre a temática da valoração da notícia, dos critérios de noticiabilidade, de teorias que buscavam entender o modo de produção das informações jornalísticas, bem como os seus efeitos, mas que não cabe esmiuçar aqui. Por ora, é pertinente delimitar que o processo de seleção de notícias nada tem de objetivo e imparcial. Logo que entram na faculdade, os jovens começam a aprender a farejar a notícia e descobrem que ela está naquilo que é um acontecimento novo ou atual da vida real, imprevisível/estranho, que tem repercussão na vida de um grande número de pessoas e da sociedade. Tecnicamente, esse processo se liga a aspectos que vão desde a estrutura dos veículos, vieses ideológicos e políticos, rotinas de produção, a própria natureza dos eventos, vínculos comerciais das organizações e da sociedade (Silva; Silva; Fernandes, 2021).

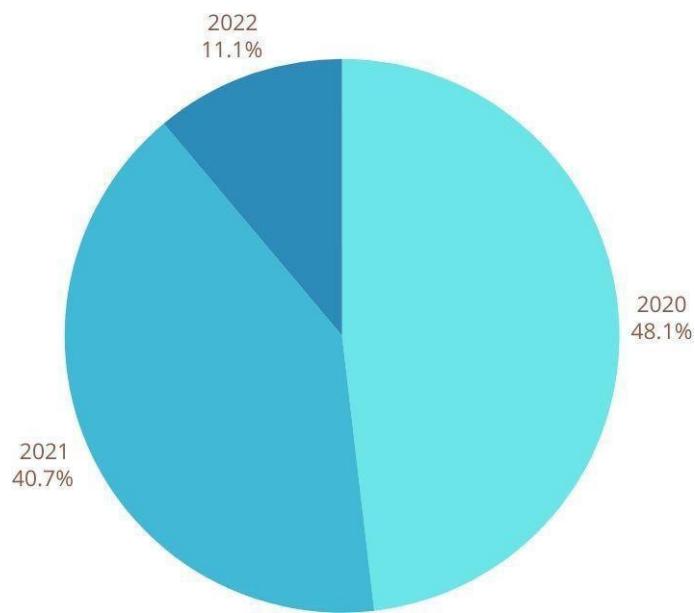
Então, a partir dessa lógica, uma infinidade de temas pode vir a ser notícia, a depender de critérios como os listados por Silva (2005): a proeminência da pessoa envolvida com o fato, o interesse nacional, pessoal ou econômico, a atualidade, raridade, drama, descobertas. Essa explicação se faz necessária na presente pesquisa já que nos debruçamos sobre notícias relacionadas à educação e que foram fatos noticiosos veiculados durante a pandemia do coronavírus.

No campo de estudos sobre produtos jornalísticos específicos, os valores-notícia constituem também referências para a operacionalidade de análises de notícias, permitindo identificar similaridades e diferenciações na seleção e hierarquização de acontecimentos em diversos veículos da imprensa, e possibilitando percepções históricas e culturais sobre o processo produtivo das notícias. Podem ter utilidade não só no estudo de fatos noticiáveis, mas também no que diz respeito a acontecimentos noticiados. (Silva, 2005, p. 100).

A pandemia da Covid-19 se enquadra em muitos dos valores-notícia acima listados. É daqueles fatos que o mais inexperiente dos jornalistas consegue intuir sem ter dúvidas: sua excepcionalidade, raridade, o impacto social e econômico, as descobertas científicas que envolviam o tema. No campo da educação, isso também ocorreu. Ao relacionar pandemia e educação, os temas eram de extrema relevância porque impactavam, diretamente, milhões de estudantes e suas famílias, alterava rotinas domésticas e pedagógicas, colocava em risco o aprendizado e os planos futuros dos alunos, dos professores e deixava em suspenso toda a dinâmica escolar até então conhecida. Tudo isso era notícia, despertava interesse do público, era socialmente relevante e precisava estar estampado nas páginas dos jornais.

Desde o decreto governamental que recomendou o fechamento das escolas no Ceará até o dia 05 de maio de 2023, data que a Organização Mundial de Saúde decretou o fim da pandemia - período que integra o corpus desta pesquisa - foram veiculadas 81 matérias que se encaixam no macrotema pandemia e educação básica e que serão objetos da nossa análise. Desse recorte, 88,8% das matérias foram veiculadas nos anos de 2020 e 2021, os dois anos mais críticos da pandemia, conforme aponta o gráfico abaixo. E, nos anos de 2020 e 2021, a quantidade de matérias foi bem similar: 39 em 2020 contra 33 no ano seguinte.

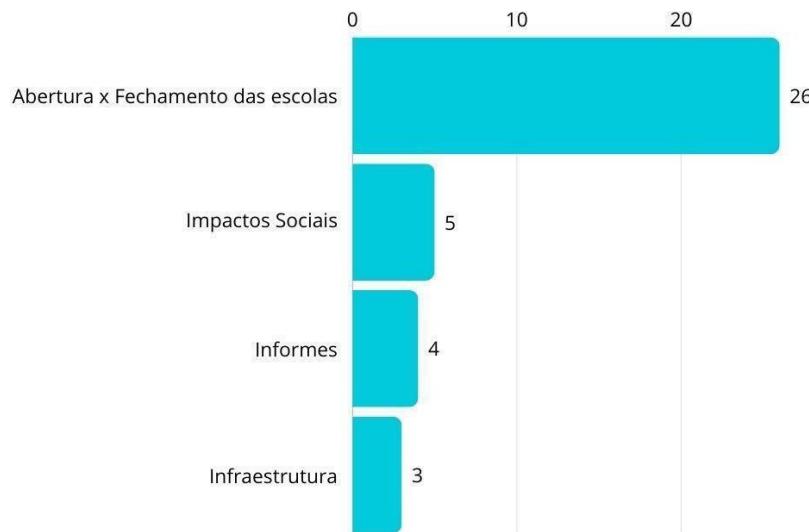
Gráfico 1 – Matérias veiculadas no Jornal O Povo sobre pandemia e educação básica.



Fonte: Dados da pesquisa.

Em 2020, 66,6% do conteúdo produzido pelo jornal – 26 matérias – tratavam sobre o impacto de manter as escolas fechadas por tanto tempo. Apenas 05 notícias discutiram sobre algum aspecto social do fenômeno – como a distribuição de kits de merenda, o impacto da pandemia para a saúde mental dos professores; 04 matérias foram veiculadas como informes, que traziam detalhamento sobre o adiamento do Enem ou sobre a matrícula na rede pública de ensino e outras três notícias traziam questões de infraestrutura das escolas.

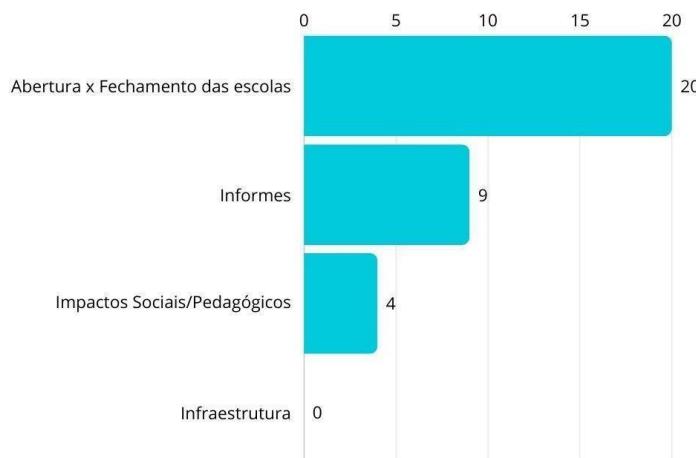
Gráfico 2 – Matérias veiculadas no Jornal O Povo sobre pandemia e educação básica (2020).



Fonte: Dados da pesquisa.

Em 2021, a abordagem do jornal foi bem semelhante ao ano inicial da pandemia, tanto nas temáticas como na quantidade de espaço destinado ao recorte pandemia e educação, conforme nos revela o gráfico abaixo. A diferença está na maior quantidade de informes – o que se explica, em nossa análise, pelo início do processo de vacinação, que precisava ser informado para a população.

Gráfico 3 – Matérias veiculadas no Jornal O Povo sobre pandemia e educação básica (2021).

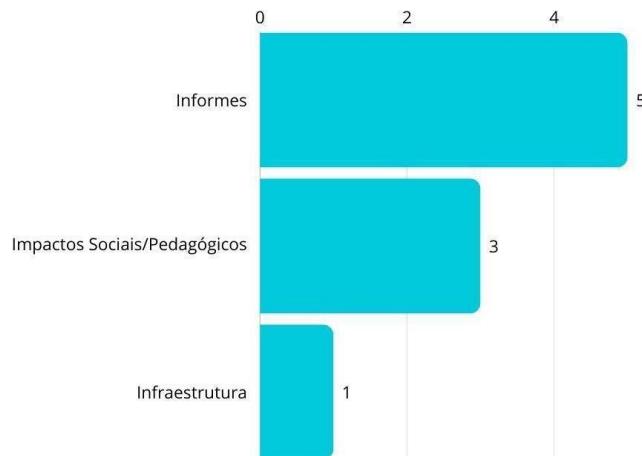


Fonte: Dados da pesquisa.

No ano de 2022, apenas 09 matérias foram veiculadas pelo jornal, o que demonstra que já estávamos saindo da fase mais crítica da pandemia. Não há mais foco em notícias sobre abertura e fechamento dos estabelecimentos de ensino, já que as escolas cearenses funcionavam normalmente desde setembro de 2021, após 15 meses de portas fechadas. Neste período,

matérias que tratavam sobre os impactos da pandemia para a educação começaram a ganhar destaque no periódico da família Dummar.

Gráfico 4 – Matérias veiculadas no Jornal O Povo sobre pandemia e educação básica (2022).



Fonte: Dados da pesquisa.

Entendemos, como já mencionado na parte introdutória desta tese, que a presente pesquisa tem um viés quantitativo e que esses números nos trazem informação. Mas não paramos por aí por que concordamos e nos apoiamos no raciocínio de Bauer e Gaskell (2008) quando defendem que não existe, em pesquisa social, quantificação sem qualificação. Por isso, decidimos esmiuçar mais os dados acima apresentados e classificar o material veiculado pelo jornal.

Trilhamos, como já mencionado em outros momentos desta tese, o caminho metodológico proposto por Motta (2013), que defende que a sintaxe narrativa é destacada quando o analista reconfigura os relatos originalmente propostos pelo narrador. Por isso, o autor, em sua obra Análise Crítica da Narrativa, defende que um dos percursos possíveis para obtenção desse olhar mais ampliado é reconstruir os fatos narrados para perceber qual é o fio condutor, o elemento principal que transformará aqueles textos noticiosos, com seus tempos e estilos característicos, em histórias com enredos, personagens, intrigas, clímax e desfecho. Ele traça, neste intuito, alguns procedimentos operacionais de análise pragmática que considera úteis para este processo, tais como a identificação das instâncias do discurso narrativo, as micro e macro narrativas e a tematização.

O analista precisa decompor e recompor a estória com rigor, identificar as suas partes componentes, as sequências básicas, os pontos de virada ou inflexões essenciais, os limites dos episódios parciais, as conexões entre eles, os conflitos principais e secundários, o protagonista e seus adjuvantes [...] a fim de compreender como o narrador compôs sua estória na situação de comunicação. (Motta, 2013, p. 141).

Motta (2013) propõe que as narrativas podem ser estudadas em três instâncias presentes nos textos, que ocorrem de forma natural e não são percebidas numa leitura mais corriqueira: o plano da expressão (linguagem ou discurso), o plano da estória (ou conteúdo) e o plano da metanarrativa (tema de fundo). “Distinguir esses três planos é um procedimento técnico para iniciar o mergulho até a essência do objeto e, a partir dele, retirar deduções sobre a relação comunicativa” (Motta, 2013, p.135)

O plano da expressão está ligado aos aspectos mais formais do texto, à linguagem empregada, às pessoas do discurso, à intencionalidade do narrador; já o plano da estória é o campo em que os conflitos vão se revelar, os papéis dos protagonistas e antagonistas ficarão mais evidentes, onde entenderemos como a sequência de ações e o encadeamento dos fatos vão nos levar a um novo enredo, diferente do que o havia sido traçado inicialmente; no plano da metanarrativa nos remete a questões éticas que afloraram no desenrolar da trama e tangenciam o enredo.

Como o objeto desta tese tem um recorte temporal que coincide com os anos da pandemia, escolhemos o caminho da tematização, que é o processo de juntar fragmentos que orbitam em torno do mesmo tema. No caso da nossa análise, as matérias veiculadas ao longo desse período puderam ser reunidas em quatro grandes unidades temáticas: Presencial x Remoto; Questões de Conectividade e Infraestrutura, Lute como um Professor e uma Professora e, por último, as Cicatrizes Emocionais e Pedagógicas da Pandemia.

5.1 Presencial x Remoto – Temporada 1

Este tema reúne 26 matérias, veiculadas ao longo do primeiro ano da pandemia, que orbitam ao redor de um grande acontecimento intrigante: **presencial x remoto** (grifo nosso). O enredo começa com a publicação do decreto do governo do Estado que fechou os estabelecimentos de ensino e vai ganhando novos elementos a cada novo decreto publicado. A história que inicia esta trama foi publicada no jornal no dia 16 de março de 2020. Ela anuncia para os leitores o decreto estadual Nº 33.510, que determinou a existência de uma situação de emergência em saúde e dispunha sobre medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana pelo novo coronavírus. No plano da expressão, por mais que a manchete chame a

atenção para a paralisação das aulas, os estabelecimentos de ensino – sejam públicos ou privados - não são o foco da notícia. A foto utilizada, que pode ser conferida abaixo, já demonstra isso com clareza: a imagem mostra duas passageiras, de máscara, num transporte coletivo de Fortaleza e não faz nenhuma menção às escolas. O texto mais parece um resumo descriptivo do decreto publicado no dia anterior. Os verbos empregados pelo narrador – “estabelece situação de emergência”, “dispõe sobre medidas de contenção”, “foi determinado”, “o governo recomenda” - são um indício disso.

Especificamente sobre educação, a única referência direta é feita no *lead*²⁷ da notícia.

Dentre as principais ações divulgadas está a suspensão de atividades em escolas e universidades públicas a partir de quinta-feira, 19, pelos próximos 15 dias, podendo a suspensão iniciar-se a partir de hoje, 17. O governo recomenda que as escolas particulares também suspendam as atividades.

Figura 8 – Jornal O Povo, de 16 de março de 2020.



Fonte: Dados da pesquisa hemerográfica.

²⁷ Lead é um termo que vem do jornalismo americano e aparece na abertura da notícia. Ele valoriza o aspecto mais importante da notícia e deve responder às perguntas essenciais sobre o tema.

No plano da estória, percebemos que o enredo sobre educação ficou, completamente, em segundo plano. É compreensível que, por ser um assunto de extrema importância e que abarcava diversos segmentos da sociedade, muitas eram as informações que precisavam ser repassadas no periódico. No entanto, fica evidente que muitas perguntas ficaram em respostas: com as aulas suspensas, o que fazer com os estudantes? A Secretaria de Educação do Estado (Seduc) vai repassar alguma orientação para as escolas? Como será feita a comunicação entre a família e escola? Como fica a merenda escolar, item tão importante para a segurança alimentar de milhares de crianças e adolescentes cearenses? Nenhuma dessas respostas aparece na notícia. Não há, ainda, nenhum personagem que nos remeta ao campo da educação: nenhum ente foi ouvido, nenhuma escola, sindicato dos estabelecimentos de ensino, nenhum pai ou mãe, dirigente de escola, especialista em educação, nada.

Isso nos encaminha, sem dúvida, para o plano da metanarrativa: a educação, na pandemia, também ficou bem distante da lista de prioridade dos governantes. Por mais que, inicialmente, o anunciado fosse que as escolas ficariam 15 dias de portas cerradas, a experiência de outros países que enfrentavam a crise sanitária já sinalizava o contrário. Além disso, duas semanas, para a rotina escolar - o fluxo de aprendizagem, a sistematização das atividades, o planejamento didático - é um tempo considerável. Então, mesmo que as escolas tivessem passado apenas 15 dias fechadas, a narrativa apresentada pelo jornal nesta primeira matéria ainda seria muito aquém da relevância do tema.

Figura 9 – Jornal O Povo, de 27 de maio de 2020.

ECONOMIA | 15

Escolas particulares do Ceará pedem retomada de parte das aulas em 17 de junho

| PLANEJAMENTO | Possibilidade de retorno em junho é para educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio

MATHEUS FACUNDO
matheus.araujo@opovodigital.com

O plano de retorno elaborado pelo Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Ceará (Sinepe-CE) é para voltar às aulas presenciais de forma gradual, mas o adiantamento de parte das aulas presenciais em escolas privadas é visto como necessário para a entidade. "Como algumas atividades voltam em 1º de junho, os pais precisam voltar a trabalhar e ter como cuidar das crianças", pondera Arlindo. Já no caso do 3º ano do ensino médio, a justificativa é a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). "O Ceará sempre tem bons resultados no Enem e os jovens estão ficando um pouco angustiados em casa".

Durante a pandemia da Covid-19, escolas tiveram de se adaptar ao modelo de aulas remotas. Em abril, o Sinepe-CE recomendou a antecipação das férias escolares, mas nem todas as instituições seguiram o modelo. Em Fortaleza, pelo menos seis escolas aderiram.

De acordo com nota enviada pela Secretaria da Educação (Seduc), o retorno das aulas na rede pública estadual seguirá orientação do Governo do Ceará, que ainda não foi divulgada. As aulas seguem suspensas até 1º de junho.

"A Secretaria da Educação (Seduc) segue orientação do decreto governamental, com base nos estudos da equipe estadual de saúde. A suspensão das aulas presenciais vai até o próximo dia 31 de junho. A Seduc aguardará o posicionamento do Governo do Ceará",

FÁBIO LIMA

PREPARAÇÃO para o Enem é motivo alegado para a volta do 3º ano do Ensino Médio

Fonte: Dados da pesquisa hemerográfica.

É a partir de maio de 2020 que este tema presencial x remoto começa a entrar no seu clímax. Nossa análise começa pelo plano da expressão: a manchete da notícia acima já traz indícios da pressão que os estabelecimentos de ensino privado estavam fazendo pela retomada das atividades presenciais. No plano da expressão, iniciamos a análise pela imagem utilizada, que mostra a portaria de uma grande escola. É possível observar as catracas e pouco movimento, o que dá a ideia de que não há fluxo normal no estabelecimento de ensino. No plano da história, é possível inferir que o texto é bastante direto, com uso de frases objetivas que tem o intuito de apresentar um plano de retorno elaborado pelo Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinepe) para comprovar a viabilidade da retomada das aulas presenciais. Este documento defendia, inicialmente, o retorno das aulas para toda a Educação Infantil, os três anos iniciais do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio.

A explicação dada pela entidade é que com o retorno das crianças de até 08 anos para as salas de aulas os pais poderiam retomar suas atividades laborais. E, no caso dos estudantes da última série do Ensino Médio, a justificativa estava na necessidade de uma preparação mais intensiva por conta da realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O personagem principal dessa narrativa vai ser importante em outros momentos deste tema: trata-se do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, personificado pelo seu presidente, Ailton Oliveira. Como representante das unidades privadas, o Sinepe estava exercendo o seu papel de defender os interesses desse segmento e a entidade começou a se apresentar, a partir daquele momento, como um antagonista aguerrido do governo cearense. Este, por sua vez, aparece apenas no final da narrativa, por meio de uma nota emitida pela Secretaria de Educação. É uma fala protocolar, reforçando que a pasta segue as orientações estabelecidas pelos decretos governamentais.

Motta (2013) reforça muito em seus escritos que é papel do analista ver o que está nas entrelinhas do discurso. O que não está dito no texto, mas está subentendido, no plano da metanarrativa, é a dimensão econômica desta pressão. Chama a atenção que a matéria foi publicada, inclusive, na editoria de Economia. Não há nenhuma menção aos impactos pedagógicos, não se recorre a nenhum especialista sobre os prejuízos curriculares, o que só reforça o viés econômico desta campanha que estava em curso.

Traçando uma linha do tempo, recurso que o professor Motta considera uma importante ferramenta do método ora adotado, é possível perceber que a repercussão dessa matéria foi imediata. No dia seguinte, o jornal O Povo voltou a esta temática, desta vez com

uma reportagem mais ampliada. É o que chamamos, no jornalismo, de suíte.²⁸ Esse recurso ainda não tinha sido observado no recorte analisado e é considerado um bom exemplo da hipótese da *agenda setting*, uma teoria da Comunicação que preconiza que:

[...] a agenda da mídia, de fato, passa a se constituir também na agenda social [...]. Assim, de uma forma mais simples, poderíamos dizer que os meios de comunicação ordenam os temas de relevância (agenda dos meios de comunicação). A partir daí, é que o público que acompanha, monta sua própria agenda – a agenda pública, que vai se relacionar com seu repertório de assuntos e de ações –, constituindo, assim, o nível inicial da opinião pública. (Cajazeira; Souza; Antoniutti, 2021, p. 179).

No plano da expressão, a tensão provocada pela notícia de um possível retorno ao formato presencial em menos de um mês pode ser percebida já pelo texto da manchete (“*Pais e especialistas temem volta às aulas em junho*”) e pelo emprego da expressão “*colocou especialistas em alerta*” usadas pelo narrador ainda nas primeiras linhas do texto. E esse conflito vai permeiar toda a lógica e a estrutura da narrativa.

A estrutura da matéria, que aparece dividida em blocos, com a matéria principal - em que se desenvolvem as falas dos personagens que são contrários à reabertura das escolas - e duas coordenadas, que trazem opiniões divergentes, também nos mostram como o assunto está dividindo as opiniões. Outro fato que chama a atenção é que a foto utilizada na reportagem retrata estudantes de uma ilha francesa no Taiti. A legenda traz a informação que os alunos estão em salas com distanciamento e usam máscaras. Esse tipo de imagem ainda não tinha sido usada pelo noticioso e parece meio deslocada com relação ao restante do conteúdo, já que contrasta com a ideia presente no título da reportagem.

No plano da expressão, a fala de quem está contra a abertura parcial das escolas é repleta de expressões que denotam incertezas: *questionam, precoce, inseguro, precipitada, cautela, desfavorável, teme, não sei se tenho coragem*. A escolha desses termos, na visão de Motta é reveladora demonstram bem os posicionamentos de quem não está em consonância com a proposta apresentada. Para os defensores da retomada parcial das aulas presenciais, o uso de verbos e palavras que tentam passar a ideia de planejamento e organização é percebido: *tem se preparado, forma racional, estudado, frisa, segurança, escolas não podem se furtar, preocupação constante*.

Entram em cena, no plano da estória, mais personagens que vão se opor ao antagonista, representado pelo Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, que é a entidade defensora da reabertura das escolas: a epidemiologista Lígia Kerr, que integra o

²⁸ A origem desse termo é francesa (suite), que significa série, sequência (Barizon, 2008).

Comitê Científico de Combate ao Coronavírus do Consórcio Nordeste, o presidente da Sociedade Cearense de Infectologia, Guilherme Henn, a presidente do Conselho Estadual de Educação, Ada Pimentel, e duas mães de alunos. Do lado oposto da trincheira, a matéria traz uma entrevista com o presidente do Sinepe e a fala de um diretor e um professor de uma escola particular.

Figura 10 – Jornal O Povo, de 28 de maio de 2020.



Fonte: Dados da pesquisa hemerográfica.

Ao avançarmos na construção da narrativa, é plausível inferir que os dois lados estavam, claramente, em disputa quando se tratava da reabertura das escolas, um assunto mobilizador, que afetava diversas estruturas da sociedade. Nesta matéria, datada do dia 28 de maio de 2020, o periódico acabou dedicando, especificamente, um espaço bem maior para as vozes que apoiavam a manutenção das escolas fechadas sem, no entanto, ouvir os representantes do governo do Estado e da Prefeitura. No plano da metanarrativa, essa constatação tem um peso enorme: remete a uma blindagem aos agentes públicos que tinham o poder

de

decisão.

Motta (2013, p. 157) destaca na sua metodologia que as narrativas são carregadas de tensão e suspense para prender a atenção dos leitores. Geralmente, essa tensão é tênue no início do enredo, “[...] sobe quando se configura o conflito, pode crescer ou prosseguir elevada durante a complicação da estória e confluir para o clímax, onde a tensão será máxima, caindo para o desfecho.” Na narrativa criada pelo jornal O Povo sobre o fechamento e reabertura das escolas podemos perceber claramente essa dinâmica. À medida que as datas iam sendo lançadas, criava-se um clima de expectativa que ia se elevando ainda mais a cada novo adiamento. No dia 15 de julho, a cinco dias do último prazo sinalizado pelo governo para a reabertura das escolas, o jornal dedica mais uma matéria de página inteira para a temática. A indefinição e a expectativa são a tônica da reportagem.

Figura 11 – Jornal O Povo, de 15 de julho de 2020.



Fonte: Dados da pesquisa hemerográfica.

No plano da expressão, a tônica que a narrativa segue é a de incerteza. Isso fica claro já na manchete, com o uso da palavra indefinido e do verbo devem, que denota ideia de possibilidade: “*Data de retorno das aulas presenciais segue indefinido: escolas devem ter*

cerca de metade da ocupação." É fácil constatar que o texto está repleto de elementos que também demonstram a expectativa gerada em torno desse tema. O narrador abusa do uso de advérbios, adjetivos e locuções que repassam essa ideia - *têm discutido intensamente como será o retorno às aulas no próximo dia 20; enquanto aguardam a publicação do decreto, estamos aguardando as definições que faltam;* - há também uma clara descrença e incerteza quanto ao retorno ainda em julho: "*o momento é inédito, delicado e difícil e não temos uma data certa para o retorno*"; "*a princípio as aulas estão previstas para o dia 20 de julho, mas existe um movimento que faz a gente acreditar que talvez isso não aconteça*".

No plano da estoria, percebemos que personagens que têm voz no texto principal desta reportagem são, justamente, diretores e coordenadores de cinco escolas particulares da capital cearense – Ari de Sá, Lourenço Filho, Colégio 7 de Setembro, Espaço Aberto e Farias Brito - o que só reforça o clima de ânsia entre esse segmento da sociedade. O Sinepe também aparece como personagem principal de uma retranca, que é uma ferramenta de diagramação do jornal impresso para dar informações adicionais ao leitor. E duas mães são apresentadas como personagens, o que, na nossa visão, representa como toda a sociedade estava diretamente envolvida neste acontecimento intrigante.

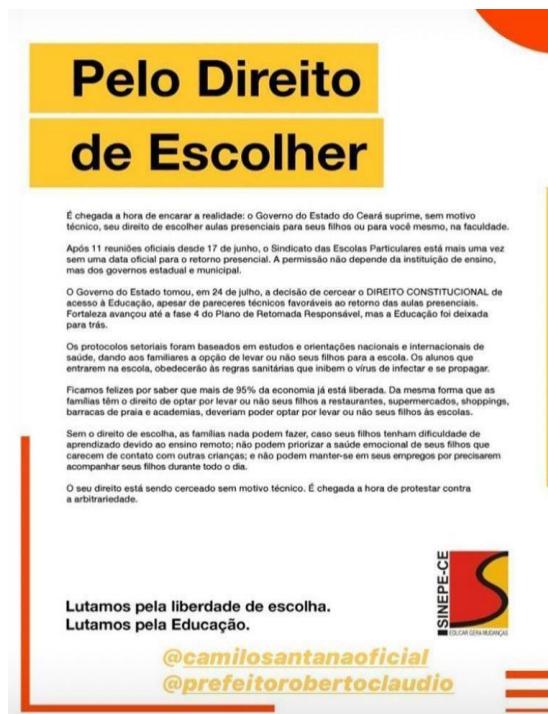
O Sinepe, mais uma vez, aparece como um personagem importante da construção narrativa, sendo uma voz que apresenta propostas para contrapor os pontos apresentados pelas autoridades sanitárias estaduais e municipais e também do campo da educação. No caso dessa reportagem, essa posição fica evidente já nas primeiras linhas, quando o jornal lista ações que aparecem num protocolo elaborado pela entidade para pressionar pela volta às aulas: "*suspensão de eventos esportivos que possam gerar aglomeração [...], menor duração dos intervalos [...], mudanças nos processos de entrada e adequações para proporcionar higienização pessoal e dos espaços físicos*". Muitos desses protocolos, inclusive, apareceriam nos documentos oficiais que seriam divulgados em breve pelo governo do Estado.

Os pais, outros personagens dessa narrativa, aparecem em outra coordenada. Pelo título usado, no plano da expressão, já é possível inferir que eles têm um papel importante, mas são coadjuvantes na trama: "*Pais relatam dificuldades no ensino em casa e volta ao trabalho pesa*". As famílias estão, literalmente, no meio do conflito que envolve as escolas e as autoridades estaduais e que norteia toda essa trama. E o texto usado pelo narrador, no plano da expressão, deixa isso evidente: "*enquanto as autoridades sanitárias e da Educação seguem debatendo sobre o melhor momento de volta às atividades, pais e responsáveis relatam que a ausência de aulas presenciais faz falta na aprendizagem*". Termos como "*impasse*", "*medo*", "*garantia de cuidados*", "*risco do vírus*", "*insegurança*" são usados pelo narrador para

retratar o limbo enfrentado pelos pais, como a Meire Conrado. Mãe de duas crianças matriculadas na rede pública, com 14 e 09 anos, ela é ciente da falta que a rotina faz, especialmente para o filho autista, bem como dos prejuízos pedagógicos que o mais velho enfrenta, mas a letalidade do vírus a deixa paralisada.

Ciente desse clima de incertezas, o Sinepe faz uso de uma estratégia comunicacional bem eficiente: a campanha “Pelo Direito de Escolher”. Ela defendia que as escolas deveriam voltar a funcionar e que ficaria a cargo das famílias a decisão de mandar ou não as crianças e os adolescentes para a aula presencial. Neste período histórico, shoppings, academias, restaurantes e barracas de praia já estavam funcionando e era de algum modo comum ver famílias circulando por esses espaços, mas as crianças ainda não podiam voltar para a escola.²⁹

Figura 12 – Divulgação da Campanha “Pelo Direito de Escolher”.



Fonte: Sinepe (2020).

²⁹ A campanha surtiu o efeito esperado e o governador acabou acatando o pedido de um modelo híbrido de ensino - em que parte dos alunos ficariam em sala de aula presencial e a outra parte permaneceria no formato remoto. Este anúncio foi feito em live realizada pelo governador no dia 03 de agosto e noticiada no jornal do dia 04. Podemos considerar então que, de certa forma, por mais que solitária, a pressão exercida pelo Sinepe foi efetiva. Ela deu materialidade e voz a um grupo dominante no cenário econômico da cidade, representado por escolas de grande e médio porte, bem como por universidades privadas, que movimentam somas vultosas em um negócio bastante lucrativo. É que, como explica Bourdieu e Passeron (2009, p. 11), as relações de comunicação estão permeadas por esta disputa simbólica. “As relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições)”.

Na reportagem veiculada no dia 29 de agosto de 2020 temos a informação da autorização do retorno parcial das aulas da educação infantil em estabelecimentos particulares.

No plano da expressão, o fato de duas páginas terem sido usadas pelo periódico já nos demonstram a relevância deste acontecimento. A imagem usada na página da esquerda nos mostra uma sala vazia, onde é possível perceber uma mesa pequena, com alguns brinquedos, mobiliário típico de uma sala de aula da educação infantil. O título da matéria principal “*Aulas presenciais na educação infantil são liberadas em setembro*” e o texto do abre são complementares: “*Instituições poderão funcionar com 30% da capacidade a partir de 1º de setembro. Será obrigatório dar aos pais a opção de manter o ensino remoto. Medida inclui atividades extracurriculares, como idioma e informática. Ensino público ainda não reabrirá.*”

Ainda no plano da expressão, temos a presença de dois protagonistas, que só aparecem em momentos estratégicos da narrativa: Camilo Santana e Roberto Cláudio, que governavam o Estado e a sua capital. A presença desses personagens sinaliza, para o leitor, que o tema era relevante, mas, ao mesmo tempo, sensível e essa construção de sentido precisaria ser feita com cuidado, já que se tratava de um campo minado, repleto de polêmicas. Os demais personagens presentes da narrativa completam o cenário da disputa simbólica que era travada naquele momento, em nossa cidade: além do governador e do prefeito, aparecem o Sinepe, entidade que reforçava o discurso que o retorno se daria em momento oportuno e, como vozes dissonantes, havia o presidente do Sindicato Apeoc, Reginaldo Pinheiro, além de um uma retranca com a presença de vários médicos infectologistas e epidemiologistas.

No plano da estória, temos, na maior parte da reportagem, um discurso mais objetivo, quase relatorial, que reproduz as informações presentes no decreto que autoriza a retomada das aulas. As estratégias discursivas começam a aparecer quando as falas dos personagens são usadas na narrativa. O então prefeito traz dados, como o fato que Fortaleza registrava queda nos índices de contágio há 15 semanas - e o narrador se apropria dessas informações com o uso do verbo “destacou”, que reforça a confiabilidade do dado. Na fala do Sinepe, há um investimento no uso de expressões que reforçam a ideia de responsabilidade, como “*rigorosos protocolos*”, “*segurança dos alunos, professores, colaboradores e familiares*”. Do outro lado, quando aparecem os personagens que se posicionam contra a reabertura parcial, temos o uso de termos que nos remetem a precipitação e instabilidade: “é *um contrassenso*”, “*incompreensível*”, “*alerta*”, “*não é o momento do retorno das atividades de modo algum*. ”

No plano da metanarrativa, o que fica evidente é que esse embate tinha contornos claramente econômicos. Essa constatação aparece, inclusive, de forma direta no discurso do

então prefeito, quando ele defende que “entendemos que há necessidades econômicas e sociais que, quando a condição sanitária nos dá segurança para assim fazê-lo” e do epidemiologista Marcelo Gurgel: “Muitas escolas de ensino infantil fecharam ou tiveram redução de alunos porque estão na faixa de matrícula que não é compulsória”. Então, não há como minimizar o viés econômico na decisão tomada pelo governo.

Com a volta das aulas da educação infantil nas escolas privadas, o foco das matérias e, consequentemente, da pressão social se voltou para os estabelecimentos públicos. A reportagem veiculada cinco dias depois é uma prova disso: *"Retorno da rede pública no Ceará às aulas presenciais segue indefinido."* No plano da expressão, o texto é repleto de palavras que reforçam esse cenário de incerteza e esse contexto aparece, inclusive, no título e no lead da matéria. Termos como *pressão, impasse, entraves, desafios, bastidores* são usados pelo repórter para traduzir a complexidade do tema. Os personagens desta narrativa, mais uma vez, são pessoas que vão dar vozes aos dois lados envolvidos no acontecimento intrigante: os que defendem o retorno às aulas e aqueles que lutam por mais tempo de distanciamento social. De um lado aparecem as secretárias de Educação do Estado e da Prefeitura, enquanto que do outro estão o presidente do Sindicato Apeoc, Reginaldo Pinheiro, a procuradora Elizabeth Almeida, que representa o Ministério Público no Comitê Consultivo Estadual e a defensora pública Mariana Lobo.

A indefinição fica evidente com a ausência de uma declaração oficial das secretarias estaduais ou municipais de Educação, o que deixa um vácuo institucional para a população. O texto aponta que a secretária de Estado, Eliana Estrela, teria mencionado não haver condições de retorno das escolas no mês de setembro, durante uma reunião com representantes do sindicato Apeoc. Uma coordenada da matéria informou que os sindicatos da categoria aprovaram um indicativo de greve, caso o retorno ao ensino presencial fosse aprovado, o que só reforça como o conflito abertura x fechamento estava numa temperatura elevada e permeia toda a narrativa construída pelo veículo noticioso e seus personagens. O discurso do presidente do Sindicato Apeoc, Reginaldo Pinheiro, resume bem o sentimento dos profissionais da área da educação naquele momento. “Nós queremos voltar. Sabemos das dificuldades do ensino remoto, mas não pode ser de qualquer forma. Não podemos arriscar porque se trata de vida. Para isso ocorrer, tem de ser com segurança sanitária.” (Jornal O Povo, 03 de setembro de 2020).

Figura 13 – Jornal O Povo, de 03 de setembro de 2020.



Fonte: Dados da pesquisa hemerográfica

A informação sobre um indicativo de greve em plena pandemia causa estranhamento e nos remete ao pensamento de Baudrillard (1985). Se já é difícil arregimentar força entre os movimentos sociais num contexto normal, no cenário pandêmico seria ainda mais difícil. A estratégia soou mais como uma tentativa desesperada de mobilização do que um fato real, o que nos aproxima dos simulacros de realidade pensados pelo autor. “A massa absorve toda a energia social, mas não a refrata mais. Absorve todos os sentidos, mas não os repercutem. Absorve todas as mensagens e as digere” (Baudrillard, 1985, p. 28)

A notícia veiculada pelo jornal do dia 20/09/2020 já começava explorando o plano da expressão, com um título extremamente chamativo para os interessados no tema: “Aulas presenciais no Ceará devem voltar a partir de 1º de outubro”. No entanto, a manchete passou um sentido que não correspondia totalmente à realidade retratada no texto, já que apenas 44 municípios cearenses inseridos na macrorregião de Fortaleza poderiam retomar às aulas presenciais, desde que continuassem, obrigatoriamente, ofertando o ensino remoto emergencial como alternativa.

Ainda no plano da expressão, Camilo Santana aparece como personagem único dessa narrativa. No plano da estória, sua fala serviu para enfatizar que o decreto não obrigava as instituições a voltarem. O que estava no campo da obrigação era que os estabelecimentos cumprissem o que estava estabelecido nos documentos e o tom da fala do gestor deixava isso evidente, com o uso de verbos e expressões que reforçavam isso. "Caberá aos gestores municipais ou donos de estabelecimentos privados tomarem a decisão de garantir ou não o retorno dessas aulas presenciais."

No plano da metanarrativa, é possível inferir que a fala do ministro da Educação no terceiro mandato de Lula era muito mais uma estratégia do que um aviso: ao dar continuidade ao plano de retomada econômica, o gestor arrefecia a pressão dos estabelecimentos de ensino privado para a volta das aulas presenciais nas escolas, com um contingente maior de alunos e mais séries autorizadas ao retorno. Ao mesmo tempo, ao transferir a decisão de abertura para gestores municipais e donos de estabelecimentos particulares, ele compartilhou a responsabilidade com outros personagens da trama, quase como ocorria no extinto programa de televisão *Você Decide*, exibido pela Rede Globo na década de 1990, em que o público definia o desfecho do conflito.

Quem resolveu se decidir e acabar com esse enredo arrastado foi a Prefeitura, que anunciou, a 45 dias das eleições municipais³⁰, a suspensão definitiva do retorno das aulas presenciais em 2020 nas escolas da cidade, decisão que afetava diretamente 231 mil alunos da rede municipal. Na mesma ocasião, a fim de diminuir o impacto negativo do anúncio, Roberto Cláudio revelou que iniciaria uma campanha de inclusão digital, com a distribuição de chips com 20Gb de internet para 242 mil estudantes e profissionais. Além disso, 20 mil alunos do 9º ano e da Educação de Jovens e Adultos seriam beneficiados com tablets.³¹

³⁰ Em razão da pandemia do novo coronavírus, as eleições municipais de 2020 foram alteradas. O primeiro turno ocorreu no dia 15 de novembro e o segundo no dia 29 do mesmo mês.

³¹ A promessa feita por Roberto Cláudio no pacote de inclusão digital é que os chips e tablets seriam entregues até o final de outubro, o que não ocorreu. Quase quatro meses depois, na edição do dia 29 de janeiro de 2021, o leitor seria informado - por meio de uma pequena nota no canto inferior da página, sem recurso de flashback ou algo semelhante que o ajudasse a rememorar o tema - que a entrega do pacote de inclusão digital ainda não tinha uma data definida por conta de problemas no processo licitatório. A justificativa da SME veio por meio de nota, o que acaba sendo uma saída mais confortável para o gestor que está sendo alvo de uma reportagem negativa, já que ele não fica exposto ao confronto direto com o jornalista. “O Município já realizou duas tentativas de licitar os produtos, mas devido a variáveis como a instabilidade do mercado e documentação incompleta de empresas concorrentes, ainda não foi possível finalizar o processo com êxito”. Por não acompanhar um tema tão importante durante tanto tempo, o jornal *O Povo* deixou os seus leitores sem resposta e acabou por não cumprir uma importante função do jornalismo: o de fiscalização e cobrança. Não adianta apenas apresentar os problemas e a possível solução deles por parte dos agentes públicos. É preciso acompanhar o desdobramento desses fatos. “O jornalismo de serviço não só constrói a realidade discursivamente, mas também busca se apresentar como uma instância de intervenção no cotidiano de seus participantes através da cobrança das denúncias (Figueiredo-Sobrinho,

Podemos afirmar, de maneira categórica, que a narrativa criada pela Prefeitura seguiu um script pré-definido e extremamente ensaiado: anunciar um benefício - a conectividade dos estudantes e professores da rede – e, com isso, minimizar as críticas pela decisão de manter as escolas fechadas. Este era o roteiro pensado pelos gestores e assessores do Paço Municipal de Fortaleza.

O paradigma dos roteiristas revela, com toda a explicitude, as astúcias e estratégias que em outros tipos de expressão narrativa ficariam subentendidas. Ou seja, [...] a construção narrativa planejada dos roteiristas deixa transparecer as estratégias que provém da intenção do narrador, e revela suas táticas, manobras e estratagemas discursivos, ao optar por este ou aquele recurso de linguagem. (Motta, 2013, p. 61).

Além disso, ao assumir publicamente que as aulas presenciais não retornariam, antes mesmo do governo do Estado, a Prefeitura esvaziou o enredo que vinha pautando a imprensa dia após dia. Perceber isso é mergulhar nas entranhas da narrativa, já que é importante, como nos alerta Motta (2013, p. 36), “identificar as intencionalidades dos interlocutores envolvidos no ato de comunicação em cada ato de fala, a fim de identificar uma aproximação ou distanciamento estratégico do enunciador em relação ao mudo enunciado.”

Para encerrar o ano, faltava o governo do Estado decidir sobre o retorno nos estabelecimentos estaduais de ensino.³² Essa questão voltou a ser tema de uma matéria no dia 07 de outubro de 2020, quando a Seduc anunciou que 90% das 728 escolas estaduais estariam aptas para a reabertura, o que foi veementemente contestado pelas entidades do setor.

No plano da expressão, a matéria é construída com dados, de maneira a passar mais informações para o público leitor. O texto traz informações como o número de escolas da rede estadual, 728, os R\$ 46,4 milhões gastos pelo Estado em adaptações, obras, insumos e equipamentos, bem como a fonte desses recursos, que são oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os personagens retratados nesta narrativa, mais uma vez, repetem o padrão observado neste acontecimento-intriga: de um lado, temos a voz da secretaria da Educação do Estado, que repassou as informações para o noticioso por meio de uma nota. Do outro lado, está o presidente do sindicato Apeoc, Reginaldo Pinheiro. Essa guerra de versões está presente de forma bem clara no texto, com o uso de verbos como *averigar, detalhar, diz investir, ressaltar, é questionado*.

³² Antes mesmo do anúncio feito pela prefeitura, no dia 22/09, o jornal tinha veiculado uma notícia que declarava: “Reabertura das escolas estaduais no dia 1º ainda é incerta.” O texto reproduziu uma nota da Seduc informando que um relatório estava sendo elaborado e que as escolas aptas ao retorno presencial “terão até o dia 30 de setembro para planejarem a retomada, adequando o ensino remoto e presencial às respectivas realidades.”

Figura 14 – Jornal O Povo, de 07 de outubro de 2020



Fonte: Dados da pesquisa hemerográfica.

No plano da estória, temos uma narrativa extremamente mal redigida e cheia de informações que passam dúvidas ao leitor. Logo no início, o narrador informa que os 90% das escolas aptas para a reabertura não se referem às 40 unidades vistoriadas pelo órgão, no período de uma semana, já que o relatório não havia sido finalizado. Há uma outra informação de que seis instituições de médio e grande porte foram vistoriadas em parceria com estudantes e representantes sindicais. Então, a que se refere esse número tão exorbitantemente positivo? Se 90% das escolas estão aptas ao retorno, por que não voltar? Perguntas que nos remetem, invariavelmente, para o plano da metanarrativa, já que essa decisão era crucial para o governo. Abrir as escolas, nas condições em que elas estavam, era colocar vidas em risco e não abrir era assinar atestado de incompetência como gestor. Talvez por isso, o ano tenha terminado sem que o governo declarasse oficialmente, que não havia condições para o retorno das aulas presenciais nas escolas estaduais. O jornal, aqui, deixou de cumprir parte importante do seu papel social, de ir em busca de explicações, de provocar as autoridades estabelecidas. No plano da metanarrativa, não saberemos se isso foi mera omissão ou se havia algum interesse empresarial do Jornal envolvido nesse erro tão amador. “Fora da narração, os fatos são mudos, só falam

quando são inseridos numa certa combinação”, alerta Motta (2013, p. 45). E, no caso estudado, essa mudez do jornal foi muito reveladora.

O que poderia fazer o leitor mais atento chegar à conclusão que não assumir publicamente que as aulas não retornariam em 2020 nas escolas estaduais foi a matéria publicada no dia 10/11/2020. Usando a mesma tática da Prefeitura, o governo anunciou um pacote de inclusão digital, com telefones e tablets 3G e 4G com acesso a 200gB de internet durante todo o ano, que beneficiaria 347 mil alunos da rede, da capital e do interior, além de estudantes das universidades estaduais. O governador Camilo Santana é o personagem principal aqui também, é aquele quem faz o anúncio desse benefício avaliado em R\$ 29,4 milhões. E a promessa do gestor é que o pacote de benefícios não se limitaria ao período pandêmico, o que de fato aconteceu com o Ceará Educa Mais Conectividade.³³ Essa medida tinha o objetivo de resolver um hiato importante de conectividade no Estado, já que a matéria aponta que 40% dos alunos tinham problemas de infraestrutura para acessar as aulas. Porém, a política de inclusão digital chegou com quase 07 meses de atraso e parecia preparar o terreno para os meses seguintes, em que as escolas permaneceram fechadas e os alunos privados do ambiente de aprendizado coletivo, o que será tema do nosso próximo tópico.

5.1.2 Abertura x Fechamento das escolas: Temporada 2

Nas séries que encontramos nas plataformas de *streaming*, os enredos, tramas, disputas e personagens são continuados de uma temporada para outra. Essa lógica pode ser observada também na narrativa que foi construída sobre educação nas páginas do Jornal O Povo, quando analisamos parte das matérias veiculadas no ano de 2021. Com o agravamento da pandemia e a maior letalidade das variantes do vírus, mais uma vez as escolas tiveram que ser fechadas e o plano de reabertura das unidades de ensino foi travado por alguns momentos.

A primeira matéria veiculada no ano que remete a essa tematização retrata a queda do movimento nas livrarias. Esse tipo de conteúdo é trivial neste período do ano, que antecede o início do ano letivo. No entanto, a manchete traz um dado que denuncia o momento atípico que estávamos vivendo: “Movimentação de volta às aulas em livrarias cai até 80%. No plano da expressão, temos uma grande foto de um dos pontos de venda da Praça dos Leões, com uma pilha de livros e uma cadeira vazia, o que denota o baixo fluxo de clientes no local. Há, ainda,

³³ O governo do Ceará conta com o programa Ceará Educa Mais, que abrange diversas ações para melhorar a educação no Estado. Entre elas, está o Ceará Educa Mais Conectividade, que mantém a política de distribuição de tablets e chips de internet para alunos e de notebooks para professores.

a imagem de uma mulher, de máscara, com uma lista de material escolar nas mãos. Uma imagem que retrata bem o período que atravessávamos.

A linguagem utilizada pelo narrador é simples, um tanto descritiva, para dar conta de repassar para o leitor o cenário encontrado pelos jornalistas. “O Povo percorreu os principais pontos de comercialização de materiais escolares no Centro”, informava o narrador. Outro aspecto interessante de análise no plano da expressão é o fato que a matéria está alocada na editoria de Economia, o que acaba sendo um diferencial com relação aos demais conteúdos que se enquadram neste tema³⁴. Isso, evidentemente, também influencia nas informações repassadas, com o uso de dados, siglas e expressões econômicas: “*a queda em todas as lojas é superior a 50% [...]*”, “[...] *o movimento caiu pelo menos 50% na comparação com o ano passado.*”, “*negociar para encontrar o melhor preço e não perder as vendas.*”, “*opções mais em conta*”, “*patamar mais alto dos preços*”, “*menor flexibilidade de tempo e orçamento*”.

Outro ponto interessante que foi possível observar na análise da narrativa foi a preocupação que ainda rondava o segmento educacional com o calendário letivo. O narrador usou, de modo frequente, palavras que expressavam cautela para descrever as incertezas sobre o pleno funcionamento dos estabelecimentos de ensino: “*procura discreta*”, “*medo de que, por conta da pandemia, as aulas possam parar novamente*”, “*levando o mínimo*”, “*a falta de certeza sobre a retomada presencial*”, “*não há confiança de que as aulas presenciais retornem*”, “*ainda está com receio*”.

Essa cautela é explorada no plano da estória, em que “o sujeito narrador dispõe tática e estrategicamente a sucessão de fatos [...] com o objetivo de tecer uma realidade compreensiva” (Motta, 2013, p. 28). No caso analisado, a intencionalidade é atrelar a queda na movimentação das livrarias e sebos da cidade ao cenário pandêmico. Porém, o leitor mais aguçado vai perceber uma contradição nessa estratégia discursiva: o narrador traz uma explicação de que essa queda no movimento vem sendo percebida ano a ano: “*A introdução de sistemas próprios de ensino sendo vendidos nas próprias escolas vem diminuindo a demanda no setor.*”

³⁴ Em 19 de janeiro, o jornal veiculou uma matéria sobre retomada das aulas na rede particular de ensino. Um ponto que chamou a nossa atenção na análise, foi o viés econômico que o narrador deu a essa matéria, o que acabou reforçando o período atípico gerado pela pandemia: “Com matrículas aquém do esperado, 90% das escolas particulares retomam aulas.” No discurso, o narrador explora bastante os prejuízos enfrentados pelas unidades privadas e retoma a cobrança sobre o governo. No entanto, se percebe uma mudança no discurso: a luta agora era pela liberação de todas as séries e não mais pela reabertura das escolas. Mas, vale lembrar, que as escolas públicas permaneciam fechadas, o que comprova as desigualdades vividas no campo da educação.

Essa informação, na nossa análise, enfraquece todo o argumento utilizado pelo narrador para a construção desse conflito.³⁵ Os personagens que aparecem aqui são desconhecidos pelo público. No protagonismo temos, de um lado, os pais - representados pela vendedora autônoma Suely Julião e pelo professor Carlos Alves de Almeida Neto, que tem duas filhas em idade escolar. A narrativa deles é toda baseada na busca por um preço justo e na elaboração de estratégias para economizar. Do outro lado, o narrador escolheu os vendedores de livros como personagens igualmente importantes para essa narrativa. Foram ouvidos uma funcionária de uma livraria tradicional da cidade, dois proprietários de box na Praça dos Leões, um ponto de venda popular de livros usados e novos, e o presidente do Sindicato de Comércio Varejista do Ceará, o Sindilivros, que também é proprietário de uma livraria. Há, ainda, um economista, que, na narrativa, legitima os aspectos financeiros abordados na matéria.

No campo da metanarrativa, o que a nossa análise detecta é o que Motta (2013) classifica como uma ruptura em algo que está no imaginário cultural de quem tem filhos em idade escolar: começo de ano é época de testar a paciência para enfrentar a grande movimentação nas livrarias, de gastar sola de sapato para fazer economia na hora de garantir o material escolar das crianças. Como plano moral, o narrador busca mostrar que não há vencedores nesta disputa; todos perderam ao ter de conviver com um evento tão dramático: os pais, que reclamam dos altos preços e longas listas de compras, e os comerciantes, que amargam o prejuízo das vendas.

Este era o cenário estabelecido quando, em 23 de janeiro, o jornal divulgou a primeira matéria do ano de 2021 sobre os estabelecimentos públicos de ensino. No plano da expressão, temos elementos bem corriqueiros do jornalismo, a começar pelo título: “*Após consulta, cada escola decidirá sobre retomar ensino presencial e remoto*”. Temos, também, o uso de uma linguagem clara, objetiva, direta, com textos curtos e uma escrita coloquial. Como recurso para chamar a atenção do leitor, é possível perceber a presença de uma foto que retrata a Escola Bárbara de Alencar com o portão fechado, o que referencia a realidade ainda vivenciada por professores e alunos da rede estadual. Há o uso de verbos no presente e também no futuro, dando ideia de possibilidade, o que demonstra que o planejado pela pasta estadual pode não ser implementado, a depender da evolução do contágio pelo vírus: “aulas recomeçam

³⁵ Esse fato levantado por um personagem da narrativa é importante porque o ingresso dos sistemas escolares de ensino na educação brasileira rende bons debates. Cassiano (2013) explica que a adoção desse tipo de material didático nas escolas brasileiras começou no início dos anos 2000. Pouco tempo depois, essa realidade atingiu, além das escolas particulares de todos os portes, a educação pública.

a partir de 1º de fevereiro”, “a decisão de voltar com o ensino híbrido [...] será de cada escola”, “a decisão deve ser tomada”. “a volta ao presencial será gradual [...]”.

O leitor adentra numa narrativa, no plano da estória, que se estrutura em torno de uma “novidade”: as escolas da rede estadual farão uma consulta para definir se funcionarão ainda somente de forma remota ou se vão aderir ao formato híbrido. Três personagens têm voz no texto, além do narrador: a Seduc, Anízio Melo, presidente da Apeoc e Jonathan Sales, diretor da Associação Cearense de Estudantes Secundaristas (Aces).

No entanto, um ponto nos chamou a atenção: mais uma vez, a fala do governo do Estado não está personificada na figura de nenhum gestor, o que enfraquece a cobrança que pode ser feita pela sociedade. Por mais que o contexto fosse de exceção, estruturar toda uma narrativa a partir de uma nota enviada por uma assessoria de imprensa fragiliza muito a posição do jornalista de contestar os fatos, além de ser extremamente conveniente e contribuir para manter a persona do gestor como herói da trama. O narrador perde a oportunidade de questionar, por exemplo, como o governo ia adotar o ensino híbrido sem uma infraestrutura eficiente de internet e computadores nas escolas. Havia recursos para isso? A matéria até tem uma retranca que mostra que os investimentos nas adaptações físicas necessárias para o retorno ainda estavam sem recursos definidos, mas não mencionava essa questão que acabamos de pontuar.

Além disso, a narrativa é pobre também no confronto de versões com os outros personagens ouvidos na estória, como Anízio Melo, que aparece como antagonista direto do governo nessa e em outras questões referentes à condução das ações educacionais durante a pandemia. Em seu discurso, ele cobrou as promessas feitas pelo governo que ainda não haviam sido concretizadas.

Para isso, é preciso que o Estado finalize o processo de entrega de chips dos estudantes e acelere o processo de compra de tablets para os estudantes da rede pública estadual. Além disso, é necessário verificar se as mudanças e os equipamentos estarão todos em ordem para as escolas que optarem pelo ensino híbrido.

No plano da metanarrativa, o pano de fundo que podemos inferir é que a consulta se assemelha a uma cortina de fumaça, uma estratégia para que parecesse que o ano letivo começava com alguma novidade quando, na verdade, o que havia era mais do mesmo: indefinição e o ano recomeçando com aulas 100% remotas³⁶. “Ainda sem previsão de aplicação ou divulgação, nenhum dado foi apresentado oficialmente.” Além disso, o fato de deixar a

³⁶ A prova de que não havia nenhuma novidade é que, em 29 de janeiro de 2021 foi publicada uma nova matéria sobre essa temática. No texto, o narrador informa que a portaria 0057/2021 havia sido publicada dois dias antes autorizando o ensino híbrido e facultando à comunidade escolar a permanência no modelo remoto.

comunidade escolar optar pelo ensino híbrido não deixa de ser uma estratégia que transfere a responsabilidade para a comunidade escolar e exime o gestor estadual.

A rede municipal de ensino também iniciou o ano escolar de 2021 sem novidades para a comunidade escolar. A matéria, veiculada pelo jornal no dia 27 de janeiro, é protocolar e se limita a descrever pontos que já haviam sido mencionados em matérias anteriores, como a promessa de compra de tablets e chips para professores e alunos, a distribuição de kits de alimentação que seriam entregues na casa dos alunos, como garantia de segurança nutricional, e a manutenção do formato remoto. Para dar conta dessas informações, o narrador utiliza uma linguagem simples, com uso de verbos declarativos e que dão a ideia de que o trabalho está sendo feito a contento: “*a decisão desta modalidade faz parte das medidas de enfrentamento à pandemia*”, “*para fortalecer a aprendizagem*”, “*o ensino remoto demonstrou eficácia*”, “*nós vamos garantir o kit alimentação para toda a rede*”.

No plano da estória, o conflito se evidencia, justamente, pela permanência do mesmo cenário de 2020: nada havia mudado, nenhuma medida efetiva havia sido implementada para garantir o retorno da comunidade ao ambiente escolar. Como nos instrui Motta (2013), é neste plano que a história se projeta em nossa mente e consegue se desvincular do plano da expressão. Então, faz sentido essa narrativa “vazia” de informações atualizadas, que fere até mesmo a lógica jornalística que busca novidades: é preciso contar, muitas vezes, o que está sendo feito, reestruturar a narrativa em torno das promessas de melhorias - os pacotes de inclusão digital, distribuição de material didático e de kits de alimentação, numa espécie de propaganda institucional do governo.

Não é de se estranhar, então, que os únicos personagens dessa narrativa sejam as fontes oficiais do município. Mas, ainda que a estória seja um “flashback”, assistimos a estreia de um novo integrante na trama: o novo prefeito de Fortaleza, José Sarto, que foi eleito no pleito de 2020. A ideia de continuidade fica ainda mais evidente quando percebemos a presença de Dalila Saldanha, secretária de Educação na gestão de Roberto Cláudio que foi reconduzida ao cargo na gestão de Sarto (Cavalcante, 2021).

No campo da metanarrativa, o plano de fundo observado tem um viés moral. Quando se tem o poder político e econômico nas mãos, é mais fácil inverter o final da história e transformar vilões em heróis. No caso analisado, até mesmo os problemas relatados - como as questões de infraestrutura- se revertem, na estória, em algo positivo: as políticas de inclusão digital.

Em fevereiro, mais precisamente no dia 17, todos foram surpreendidos com um novo decreto do governador Camilo Santana, anunciado em uma live: as aulas presenciais

estavam suspensas por 10 dias em todo o Estado (G1 CE, 2021). Vale lembrar que vivíamos uma nova onda de contágio, com variantes que tornaram o vírus ainda mais mortífero. A reação foi imediata: no dia 19, data marcada para o fechamento das escolas, o jornal publicou uma matéria sobre o tema.

Aqui vemos, novamente, o acontecimento intrigante que norteou as narrativas de 2020 se repetir de maneira mais evidente. Logo na manchete, a tônica da estória já podia ser percebida: “*Pais lamentam suspensão de aulas e cobram vacinas contra a Covid-19*”. O texto está repleto de verbos e locuções que denotam pesar e frustração, por ver a história do ano anterior ser repetida: *lamentam, cobram, pressionam, foram surpreendidos, se diz insatisfeita e surpresa, nós recebemos alunos tristes e pais preocupados* são alguns dos exemplos. Além disso, há, no texto, a presença de termos que demonstram como o tema era, realmente, complexo e a decisão polêmica: “*é difícil de resolver, complicado, delicado, quem sofre são as famílias, é um negócio sério*”. Há, ainda, o uso de uma foto que mostra, em primeiro plano, a imagem de uma catraca e, ao fundo, poucas crianças, de máscaras, com muitas cadeiras vazias na escola.

A análise da foto nos remete a um contexto que, de certo modo, está subentendido na narrativa: as instituições estão se esforçando, estão mantendo o distanciamento, cumprindo os protocolos, os alunos e professores estão usando máscaras. Era realmente necessário dar esse passo para trás? Essa mensagem, inclusive, está inserida no texto de uma coordenada que também aparece no final da matéria e que dá vez à uma voz contraditória da narrativa, ora representada pelo Sinepe.

Figura 15 – Jornal O Povo, de 19 de fevereiro de 2021.



Fonte: Dados da pesquisa hemerográfica.

No plano da estória, o que chama a atenção é o retorno de pais como personagens principais da trama e a estreia de um novo personagem, que não pode ser materializado como uma pessoa: a política aparece como vilã desse enredo. Percebemos aqui que ela tanto pode estar representada numa pessoa, como um governador ou presidente, como no processo político-eleitoral. Foi por causa da política que decisões importantes não foram tomadas - como a compra de vacinas - e outras foram desobedecidas, a exemplo da aglomeração que foi registrada durante as eleições ocorridas em 2020. Quem trouxe essas reflexões foram três pais de alunos ouvidos como personagem. “*O grande problema desse dramalhão que está na cara de todo mundo é a política*”, “*Para ele, estão tratando a tragédia sanitária como um cabide de votos*”, “*É preciso pressionar o Governo Federal para disponibilizar as vacinas*.”

Figuram ainda como personagens secundários da trama o diretor de uma grande escola particular da cidade, Francisco Linhares, e a vice-presidente do Sindicato de Educação da Livre Iniciativa do Ceará (Sinepe-CE), Andréa Nogueira. Cada um vai defender os seus segmentos: Francisco aponta os impactos pedagógicos que os estudantes já vinham

enfrentando, desde o ano passado, e Andrea vai defender que a educação não vem sendo tratada como prioridade no Brasil, já que as aulas presenciais estão sob constante ameaça, e não se leva em conta o como a escola pode ser uma aliada no combate à pandemia. “*A escola diariamente reforça essa nova forma de sobreviver, ensina e disciplina os novos hábitos. Crianças e adolescentes necessitam estar dentro da sala de aula.*”

No campo da metanarrativa, a mensagem que pôde ser extraída está atrelada à liberdade: com a decisão noticiada, os sentidos de “proteger” e “libertar” entraram em choque. Se, de modo geral, a liberdade é um conceito que pode ser atrelado à luta contra a tirania, na crise sanitária ela se mostrou algo mais paradoxal: a liberdade de uns (circular, trabalhar, estudar) podia significar a negação da liberdade de outros (o direito de viver, de acessar um sistema de saúde não colapsado).

O fechamento das escolas, mesmo que por poucos dias, provocou uma nova reviravolta na narrativa. E isso, para Motta (2013, p. 155), é de grande valia para os analistas. “Recomendo como procedimento analítico produtivo identificar a introdução de pontos de virada no enredo, momentos de inflexão associados à montagem de sequências”. É de se esperar, portanto, que mais matérias fossem publicadas nos dias que se seguiram à publicação do decreto. Mas isso não ocorreu. Houve apenas a publicação de um conteúdo mostrando que as escolas de educação infantil, que recebem crianças de até três anos, poderiam continuar funcionando. No entanto, houve uma ampliação desse escopo e as matérias que reverberaram acabaram tratando mais sobre a flexibilização, ou seja, o processo de autorização do funcionamento das escolas para mais séries, especialmente do Ensino Médio.

No dia 07 de maio, encontramos uma reportagem sobre o tema: “Comitê debate hoje retorno presencial para o Ensino Médio.” Com letras garrafais, a manchete chama a atenção para este segmento do alunado, que foi o último a ser liberado para a volta às aulas no “novo normal”. No plano da expressão, além do título, é possível visualizar a imagem de Camilo Santana em seu ambiente de trabalho. Há ainda uma imagem menor, com uma foto de um portão entreaberto, que dá a ideia de uma passagem que não está amplamente disponível para todos e que nos remete ao que está sendo abordado na narrativa. Ainda no plano da expressão, o narrador faz uso de uma retórica que passa a mensagem de busca pelo diálogo, conciliação e tomada de decisão, com o uso de expressões como “*entrará na pauta, o grupo decide, comitê debate, será discutida, há esse apelo, retomaremos essa discussão, a proposta é retomar as atividades de forma gradual*

No plano da estória, temos a construção de características muito específicas para o personagem principal, que é o governador Camilo Santana. Na foto que mencionamos no

parágrafo anterior, ele aparece com imagem serena, de camisa branca, corroborando com os predicados que podem ser inferidos a partir da estruturação da narrativa: um gestor responsável, cauteloso, preocupado, comprometido. Um verdadeiro “líder”, como está exposto literalmente no texto, que é capaz, inclusive, de assumir todo o ônus do seu cargo, de sair como o vilão dessa história. *“Eu sei que sempre recai sobre o governador, até porque eu assumo a responsabilidade de todas as decisões, mas é importante que a população saiba que as decisões têm sido sempre discutidas dentro de um Comitê”*. Há ainda, na narrativa, um outro personagem que tem papel secundário. Ele aparece retratado como um grupo de mães que fundaram o movimento “Escolas Abertas Ceará”. No entanto, o narrador não se alongou na apresentação desta personagem e sua função na estória é, apenas, contrapor a voz de Camilo Santana.

Essa disputa nos conduz ao plano da metanarrativa. A análise dessa reportagem revela a luta específica travada pelos personagens: os pais aparecem como os defensores dos direitos dos filhos de frequentar, de forma presencial, suas escolas. E, do lado oposto, está o governador: que defende uma reabertura gradual³⁷, com a adoção de cuidados e protocolos, como a garantia de vacinação para os professores. Cada lado busca defender aquilo que lhe é caro, o que resulta numa espécie de polarização narrativa. Desse modo, o embate vai além de ver quem tem razão, mas se transforma em uma disputa moral, na qual cada lado se posiciona como representante de uma causa maior, como justiça, liberdade, acesso à saúde ou o colapso do sistema de educação. Como observa Motta (2013, p. 138), “são situações éticas fundamentais plasmadas por um narrador no momento em que ele se põe a narrar [...]”.

Assim como ocorreu em outros episódios deste acontecimento intrigante, a pressão exercida entre os diversos agentes dessa narrativa surtiu efeito: em 11 de junho, o governador Camilo Santana publicou um novo decreto que autorizava a volta do Ensino Médio ao formato presencial, após 452 dias de aulas remotas. O jornal repercutiu o tema com duas matérias em que os setores e atores envolvidos traçaram estratégias para esta nova realidade. Para efeito de análise, porém, nos concentraremos na reportagem publicada no dia 15 de junho de 2021, dia em que as escolas começaram a receber os estudantes adolescentes que estavam longe das salas de aulas há 15 meses.

O leitor mais atento já percebe que se trata de uma reportagem especial por conta de alguns elementos que estão presentes no plano da expressão: a matéria redigida em duas

³⁷ Como era de se esperar, no decreto seguinte, publicado em 11 de junho, o governo liberou o retorno das aulas presenciais para o Ensino Médio. Assim como ocorreu nas outras modalidades de ensino, o abismo entre o público e o privado rapidamente se delineou: no mesmo dia, os representantes das escolas particulares declararam que estavam aptos para o retorno. Já a Secretaria de Educação do Estado anunciou que o retorno ao presencial, no formato híbrido, só se daria depois das férias escolares.

páginas, a presença de várias retrancas, o que mostra uma pluralidade de aspectos trabalhados nas retrancas e um título sugestivo: “Volta das aulas presenciais no Ceará: o que está em jogo?”. O uso de uma interrogação na manchete não é muito comum, o que sinaliza a complexidade do tema e como esse assunto é mobilizador. Além disso, por se tratar de uma reportagem, um tipo de texto que, no jornalismo, tem características próprias, como o aprofundamento, a discussão de temas por meios de múltiplos olhares e um texto mais rico, a linguagem do narrador é mais livre. Tanto que observamos um tom mais descriptivo (“*Marcações no chão, medição de temperaturas na entrada, recipientes de álcool em gel distribuídos pelos espaços, portas e janelas abertas, distanciamento entre as carteiras.*”) em que a preocupação maior é apresentar os cenários, o contexto desse retorno, dar voz aos personagens envolvidos e não apenas fornecer informações mais objetivas. Isso fica claro, em nossa análise, na forma como as retrancas estão estruturadas: na primeira temos a palavra *Sentimentos* e, em seguida, o título enuncia: “*O que pensam os estudantes*”. Ao lado, verificamos uma outra retranca com a palavra *Impactos*, sequenciada pela frase: “*Escola faz falta não só para o aprendizado*”.

Há, ainda, no plano da expressão, o acesso a informações relevantes para que o leitor entenda a complexidade do que está sendo discutido. O narrador informa que o tema vem sendo debatido há mais de um ano por diversos segmentos da sociedade, que são 15 meses desde o início da suspensão das aulas presenciais e que o consenso está distante. “*Ações judiciais, manifestações de pais e pressão para vacinar trabalhadores da Educação marcam as tentativas de retomada.*” A imagem usada para ilustrar a reportagem é, na nossa análise, paradoxal. É possível observar a imagem de três meninas descendo a escada. Isso pode ser interpretado como algo que simboliza uma derrocada. No entendimento social, subir é positivo, remete a galgar, conquistar posições. E descer nos lembra queda, fracasso e perda. No caso analisado, associar a imagem da descida numa foto que ilustra a liberação do Ensino Médio, passa uma mensagem que pode denotar imprudência ou precipitação.

Essa interpretação nos conduz até o plano da estória. Essa reportagem é, na verdade, um grande resumo do que estava em jogo com o fechamento das escolas. Há, na construção dessa narrativa, enredos muito delineados: um grupo que festeja o retorno à escola, outro que relata temores com essa liberação e, no limbo, estão milhares de estudantes de escolas públicas que ainda estão impedidos pela falta de estruturas das suas unidades de ensino de voltar ao presencial.

Figura 16 – Jornal O Povo, de 15 de junho de 2021



Fonte: Dados da pesquisa hemerográfica.

Entre os personagens temos professores como os protagonistas, aqueles que listam os problemas desse retorno. Como é o caso de uma docente da rede municipal, que preferiu não se identificar. Esse pedido de anonimato já é, inclusive, uma informação preciosa para o analista. Ela está tendo coragem de ir na contramão do discurso oficial, apontando os problemas que esses profissionais tiveram de enfrentar ao longo desse período e, principalmente, escancarando as diferenças estruturais encontradas nas unidades públicas - que têm escolas amplas e arejadas e unidades com estruturas precárias - e privadas. “As escolas públicas têm realidades diferentes [...] a realidade é bem difícil, poucos funcionários, poucos materiais de higiene e de limpeza. Eu me sinto insegura como será esse escalonamento e se será respeitado”. Outro ponto fundamental foi apontado no discurso da professora Cibele Chagas Mendes, quando ela faz uma reflexão sobre o retorno apenas da rede privada. “Estamos aumentando o abismo entre os ensinos, que já eram desiguais. Não no sentido de qualidade e capacidade dos professores, mas no sentido de estrutura, de condições de trabalho, de investimento social, que é muito maior na rede privada que na rede pública. Isso é algo que só pode ser visto por dentro, só pode ser vivido por dentro, só pode ser sentido por dentro”, explica.

Por isso, o discurso da professora Cibele Chagas Mendes é fundamental para entender o contexto de vacinação que existe no Ceará. Um exemplo é a diferença entre a rede municipal e a rede privada. “A rede municipal é mais desigual que a rede privada. Isso é algo que só pode ser visto por dentro, só pode ser vivido por dentro, só pode ser sentido por dentro”, explica.

Educação falaram por meio de nota, com discursos institucionalizados, repetitivos e panfletários. Na fala da Seduc, por exemplo, o narrador usou palavras que denotam que o retorno ainda está no campo das hipóteses, com o uso de expressões como “projetar” e “conforme o planejado”. Para Motta (2013, p. 113), esse recurso é uma estratégia de “criação de relações hipotéticas, tanto em relação ao passado quanto em relação ao futuro”. Outro ponto recorrente que observamos nas manifestações da Seduc é que eles usam as políticas de inclusão digital como escudo para esconder os problemas de infraestrutura. A distribuição de tablets e computadores é sempre mencionada, como uma propaganda institucional gratuita da “benevolência” do governo, além da compra de equipamentos de proteção individual para a comunidade escolar e outros insumos, que estão na esfera das obrigações da pasta.

O discurso da SME é um pouco mais direto. Por nota, a instituição afirma que, das 581 unidades escolares da rede, “538 já estão aptas a receber os alunos e profissionais.” Essa é uma informação contundente, facilmente verificável e questionável pelo jornal. No entanto, o veículo não aprofundou o tema e decidiu não investigar como estava essa situação. Ora, se mais de 92% das escolas tinham condição de retorno, se a vacinação avançava, se os decretos liberavam por qual motivo as escolas de Fortaleza permaneciam remotas? Já não era possível ter iniciado o híbrido? Não valia a pena aprofundar essa discussão? Em nossa análise, há um grande potencial jornalístico que não foi explorado, que isenta os responsáveis pela educação no Ceará.

Há ainda, nessa reportagem, personagens secundários: quatro estudantes, sendo dois de escolas particulares e dois de escolas públicas. Nessa coordenada, destinada a dar voz a esses meninos e meninas, eles puderam falar dos dilemas enfrentados nesse cenário tão incomum enfrentados por eles ao cursar o Ensino Médio, uma etapa tão decisiva de suas formações escolares. E o que percebemos, na análise da narrativa, é que, apesar das realidades diferentes, as dificuldades vivenciadas são semelhantes: “fica muito mais fácil procrastinar”, “Não é simples conseguir aprender alguma coisa”, “quando a gente está presencial há mais dinâmica”, “vejo muitos alunos prejudicados nesse ensino a distância e perdendo sua base escolar”, “os maiores desafios são a desconcentração dentro de casa e a falta de foco”. Nas outras coordenadas, temos dois profissionais da área de saúde: uma psicóloga e um epidemiologista. A primeira profissional faz uma reflexão sobre os prejuízos das escolas fechadas por tanto tempo e para a preservação de vínculos, que deve ser um dos grandes focos neste contexto de retomada. O médico Marcelo Rangel também aparece para fazer um alerta de que a pandemia não acabou, apesar de reconhecer que a escola não é um foco transmissor da

doença. Ele destaca que é preciso manter os cuidados e a vigilância, especialmente com os aspectos de infraestrutura que são o grande gargalo das unidades escolares.³⁸

É justamente esse ponto que nos leva à inferência que o plano da metanarrativa nos permite observar: mais uma vez, a desigualdade dos sistemas de ensino foi escancarada. Mesmo 15 meses depois do início da pandemia, os estudantes do Ensino Médio das escolas particulares tiveram o retorno antecipado ao ensino presencial, amparados por estruturas físicas adequadas, recursos tecnológicos e protocolos sanitários implementados com rapidez, enquanto os alunos da rede pública permaneceram privados dessa possibilidade devido às deficiências estruturais históricas de suas escolas. Nesse ponto, é possível observar o que Motta (2013) define como contradições narrativas: a metanarrativa expõe a desigualdade como núcleo de sentido, revelando a hierarquia social implícita na construção do relato jornalístico.

Isso mostra como a percepção da desigualdade do direito à educação, direito esse que é constitucional, está naturalizada em nosso meio. A metanarrativa, portanto, não só organiza o enredo, mas também revela sua base simbólica, que é naturalizar o desigual. E, de certa forma, ao aceitar as respostas institucionais, a não questionar de maneira mais veemente, a narrativa jornalística acaba por legitimar esse discurso.

O ápice do acontecimento intriga desta temporada coincide, justamente, com o seu desfecho: é o momento em que as escolas públicas voltam ao ensino presencial.³⁹ Mas, surpreendentemente, a matéria que noticiou esse retorno é tímida, tacanha, quase trivial. No plano da expressão, há apenas uma foto, em tamanho pequeno, onde aparecem cadeiras vazias e a que está em primeiro plano tem um X marcado nela, o que sinaliza a adoção de medidas para a manutenção do distanciamento social. A legenda informa que “*algumas unidades passaram por adequações mais complexas.*” No entanto, o que a imagem revela é uma mudança muito superficial e bem simples de ser executada. Ainda no plano da expressão, o narrador utilizou uma linguagem bem direta e objetiva para noticiar que 79.820 alunos da rede municipal voltariam às aulas presenciais. “O número corresponde a 33,2% dos matriculados. São estudantes do Infantil 3, 4 e 5, e do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental.” Esse tipo de redação

³⁸ Apesar da reportagem não ter, necessariamente, um viés factual, a narrativa analisada dedica uma parte do seu conteúdo para narrar como foi o primeiro dia da volta do Ensino Médio nas escolas particulares. No plano da expressão, temos o uso de uma linguagem mais descritiva, que aponta o cenário encontrado pelos estudantes nas unidades. No plano da estória, a voz dos personagens - alunos, professor, mãe e direção- dá o tom de depoimento, testemunho, sobre tudo o que foi vivido e o que esse retorno representa. A fala do Sinepe tem um tom mais formal e busca explicar os motivos para a baixa quantidade de alunos no retorno. “O que vimos nos últimos retornos é que isso muda dia a dia”.

³⁹ O jornal começa a dar indícios desse retorno quando noticia, no dia 12 de agosto de 2021, reuniões que estavam sendo realizadas entre os gestores das escolas municipais e as famílias para tratar da volta ao ensino presencial. Os encontros tinham, de acordo com a SME, “o objetivo de passar informações para os pais sobre o processo de retomada”. Os encontros ocorreram em 581 unidades escolares.

- com detalhamento de números, etapas da retomada, protocolos sanitários e distribuição de recursos tecnológicos - aparece no texto como um todo, que foi construído, mais uma vez, a partir de uma nota emitida pela Secretaria Municipal de Ensino. O leitor também é informado que 471 das 581 unidades municipais retornariam às aulas, mas não há uma explicação mais detalhada sobre o que deixou ainda 110 escolas de portas fechadas, visto que, em edições anteriores, o jornal já havia noticiado que todas as escolas estavam aptas para o retorno.

No plano da estória, o que nos salta aos olhos, é o fato de a SME ser a única entidade ouvida. Onde estavam alunos, professores, pais, sindicalistas, que também fazem parte dessa história? Motta (2013, p. 34) nos explica que, ao construirmos narrativas, além de mediarmos as experiências sociais, há um processo de “ficcionalização do real”. Neste sentido, a narrativa que nos foi apresentada não condiz com a magnitude do evento vivido: as escolas passaram 15 meses fechadas; não foram 15 dias. Onde estão os demais atores envolvidos nesta trama? Por que eles não foram ouvidos? Cadê a voz de professores, alunos, pais, gestores escolares, entidades sindicais?

A resposta, para nós, aparece no plano da metanarrativa. Ao naturalizar este retorno, não fazendo flashbacks, recordando todos os dilemas enfrentados pelas instituições escolares, especialmente as públicas, os temores ainda existentes, a mensagem que se queria passar era a de retomada da normalidade. A matéria produz, simbolicamente, a ideia de que a sociedade caminhava rumo a uma restauração da ordem e a escola aparecia como espaço central desse novo momento. Ao enfatizar os protocolos sanitários e a preparação das unidades de ensino, o texto sugere que os riscos estão sob controle e que a volta às aulas é prova cabal disso. Essa construção discursiva mobiliza o que Motta chama de “estrutura narrativa de superação de crise”, em que a ruptura causada pela pandemia dá lugar à promessa de uma reorganização do cotidiano.

Com o dilema abertura x fechamento das escolas concluído, a nossa análise parte para um outro tema, que também se mostrou mobilizador no campo da educação durante a pandemia: a conectividade.

5.2 Questões de infraestrutura e conectividade

A Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua (PNAD-C) realizada em todo o Brasil em 2019, um ano antes da pandemia nos assolar, revelou dados que mostram um Brasil conectado à internet com ilhas isoladas e sem acesso ao mundo digital. Naquele período, a pesquisa demonstrou que 39,8 milhões de brasileiros não tinham acesso à internet, o que

representa 21,7% da população com 10 anos ou mais. O celular era o dispositivo usado por 98,6% dos entrevistados para navegar na internet, enquanto computadores e tablets respondiam, respectivamente, por 46,2% e 10,9% das conexões.

As desigualdades já existentes no país, como era de se esperar, se reproduziam no mundo digital: Centro-Oeste, Sudeste e Sul eram as regiões com mais conexões (84,6%, 83,8% e 81,8%, respectivamente) contra o Norte - 69,2% - e Nordeste, que era a região menos conectada, com 68,6%. No Ceará, naquele ano, 23,9% dos domicílios não estavam conectados com a rede mundial de computadores. Quando a série histórica da Pnad começou a monitorar esse indicador, em 2016, o Ceará era o quarto estado com menor número de acessos à internet, atrás apenas de Alagoas, Piauí e Maranhão (Barbosa, 2022).

Essas informações são um antecedente importante para a narrativa que vai se desenrolar a partir daqui. A problemática da conectividade e, consequentemente, da exclusão digital no Brasil, foi um fator determinante para ampliar as desigualdades no campo da educação durante a pandemia. Por conta da relevância desse tema, ao analisarmos o corpus de notícias que compõem esta pesquisa, pudemos perceber que estávamos diante de um outro fio condutor, que nos revelou um novo acontecimento intrigante na nova narrativa a ser analisada.

Neste tópico, reunimos 08 matérias que tratam sobre questões de infraestrutura, tanto de acesso à internet dos estudantes e nas escolas, bem como notícias que mostram a estrutura física dos estabelecimentos de ensino. Essa junção se justifica pelo fato que esses dois fatores acabaram contribuindo para o retorno tardio das aulas presenciais nas escolas públicas do Estado e de Fortaleza, tema que foi analisado nos tópicos anteriores. Em geral, o grande debate travado pelas narrativas abarcadas por este tema estava no campo das desigualdades: em muitas escolas públicas, especialmente nos bairros mais periféricos, nas cidades e regiões mais pobres, a precariedade da estrutura física e de equipamentos das unidades escolares era anterior à pandemia. E não houve nenhum “imunizante” que conseguisse sanar esse grave problema social.

A primeira notícia englobada por esta temática foi veiculada na edição do dia 16 de julho de 2020, quatro meses depois da suspensão das aulas presenciais no Estado. Com o título “No Ceará, até 40% dos alunos das redes municipais não têm acesso a meios digitais”, o texto traz um alerta sobre uma projeção feita pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime-CE), entidade sem fins lucrativos que reúne gestores de educação dos 5.570 municípios brasileiros. O narrador começa a sua estória alertando que as dificuldades que o país vem enfrentando na implementação do ensino remoto emergencial – dificuldade de adaptação do ambiente doméstico às atividades escolares, falta de instrução da família para dar suporte ao

aluno, ampliação da vulnerabilidade social - são potencializadas nos rincões brasileiros por conta dos problemas de infraestrutura digital e acesso a equipamentos como celulares, computadores e tablets.

Seguindo a estilística do texto jornalístico, no plano da expressão, a narrativa é repleta de informações objetivas, dados de pesquisas realizadas, como a TIC Educação, que vão embasar e sustentar o argumento proposto na matéria. Esse aspecto do texto contribui para gerar mecanismos de “produção de efeitos de real” (Motta, 2013, p. 199), muito valorizado quando falamos de produções jornalísticas, que são textos verídicos e não ficcionais. É assim que o leitor é conduzido pelo narrador a descobrir que

“17% dos estudantes de escolas urbanas no Brasil não têm acesso à rede. No Nordeste, o percentual sobe para 22% e, no Norte, para 27%. Em casa, apenas 41% dos alunos têm computador portátil, 35% têm computadores de mesa e 29% possuem tablet. No Nordeste, um a cada quatro alunos (25%) que têm acesso a rede o faz apenas pelo celular.”

Na sequência, o narrador nos apresenta dois personagens da história: Pedro Silva, professor da rede municipal de Fortaleza e Antônio Barbosa, que leciona em Quixadá e Quixeramobim. Os dois profissionais entram na história para confirmar o discurso reproduzido pelo narrador e fundamentado com os dados concretos apresentados pelas pesquisas. Os professores aparecem como protagonistas da narrativa, aqueles profissionais dedicados que conseguem driblar as adversidades para ajudar os alunos sem conexão. Quando se refere aos dois, o texto acaba sendo mais expositivo e leva o leitor a entender as manobras que estão sendo feitas pelos profissionais para minimizar os prejuízos para quem não tem acesso às aulas remotas: “Pedro conta que adaptou o conteúdo repassado aos formatos compatíveis com WhatsApp, já pela maior facilidade de acesso ao aplicativo [...]” e “Antônio Barbosa aponta que tem tentado trabalhar a autonomia do aluno para com a própria aprendizagem.”

Outro aspecto relevante que podemos apontar no plano da expressão é o uso de palavras e construções que demonstram as adversidades enfrentadas pelos docentes para ajudar suas turmas: “essa é a realidade”, “conteúdos elaborados acabaram dispensados”, “já é excludente”, “lamenta”, “teme pela possibilidade palpável de evasão” e “barreiras que encontra”.

Complementando a narrativa, há o uso de uma fotografia em que estão retratados outros três personagens dessa narrativa: os irmãos Gustavo e Sophia Bezerra e a mãe deles, a artesão Carla Bezerra. Eles estão sentados numa mesa, numa residência que transparece ser bem humilde, na periferia de Fortaleza. Acima deles, há uma arte em que aparece o sinal de falha de conexão com a internet. Na narrativa, os três cumprem o papel de vítimas, representam

outros tantos brasileiros que estão sofrendo por não terem as condições mínimas de participar das aulas remotas. Os irmãos se revezam com o celular da mãe e precisam “roubar” o sinal do wifi da casa do vizinho, que só pega num cômodo específico da casa. No plano da expressão, neste momento, a narrativa adquire um tom mais descriptivo. O narrador vai apresentando ao público as condições da casa, descrevendo a cena que visualizou ao chegar na casa da família.

Figura 17 – Jornal O Povo, de 16 de julho de 2020.



Fonte: Dados da pesquisa hemerográfica.

A escolha da fala dos personagens pelo repórter é um momento chave para esta estória. Gustavo, do alto dos seus 10 anos, faz uma reflexão que nos remete ao plano da metanarrativa: a meritocracia é um discurso excludente e é preciso tratar com desigualdade os desiguais⁴⁰.

⁴⁰ A análise nos remete ao pensamento de Michael J. Sandel (2020), em sua obra atual e necessária: A Tirania do Mérito: o que aconteceu com o bem comum?, em que o autor traz reflexões filosóficas sobre a forma de organização das relações sociais e laborais da nossa sociedade, desconstruindo o conceito de meritocracia e defendendo que esse tipo de ideal está destruindo elos e o senso de humanidade e de comunidade. Em uma análise bem fundamentada, o autor americano demonstra que a meritocracia, ao imputar o conceito de sucesso e fracasso exclusivamente aos indivíduos, ignora outros fatores que também são decisivos para esse êxito, como a estrutura, sorte, oportunidade, contexto, exatamente como pudemos observar na reportagem acima analisada. Para o autor, esse conceito traz um cargo difícil de carregar e desencadeia uma grave questão de cunho moral. “Entre os vencedores, gera arrogância; entre os perdedores, humilhação e ressentimento” (Sandel, 2020, p. 40).

Se as aulas remotas já prejudicavam o foco, a concentração e o aprendizado de crianças e adolescentes que estavam em seus quartos, com seus computadores modernos e uma conexão de internet com velocidade decente, imagine nas condições que Gustavo assistia às aulas.

Tem que ficar balançando direto o celular pra internet pegar. Dá pra ver os vídeos, mas fica pausando, isso atrapalha, eu me desconcentro, tenho que voltar, porque, quando para e volta, eu nem sei o que ele tava falando antes", conta Gustavo.

Além disso, podemos identificar o que Motta (2013, p. 147) chama de projeto dramático da realidade, ou seja, o uso estratégico e astucioso de recursos para "[...] atrair, seduzir, persuadir, convencer, obter resultados, efeitos de sentido, satisfazer a um desejo e a um projeto discursivo do narrador". No caso, o desejo dele é denunciar a situação de quem está à margem desse mundo digital, quem não está tendo acesso às aulas, quem recebe conteúdo uma vez por semana via mensagem de aplicativo, enquanto os alunos da rede particular estão tendo aulas síncronas e com praticamente a mesma carga horária que o presencial.

Outro aspecto que chama a atenção na análise da narrativa é que o vilão dessa história não é citado. Ninguém é responsabilizado por essa falta de conexão, nenhum gestor público, nem secretário de Estado é chamado a falar sobre esse deserto digital. Aqui, o bom jornalismo deveria ter sido praticado, o jornalismo como quarto poder deveria ter sido acionado e, com essa lacuna, a estória fica sem desfecho, sem respostas.

O encadeamento da narrativa prossegue com uma reportagem publicada três meses depois, que repercute a realidade enfrentada no cenário educacional de Mucambo, município cearense que conquistou 9,4 em Português e Matemática, notas que lhe renderam o melhor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do país em 2019. Apesar do foco principal da reportagem ser sobre os bons resultados conquistados pelo município, não houve como fugir do relato sobre as dificuldades estruturais que foram impostas pela pandemia. Em duas páginas inteiras, o texto vai nos apresentar a realidade de professores e famílias daquela cidade, que estão enfrentando desafios semelhantes aos dos professores Pedro e Antônio, além da família Bezerra, os personagens da matéria anterior.

A reportagem traz, logo no início, as dificuldades encaradas por Valneide de Brito e seus quatro filhos: Francisco Ronilson, de 14 anos, Antônio Renan, de 11 anos, Maria Eduarda, de 07 anos e Ana Heloísa, de 05 anos. A empregada doméstica tem o dobro de filhos de Carla, a artesã de Fortaleza, e a mesma estrutura para dar conta de atender à realidade de aulas remotas: apenas um celular para dividir entre os quatro filhos estudantes. Assim como na narrativa descrita acima, as famílias são colocadas como vítimas dessa nova realidade imposta

pelo vírus, os que precisam se sacrificar para conseguir manter, minimamente, uma rotina de estudos e superar barreiras mais intransponíveis que as dos outros. É um drama e “todo drama é conflito” (Motta, 2013, p. 59). No entanto, mais uma vez, o leitor fica sem respostas sobre o antagonista dessa história: quem foi o responsável por essas famílias estarem nessa difícil situação? Por que ele não foi cobrado por isso? A gestora de educação do município é ouvida, mas não caracterizada pelo narrador como o personagem responsável por essa situação.

Para que o leitor apreenda essa difícil realidade, mais uma vez o plano da estória é tomado por uma linguagem objetiva com dados que revelam, por exemplo, que a situação da família da Valneide é compartilhada por 25% dos 2.726 estudantes da rede pública de Mucambo. Na reportagem, há várias informações que servem para contextualizar o leitor, como o número de escolas da cidade (15), as unidades que são especializadas e que tem atividades direcionadas para a preparação do corpo discente para as avaliações, os 10 municípios do país com melhor avaliação no Ideb, informações sobre o município de Mucambo, além de ações que são apontadas como diferencial na educação mucambense. Há ainda uma foto, que ocupa as duas páginas destinadas à reportagem, em que o leitor consegue ver três crianças sentadas na calçada: enquanto as duas da ponta estão com cadernos, a que está no meio segura um celular. A imagem denota uma ideia de compartilhamento do dispositivo eletrônico, realidade enfrentada, como já dissemos, por muitas famílias pobres do país.

Os professores são representados, mais uma vez, como os heróis da narrativa. São aqueles capazes de se doar, de ir em busca do aluno que está à margem, que não consegue participar das aulas. No total três professoras do município - Celina de Carvalho, Antônia Marques e Keyla Cristina – foram ouvidas na estória. Suas falas apontam os caminhos que foram adotados para que a educação de Mucambo alcançasse destaque. Há apelo, comprometimento, responsabilidade, profissionalismo e emoção, ao mostrar os desafios que os professores precisaram enfrentar no seu cotidiano laboral e que foram intensificados após a pandemia. Esse teor fica explícito com a análise das palavras empregadas pelo narrador ao longo do texto: “*A professora Keyla [...] chora ao falar dos obstáculos*”, “[...] estamos tendo que lidar com as perdas dos alunos, sensibiliza-se a docente”, “*O foco, o zelo que a gente tem com os alunos, a relação com as famílias [...] se perdeu e estamos vendo como restabelecer os elos construídos.*”

Na sequência, o fio condutor da narrativa nos leva a uma informação que aparece como um elemento surpresa dentro da estória: “Periferia de Fortaleza lidera o tempo de aula no país” é o título de uma reportagem de duas páginas veiculada no dia 22 de outubro de 2020. Com todos os dramas apresentados pelos personagens já retratados em nossa narrativa, o

resultado da pesquisa parece surpreendente e, certamente, chama a atenção dos leitores que se interessam pelo tema.

A pesquisa encabeçada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) Social comparou o tempo que estudantes residentes em periferias do Brasil dedicam a assistir às aulas remotas e fazer suas atividades. Em Fortaleza, a marca alcançada pelos 231 mil alunos da rede municipal foi de 2h33 minutos, o que deixou a capital cearense no topo do ranking da pesquisa, na frente de São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, todas cidades localizadas em regiões mais ricas do país. A reportagem traz ainda dados que demonstram que os alunos mais ricos têm 37 minutos a mais de conteúdo que os alunos periféricos, tempo que ainda é insuficiente, mas se aproxima mais do que foi estabelecido pela LDB.

Na página seguinte, um outro cenário é apresentado pelo narrador, em que se analisa a situação do Ceará. Os 423 mil estudantes cearenses da rede estadual, com idade entre 06 e 15 anos, dedicaram 02h35 minutos, em média, às aulas durante a pandemia. Esse número deixa o Estado na terceira posição nacional, atrás apenas do Distrito Federal e de Goiás. Esse desempenho do Ceará volta a se repetir dois anos depois. Numa matéria divulgada em 14 de fevereiro de 2022, o jornal dá destaque para o mesmo tema, destacando que o Estado é o líder do Nordeste e a terceira unidade da federação em que os alunos mais dedicam tempo para a escola. A pesquisa anterior não é mencionada e os dados são analisados de uma forma crítica, apontando que, apesar da boa posição, não há o que ser comemorado.

Como se trata de uma reportagem, há um grande esforço de passar os dados de maneira atraente para o leitor. Por isso, há recursos abundantes, como o uso de uma foto que retrata uma adolescente diante do computador e gráficos que repassam um panorama detalhado do ensino remoto no Ceará e em outros estados.

Apesar de não haver nenhuma entrevista, os estudantes e professores podem ser considerados, também, como os personagens principais desta história, já que eles são os responsáveis pelo Ceará e Fortaleza aparecerem tão bem nas pesquisas, mesmo com todas as adversidades. A Seduc e a SME, que participam da narrativa por meio de nota, no qual informam as estratégias que vêm sendo desenvolvidas para manter o ensino remoto e evitar problemas, como a evasão, podem ser consideradas as antagonistas da trama, pois não conseguem resolver os problemas apontados pelos especialistas ouvidos: Marcelo Neri e Manoel Camillo Osorio, da FGV Social, que fornecem análises e dados sobre o tempo de estudo durante a pandemia, o professor da Universidade Estadual do Ceará, Lauro Chaves Neto, a economista Izabel Colares e a professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Elizabeth Macedo.

Em comum, essas análises usavam uma linguagem bem direta, pragmática, assertiva e alertavam sobre o aprofundamento das desigualdades preexistentes, a precariedade da infraestrutura de conexão entre os mais pobres e a necessidade de encurtar esses abismos com políticas públicas efetivas de proteção social. “Outro ponto necessário é gerar mais esforço na guerra da inclusão [...]”, “Muitos sequer têm internet, um celular ou equipamento para as aulas. Sem falar que alguns não conseguem se alimentar bem e isso interfere no desenvolvimento.” Outro ponto observado pelos especialistas é a necessidade de uma decisão política para reverter os prejuízos provocados pela pandemia, como as deficiências na aprendizagem e recuperação do ensino. A professora carioca fala, inclusive, explicitamente sobre a necessidade de se pensar em uma política de conexão em massa.

Ninguém produziu uma política neste momento para abrir a internet para todo mundo. Por que não se tem acordo com as firmas de internet para abrir para todas as crianças e adolescentes em idade escolar?

Como a análise proposta por Motta (2013) reorganiza a cronologia das narrativas e nos permite avançar e retroceder no tempo, é possível inferir que pesquisas e declarações como essa podem ter contribuído com a decisão do governo de implementar políticas de inclusão digital e conectividade, como vimos no tópico anterior, e até mesmo o Programa Pé-de-Meia, programa de incentivo financeiro implementado pelo terceiro governo Lula com o objetivo de combater problemas crônicos do ensino brasileiro, como a evasão escolar. Por meio dele, os estudantes recebem R\$200 por mês ao comprovarem a matrícula e a frequência, além de um bônus mensal ao concluírem o ano letivo. Ao final do processo, esse incentivo chega próximo a R\$10 mil.⁴¹ O programa vem sendo tratado como prioridade dentro do governo, tocado pelo ministro cearense Camilo Santana e chegou a ser promessa de campanha do prefeito eleito de Fortaleza nas eleições de 2024, mas que não foi implementado por questões fiscais (G1 CE, 2025).

Outro ponto de conflito na narrativa sobre os estabelecimentos públicos de ensino versava sobre as questões da infraestrutura física, que acabava respingando nos aspectos de conectividade das escolas e dos alunos também: era preciso que as escolas tivessem uma estrutura física adequada às diretrizes elaboradas pelo próprio governo, em que os alunos e professores pudessem estar com segurança, mantendo os protocolos sanitários, com ambientes de higienização das mãos e onde eles pudessem comer e beber sem risco de contaminação.

⁴¹ Ampliação do Pé-de-Meia, poupança do Ensino Médio. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>. Acesso em 12 fev. 2025.

Além disso, os colégios precisam contar com uma infraestrutura tecnológica para atender aqueles que não têm condições de voltar ao ensino presencial.

Esse microtema – infraestrutura física das escolas - já aparece de forma tangencial no acontecimento intrigante anterior, afinal esse foi um dos motivos mais latentes para que as aulas nas escolas públicas não retornassem. Mas é necessário entender melhor como essa narrativa foi construída, como os personagens foram caracterizados e de que forma esse conflito tão importante foi repassado para o público leitor. “É preciso prosseguir prestando agora uma atenção ainda maior à articulação interna das partes, à lógica do paradigma narrativo e suas exigências, caminhando cada vez mais fundo à essência da narrativa” (Motta, 2013, p. 147).

Uma informação relevante é que não houve, no ano de 2020, nenhum conteúdo elaborado especificamente sobre o tema. Os conteúdos produzidos sobre esta temática estavam vinculados a outros acontecimentos, como registramos no dia 22/09/2020. O advogado e professor Bruno Carvalho foi ouvido para dar o seu ponto de vista sobre os desafios da rede pública, dentro de uma matéria que falava sobre a incerteza da abertura das escolas estaduais. “A falta de estrutura, salas pequenas para comportar os alunos respeitando o distanciamento, falta de equipamentos eletrônicos para manter um ensino híbrido, poucos banheiros e bebedouros para a quantidade de alunos, espaço limitado para refeições.” Pela voz do entrevistado, como podemos observar, a narrativa ganha um tom mais descritivo, para que se detalhe o imenso desafio a ser superado pelos estabelecimentos públicos de ensino.

As matérias começaram a ser veiculadas no ano de 2021, quando os decretos foram avançando, mas séries da rede privada foram autorizadas a retornar para o presencial e as escolas públicas continuaram com suas portas cerradas, maximizando o abismo entre as duas realidades. E ainda assim, em duas delas, aparecem como coordenadas de uma matéria principal que fala sobre outro tema. A primeira reportagem específica sobre a infraestrutura nas escolas públicas foi publicada no dia 04 de agosto de 2021, momento em que as aulas nas instituições públicas estavam voltando. Na manchete, destaque para o desafio a ser enfrentado: “O que as escolas públicas precisam para o retorno às aulas presenciais”.

O texto se baseia em levantamentos feitos por dois personagens que são coadjuvantes na narrativa como um todo: o Ministério Público do Ceará (MP-CE) e o Unicef. No plano da expressão, o narrador apresenta dados que foram levantados por essas duas entidades que demonstram ainda o grande despreparo de boa parte dos municípios cearenses, apesar de terem se passado quase 17 meses desde o início da pandemia. Há o uso de uma imagem de um banheiro, aparentemente de escola pública, onde pode se observar uma pia com

torneiras, um reservatório para colocar sabão líquido e um cartaz que alerta para o uso obrigatório de máscaras.

Figura 18 – Jornal O Povo, de 04 de agosto de 2021.



Fonte: Dados da pesquisa hemerográfica

Sobre o personagem Ministério Público é interessante observar que ele aparece despersonalificado, sem uma pessoa como representante. Os leitores mais desinformados não devem nem conseguir entender a relação dessa entidade com o sistema educacional. Becsi (2021, p. 36) explica que, juntamente com o Tribunal de Contas dos Estados, o MP-CE exerce uma função importante na garantia da efetividade dos direitos à educação.

O Ministério Público atua como fiscal da lei e em defesa do Direito à Educação. Para tanto, promove ações civis públicas e firma termos de ajuste de conduta com os gestores, como nos casos de: oferta de vagas em creches, garantia de vaga em escola próxima à residência, transporte escolar, acessibilidade aos educandos com deficiência, condições materiais das escolas etc.

No plano da expressão, o narrador traz um levantamento feito pelo órgão que aponta que, dos 184 municípios cearenses, 119 enviaram o Plano de Retomada das Aulas Presenciais, o que corresponde a 59,78%. Desse montante, 11 encaminharam o plano ao MP-CE, seis afirmaram que o plano estava em elaboração e três municípios não responderam ao ofício. Com

uma linguagem clara, o texto segue informando aos leitores sobre a existência de uma lista no site do órgão, com requisitos a serem observados numa inspeção, “que seguem as diretrizes disponibilizadas pela Seduc”. No total, 20 requisitos são exigidos, como totens para armazenamento de álcool em gel, tapete sanitizante, adaptação dos bebedouros para encher garrafas individuais e sinalização no piso.

Continuando o fio condutor da estória, o narrador informa que 581 unidades foram analisadas e passaram ou estão passando por adequações. No entanto, há um vácuo de informação que deixa o leitor sem respostas: foi vistoriada por quem? Pelo Ministério Público? Pela Seduc? Por entidades sindicais? Outro ponto que o narrador aceita passivamente, sem questionar as autoridades competentes, é que 581 unidades educacionais ainda estão sendo reformadas e 43 passam por reformas estruturais mais complexas, 17 meses após a pandemia começar e na véspera das aulas presenciais nos estabelecimentos públicos serem retomadas. Nesse sentido, há uma fragilidade na atividade jornalística exercida pelo narrador, já que não há o cumprimento do ritual básico de “buscar desvios e falhas no protocolo” (Lage, 2006, p. 74) além de confrontar as versões de um acontecimento.

Na sequência, o representante do Unicef no Ceará, Rui Aguiar, entra na narrativa. No plano da expressão, podemos afirmar que esse personagem se encontra do lado da comunidade escolar, engrossando o coro de que “para o retorno é necessário que a escola tenha infraestrutura e equipamento básico.” Com uma linguagem direta e objetiva, seguindo as recomendações dos manuais de jornalismo, o leitor é informado sobre protocolos de segurança presentes num protocolo elaborado pelo Fundo, que trata ainda de temas que ainda não tinham sido mencionados: as condições de transporte escolar, fator importante de ser considerado, especialmente para os estudantes do interior do Estado, bem como as condições de higiene pessoal das crianças e adolescentes.

A reportagem possui expressões que demonstram como os personagens ouvidos na reportagem estão numa posição de fiscalização: “as escolas precisam”, “assegurado o distanciamento”, “inclui como requisito”, “requer atenção”, “relataram dificuldades”. No plano da estória, no entanto, um fato chamou a nossa atenção: assim como ocorreu nas questões de conectividade, não há uma cobrança direta ao gestor estadual ou municipal para solucionar os problemas apresentados. Não se pode dizer que há um embate porque o antagonista, nesses casos, não são nem citados. A partir de constatações como essa, que só são possíveis ao avaliarmos a narrativa de forma esmiuçada, “[...] o que antes parecia relativamente desconectado, solto ou meio perdido na estória ganha agora continuidade, maior coesão e coerência em relação à coprodução dos sentidos no entretecido da trama” (Motta, 2013, p. 143).

Nesse caso, a estratégia é dissipar as responsabilidades, o que fica muito claro quando o jornal não cumpre sua premissa básica de ouvir os dois lados da história e buscar respostas para os problemas sociais apresentados em suas páginas.

Para encerrar o tema, uma grande reportagem foi veiculada no dia 14 de fevereiro de 2022. Com um tom denuncista, o título já chama a atenção para um dado alarmante: “*60% das escolas com necessidade de reforma em Fortaleza ainda não receberam obras.*” O narrador começa, então, a tecer sua crítica à gestão municipal. Isso já pode ser observado na primeira expressão usada no texto: “*Apesar da volta às aulas presenciais no início de fevereiro, a estrutura das escolas municipais ainda está distante de um cenário satisfatório*”.

O narrador utiliza, no plano da expressão, um recurso de *flashback* para nos levar de volta ao ano de 2018, quando Ministério Público e Prefeitura firmaram um termo para requalificação de 200 escolas municipais, que estavam em situação precária. Ou seja, naquele momento, dois anos antes da pandemia, 200 escolas já apresentavam condições insatisfatórias de funcionamento e o levantamento do MP demonstra que em 60% desses locais, 120 unidades, as obras nem sequer começaram.

Essa informação, no entanto, não parece ter sido explorada pelo narrador, no campo da expressão, com elementos que fizessem o leitor mergulhar no drama desse contingente escolar que, além de enfrentar o dilema da pandemia e passar meses a fio afastado da escola, ainda não teve a chance de voltar para a sua unidade escolar de origem com a retomada das aulas presenciais.

A secretaria de Educação, Dalila Saldanha, é colocada na narrativa por meio de uma fala do promotor de justiça Francisco Elnatan de Oliveira, titular de uma das quatro promotorias de educação da capital. Os dois personagens parecem estar do mesmo lado, sendo que um tem a função de cobrar e o outro de executar, o que traz uma incoerência para a narrativa. Apesar de reconhecer isso e que a Prefeitura deve “respostas mais objetivas,” o promotor chega a usar a expressão “*parceira muito boa*” para se referir à secretaria de Educação, o que, de certo modo, atenua as características negativas – como o baixo poder de resolutividade, a incompetência, a letargia - dessa personagem.

A confusão de papéis se mantém com uma nova fala do promotor, que acaba assumindo um discurso que deveria vir do gestor público.

Com a assinatura do TAC, nós fizemos esse pacto de acompanhamento para que a gente acompanhasse esse trabalho. Evidentemente, com o início da pandemia, houve um prejuízo muito grande com relação à celeridade dessas obras, por uma série de motivos”, explica o promotor. “Quando a pandemia recuou um pouco, no meio do ano passado, nós começamos a planejar o retorno, com aquisição de equipamentos de segurança. Isso fez com que algumas escolas acabassem sendo impactadas (em relação a estrutura”, completa.

Por mais banal que isso possa parecer, essas discordâncias são fundamentais para criar os momentos de tensão na narrativa. Assim, quando os personagens abandonam os seus *scripts*, há um prejuízo para a trama. Motta (2013, p. 149) vai defender que “[...]qualquer estória (inclusive a historiografia) trata de estados de mudança, para melhor ou pior. São as demandas da intriga que tornam os incidentes necessários e verossímeis [...]”

A SME “promete que as obras devem ser concluídas até o fim de 2024, com investimento previsto de R\$40 milhões”. Ou seja, as obras ainda iriam perdurar por mais dois anos, entrando em uma nova gestão municipal, e o jornal se limita a reproduzir essa informação, sem nenhuma contestação, sem buscar um outro personagem, como a Secretaria de Infraestrutura, que pudesse dar respostas mais concretas para o leitor. A narrativa fica sem um final concreto e, no lugar de um ponto final, o público precisa se contentar com reticências.

5.3 Lute como um professor e uma professora

A presença dos professores e professoras nas narrativas sobre pandemia e educação básica foi uma constante. Não é de se estranhar, afinal esses profissionais, ao lado de médicos, enfermeiros e outros profissionais da área de saúde, tiveram o seu valor amplamente reconhecido pela sociedade durante o período pandêmico.

Na análise empreendida nesta tese, os professores já apareceram como personagens das narrativas. Mas, por sua relevância, acabamos por farejar outro acontecimento intriga quando nos debruçamos sobre a forma como os educadores foram retratados, os desafios por eles enfrentados, a sobrecarga emocional vivenciada, o medo do adoecimento e do desemprego, a necessidade de reinvenção durante um dos períodos mais críticos de suas trajetórias profissionais. “Fatos isolados pouco ou nada significam, senão quando inscritos num contexto maior, num pano de fundo que permita interpretá-los, encaixá-los no escopo da realidade” (Motta; Costa; Lima, 2004, p. 34).

Para recompor esse quadro e encontrar nele sentido, incluímos 09 matérias veiculadas ao longo dos três anos que compõem o nosso recorte. A situação emocional e física dos professores e professoras foi um enredo muito evidenciado quando os colocamos em foco.

Em três dessas matérias, a ênfase dada foram as sequelas físicas e emocionais que a pandemia impôs aos educadores. Os títulos já demonstravam essa intenção: “Mais de 800 educadores buscaram ajuda emocional nos últimos dois meses”, “Educação contra a peste” e “Um ano de escolas fechadas e ensino remoto desafiam professores e alunos.” No plano da expressão, as matérias utilizaram muitos verbos declarativos e uma linguagem descritiva que refletem as dificuldades que estão sendo enfrentadas nas salas de aulas virtuais: “preocupar”, “lamentar”, “perder”, “enfrentar”, “enlutar”, “adoecer”, “apoiar”, “chorar”, “travar”, “revela preocupação”, “estreitar laços”, “se fazer presente”, “amenizar situações adversas”.

Além disso, o narrador investe muito no depoimento dos professores, em falas repletas de emoção e honestidade, em que eles descrevem com muita vivacidade tudo o que estão passando, todas as dores, a somatização das doenças que são resultantes de meses de estresse e uma elevada carga de trabalho. É nesse momento que, no plano da expressão, aparecem palavras como “pânico”, “insônia”, “crise de ansiedade”, “trabalho solitário”, “emoções”, “sentimentos”, “apoio emocional”, “choro”, “redes de solidariedade”, “afeto”, “fortalecimento emocional”, “sobrecarga” e “pressão”.

A caracterização do personagem professor é feita com base numa pessoa forte, capaz de suportar os cenários mais adversos, de abnegar-se em prol dos alunos, especialmente os mais pobres, aqueles que mais precisam da atenção das autoridades, mas são relegados. É aquele profissional vocacionado, acostumado a ser resiliente e tenaz, mas que acaba pagando um preço por isso: o seu esgotamento físico e mental.

Não por acaso, na primeira matéria, veiculada em 10 de agosto de 2020, a ênfase é para a busca de suporte emocional por esses profissionais. Os dados mostram que, só no Ceará, mais de 800 profissionais pediram socorro e precisaram de ajuda especializada com o projeto Sala de Afetos, idealizado pelo cearense Renê Dinelli e que estava sendo executado em outras cidades brasileiras. Há uma informação importante que pode passar despercebida para o leitor mais desatento: a maior parte desses professores e professoras atuam na escola pública, onde os problemas acabam sendo amplificados. No relato da professora Cícera Barbosa, que atua na rede estadual, numa escola do Bom Jardim, fica evidente o peso emocional enfrentado pelos educadores na pandemia: sofrer por si e pelo outro. “Quando foram entregar o vale de 40 reais, alguns estudantes disseram que foi com aquela ajuda que conseguiram comer depois de semanas comendo biscoito. Foi quando conseguiram comprar um arroz. Eu travei muitas vezes por não conseguir tocar essa rotina sofrível”.

A segunda reportagem foi veiculada no dia do professor: 15 de outubro de 2020. A ideia da matéria era reforçar, com tons ainda mais fortes, as características desses personagens,

como o próprio texto de abertura sugere: “O Povo traz histórias de professores que construíram proximidades em tempo de distanciamento. Educadores que ajudaram a superar luto, fome, medos, exclusão digital”.

A grande intriga dessas narrativas é a batalha travada pelos professores e professoras contra algo muito maior que eles: o vírus, a pobreza, as condições laborais, a estrutura capitalista que massacra o mais pobre e torna a sua existência ainda mais desafiadora. Neste sentido, podemos afirmar que essa “estrutura” é o vilão dessa trama, o antagonista dos professores, que os coloca dia após dia neste limbo de dificuldades tão estressoras. É algo maior do que um governo, um gestor ou gestora. Tanto que esses aparecem como personagens coadjuvantes, sem protagonismo nenhum, pois aquilo que fazem pelos educadores têm pouca ou nenhuma repercussão para a qualidade de vida deles. Como “narrar é uma atitude” (Motta, 2013, p. 74), talvez a intenção seja justamente essa: atenuar a responsabilidade deles.

A terceira matéria que compõe esse enredo circulou no dia 22 de março de 2021 e fazia uma espécie de balanço de um ano de paralisação das aulas presenciais. Por essa característica, o plano da expressão dessa narrativa é descritivo e ganha um tom de retrospectiva, fazendo um resumo das transformações vivenciadas ao longo de 2020 e nos primeiros meses de 2021. O texto faz, inclusive, referência ao projeto Sala dos Afetos, que havia sido apresentado ao leitor na matéria veiculada no dia “Calendários foram reajustados, alimentação escolar do alunado prejudicada, alerta para evasão escolar emitido, como o da Unicef, que projetou evasão de 12 mil alunos [...] também houve reforço tecnológico neste ano turbulento para a educação pública.

O texto nos leva a relembrar também as dificuldades advindas do ensino remoto, com 78,6% dos estudantes brasileiros apresentando dificuldade média a alta para acessar as aulas, professores precisando se desdobrar para aprender novas metodologias, dar conta da burocracia institucional e fazer busca ativa dos alunos.

Além disso, uma percepção interessante que o método da análise da narrativa nos proporcionou foi perceber que a matéria faz uso de flashbacks. Tanto que uma das personagens retratadas é a professora Cícera Barbosa, que já tinha sido ouvida pelo jornal em agosto de 2020. A foto utilizada nas duas matérias é a mesma e mostra Cícera numa posição que denota muita tensão e estresse acumulados, sentada numa mesa com alguns livros, um computador e um mapa do mundo atrás dela. Claramente, é um pedaço de sua casa transformado em sala de aula por conta do vírus mortal.

Figura 19 – Jornal O Povo, 10 de agosto de 2020 e 22 de março de 2021.



Fonte: Dados da pesquisa hemerográfica.

Outra pessoa com voz na narrativa é o presidente da Apeoc, Anízio Melo.

Personagem bastante presente no primeiro acontecimento intrigante por nós analisado, ele aparece neste enredo como uma fala mais institucional, um porta-voz de quase 70 mil profissionais que atuam nas redes pública e privada da educação básica cearense, de acordo com dados do Censo Escolar de 2023.⁴² Num tom emocionado, sua fala é um resumo do que os educadores enfrentaram na pandemia: a manutenção das atividades laborais, a luta contra um governo negacionista e o suporte oferecido aos alunos e seus familiares.

Motta (2013) explica que seguir a metáfora do fio é importante porque ajuda o analista a encontrar uma lógica narrativa. Neste sentido, seguindo essa lógica, o enredo deixa de lado os aspectos emocionais para dar enfoque à saúde física: "*Mais de mil trabalhadores de 39 escolas tiveram Covid*" é o título de uma matéria publicada pelo periódico no dia 09 de junho de 2021. Em duas páginas inteiras, com fotos de salas vazias e gráficos, o jornal traz números que foram produzidos pelo Data.doc - Núcleo de Dados do Jornal O Povo, que cruzou informações do Integrasus, Censo Escolar e IBGE.

⁴² Dados disponíveis em: <https://qedu.org.br/uf/23-ceara/censo-escolar>. Acesso em: 25 fev 2025.

Foram analisados dados agregados para todo o Estado, fazendo o recorte pela Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego. Do Censo Escolar, utilizamos as populações de professores em cada nível de ensino e do IBGE, o extrato por raça. Nossos dados são auditáveis

Além disso, a reportagem traz falas anônimas de professores que já voltaram às salas de aula e consideram as medidas adotadas como insuficientes para garantir um trabalho seguro. Expressões como “*medo*”, “*represália*”, “*temores*”, “*insegurança*”, “*protocolos frágeis*”, “*receio*” estão presentes em todo o texto, compondo o elemento dramático deste enredo. O adoecimento físico e mental dos professores é, sem dúvida, um episódio importante desta categoria e foi explorado pelo narrador de uma maneira dispersa nas edições, mas que ficou evidente ao aplicarmos o método desenvolvido pelo professor brasiliense. Ele vai gerar uma resposta emocional no leitor, já que traz elementos de drama e são incidentes “destruidores e dolorosos para os personagens” (Motta, 2013, p. 149).

Os conflitos dramáticos narrados nas estórias se originam, portanto, em conflitos sociais e psicológicos de origem econômica, política, ideológica, religiosa, etc. São continuamente apoderados pelo discurso narrativo como um frame demarcador da realidade a ser recortada e contada. (Motta, 2013, p. 169).

Outro aspecto que a análise nos permite observar é que, neste episódio de adoecimento, os professores - além do lugar de heróis – passaram a ocupar a posição de vítimas. Estão lá, expostos, vulneráveis, enfrentando um inimigo invisível, adoecendo de corpo e alma. Mais uma vez, como descreveu Boaventura de Sousa Santos (2020), os mais suscetíveis ao flagelo são os mais vulneráveis: a reportagem mostra que 72% dos casos de Covid na categoria docente foram registrados em mulheres. Um pronunciamento do Sinep deixou clara como a lógica do capital, que fez as escolas particulares serem autorizadas a retornar, é nefasta: a entidade não possuía estatísticas do contágio nas escolas porque tudo era repassado para a Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Esta, por sua vez, revelou que prioriza o que ocorre nas unidades públicas, dando prioridade aos estudantes. Apesar de ter ouvido outras partes envolvidas nesse embate, fica claro, mais uma vez, que o antagonista deste enredo não está personificado num personagem: essa luta é contra uma estrutura, um sistema que valoriza o capital econômico e ignora o capital humano.

Há ainda, neste episódio, um outro enredo importante: a vacinação dos trabalhadores da educação. Esse fato configura o que Motta (2013, p. 143) descreve como um ponto de virada da narrativa: uma “[...] ação parcial que abre uma bifurcação no percurso de uma personagem ou no transcurso da intriga [...]”. Com a chegada das doses tão esperadas ao Ceará, se inicia o processo de resolução do conflito: oelixir capaz de proteger os professores,

que foram incluídos no grupo prioritário da vacinação. O antídoto que os nossos educadores precisavam para voltar à luta com mais segurança.

Na linha do tempo da nossa narrativa, esse evento começa no dia 22 de maio de 2021, quando a manchete anuncia a notícia tão aguardada por todos os trabalhadores da educação: “*Vacinação dos professores no Ceará começa na próxima semana*”. Apesar do texto todo ter se limitado a repercutir uma decisão judicial derrubando uma liminar que determinava o retorno das aulas presenciais no Ensino Médio, o texto já dá uma pista importante sobre como vai ser construída a narrativa da vacinação dos professores: Camilo Santana se torna o grande herói da narrativa, aquele que lutou incansavelmente para garantir a vacinação, para proteger a população contra o vírus. A escolha da fala pelo narrador deixa isso evidente.

Desde o ano passado temos solicitado ao Ministério da Saúde a inclusão dos profissionais da educação nas fases iniciais do Plano Nacional de Imunização (PNI). Tenho convicção de que a educação é o melhor caminho para construirmos um estado mais justo, humano e desenvolvido.

Essa caracterização fica ainda mais nítida na matéria publicada seis dias depois. Já no título, o nome do governador aparece em letras garrafais: “*Camilo confirma vacinação de professores a partir de sábado*.” Estruturalmente, não há necessidade do nome do governador aparecer, já que o jornal tem legitimidade e um pacto de credibilidade estabelecido com o leitor para afirmar que a imunização já tem data para acontecer. Essa personificação tem intencionalidade e faz parte das disputas de poder que foram previstas por Motta (2013, p. 110).

O noticiário diário é um produto disputado pelos interesses dos atores sociais envolvidos no conflito relatado [...]. Disputam a sedução, a visibilidade, o posicionamento favorável na estória, a perspectiva ou o ângulo através do qual a estória será contada (ponto de vista), os enquadramentos, entre outros.

O governador ainda tem outra fala em tom tranquilizador, na qual garante que quer, num curto prazo, vacinar todos os professores para garantir o retorno das aulas no semestre seguinte. No decorrer da matéria, ela se transforma numa notícia corriqueira sobre a vacinação: o leitor é informado que 975.423 cearenses já foram imunizados com as duas doses da vacina, o que corresponde a 10,61% da população. A primeira dose já havia sido administrada para 1.642.541 cearenses. Há ainda a menção aos 28 lotes de Coronavac/Instituto Butantan, Oxford/Astrazeneca e Pfizer/BioNtech que chegaram ao Estado, além de instruções para o agendamento da vacinação, que estava sendo realizada nos municípios de Fortaleza e Maranguape.

Um detalhe que chama a atenção é que, na mesma página, uma notícia de grande valor aparece apenas como uma nota: os professores de Maranguape já estavam sendo

vacinados desde o dia anterior. Na data, haviam sido feitos 1.200 agendamentos para a vacinação de educadores no município da região metropolitana. Talvez, essa fosse a notícia mais importante do que o anúncio feito pelo governador. Ali, naquela cidade, a vacinação já era realidade e não mais um desejo de toda uma categoria. Mais uma vez, a análise mais criteriosa da narrativa nos permite olhar para além do que está escrito, ler as entrelinhas e tecer novas conclusões. Neste caso, é notório perceber que a projeção de Camilo como herói, como uma personalidade alta no combate ao vírus e como opositor do governo federal, teve como aliado o discurso midiático reproduzido pelo veículo de comunicação aqui examinado.

Como o título desse tópico já sugere, toda luta deixa cicatrizes. E as da pandemia foram profundas e de difícil cicatrização. Essa é a reflexão que faremos a seguir.

5.4 Cicatrizes da Pandemia

A pandemia da Covid-19 foi um período de intensos desafios para toda a comunidade escolar. Neste tópico, nos debruçamos sobre três matérias que trataram sobre o que convencionamos chamar de cicatrizes, ou seja, as sequelas deixadas pelo coronavírus na educação cearense.

A primeira matéria analisada nesta categoria foi veiculada no dia 14 de janeiro de 2021. Nela foi possível observar uma consequência diretamente provocada pela pandemia: por conta de todas as mudanças e alterações na rotina escolar, o Exame Nacional do Ensino Médio precisou ser adiado em 2020. A prova, que normalmente ocorre em novembro, só foi realizada em janeiro. Com o título: “Enem nos tempos de Covid-19”, o jornal O Povo trouxe uma matéria mostrando como os alunos estavam se sentindo uma semana antes da realização do exame que daria um rumo importante para as suas vidas.

Apesar de ter um viés factual, já que mostra a proximidade do exame, é possível observar que há uma clara intencionalidade do narrador ao construir o seu texto: demonstrar que, muito mais do que nos anos anteriores, a ansiedade dá a tônica do Enem 2020. Isso ocorre, no texto analisado, a partir do uso de palavras e expressões que vão comprovar o cenário de grande apreensão para os estudantes. Termos que exprimem sentimentos e sensações adversas, como *“medo, incertezas, ansiedade, deprimida, frustração, obstáculos, saúde emocional abalada, período delicado, momentos difíceis, impactos psicossociais, famílias enlutadas, receio.”*

No campo da narrativa jornalística, este plano (expressão) tem papel relevante pois a retórica dos jornalistas utiliza-se bastante de recursos expressivos de linguagem em seus discursos para provocar determinados efeitos emocionais em seu público, como

indignação, comoção, dentre outros. Por intermédio desta instância, o analista pode trazer à luz as intencionalidades do narrador e suas estratégias discursivas. (Batista; Moura, 2019, p. 112)

A história do *Enem nos tempos da Covid* é construída com uma linguagem simples e expressiva, na qual o leitor consegue ter acesso a informações objetivas - 17 e 24 de janeiro são as novas datas de realização do exame, 325.706 cearenses estavam inscritos na prova e há também a menção de que a prova terá, pela primeira vez, a versão digital. Para dar conta dessas novidades, o narrador optou por criar um quadro “Como será o Enem digital”, onde o leitor encontra mais detalhes sobre a grande novidade da edição de 2020. Há o uso de dois elementos gráficos na página: uma foto, que mostra uma das personagens no ambiente doméstico, com livros, um caderno, um computador e um celular espalhados no chão, e uma ilustração gráfica de uma jovem em frente a um notebook.

No plano da estória temos os estudantes como os personagens centrais da narrativa, os protagonistas. É em cima das suas experiências, medos, inseguranças e incertezas que essa trama é construída. Os personagens escolhidos para a trama ocupam posições estratégicas neste clima de apreensão e expectativa criado pelo narrador. Quatro alunos, Aisha Paz, Kailan Batista, João Willame dos Santos e João Pedro Pereira, os três primeiros de escola pública e o quarto de escola particular, aparecem relatando suas dificuldades. Aqui é válido mencionar que a narrativa desses personagens guarda semelhanças importantes, como os obstáculos que eles enfrentaram na preparação para o Enem, ano escolar mais importante de suas vidas que foi engolido por uma pandemia. No entanto, a fala de João Pedro é, sem dúvidas, mais otimista. Ele é aluno do Colégio Christus, um dos mais robustos grupos escolares da cidade. E o estudante demonstra ter consciência de que, nessa disputa, parte de um lugar privilegiado.

Prefiro as aulas presenciais em todos os aspectos, mas as aulas remotas foram de suma importância durante esse ano. Sem elas não conseguiria manter uma rotina de estudos. E digo isso como um privilegiado de ter aulas online e acompanhamento remoto com professores, o que muitos não puderam ter.

Temos ainda, neste plano, a presença de outros três personagens: dois professores da Universidade Federal do Ceará - Andrea Cordeiro, do curso de Psicologia, o professor da Faculdade de Educação, Wagner Andriola e o diretor de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais do Inep, Camilo Mussi. Esses especialistas são encaixados na trama para falar sobre suas áreas profissionais: a pressão sobre os estudantes, os prejuízos do conteúdo e a mudança no formato da prova. Interessante pontuar que o uso dessas fontes vem atender a uma estratégia do locutor de atender a suas expectativas de construtor da trama.

No plano da metanarrativa fica evidente que a batalha travada pelos estudantes tem duas trincheiras importantes: contra si mesmos e contra o sistema educacional estabelecido. Além de lidar com as próprias emoções, dores, lutos e lutas, os estudantes precisam enfrentar o abismo educacional que a pandemia ajudou a aprofundar. A fala da personagem Aisha Paz é um exemplo contundente disso. A estudante relata que teve dificuldades estruturais para acessar as aulas remotas e já estava há 10 meses sem aulas presenciais. “O contexto pandêmico quase fez a jovem desistir do sonho de cursar Enfermagem”, relata a matéria.

Mais uma vez, a discussão travada nas entrelinhas nos remete ao que Sandel (2020) analisa na sua obra: *A Tirania do Mérito*. O autor pontua que a meritocracia já parte de um pressuposto equivocado: nenhum sucesso ou fracasso é exclusivamente individual. E essa crença é uma receita para a discórdia social. Não é justo que um jovem desista do seu sonho porque não teve condições práticas de lutar por ele. Não é justo que uns sejam mais afetados do que outros por um fenômeno global. Mas, no mundo real, foi justamente isso que ocorreu.

A primeira reportagem que trata de uma consequência direta da Covid-19 para o cenário pedagógico foi veiculada no dia 30 de maio de 2022, mais de dois anos após o início da pandemia. Essa análise é relevante pois é justamente no plano do discurso onde o narrador expõe a realidade que vai apresentar (Motta, 2013). E, já na manchete, letras garrafais mostram que o cenário é de grande preocupação: “*Rede municipal de Fortaleza: 60% dos alunos do 1º, 2º e 3º anos têm dificuldades em leitura e escrita*”. A foto utilizada na matéria, de maneira isolada, não agrupa muitas informações ao contexto da notícia, o que nos remete ao pensamento de Sousa (2004, p.65): “Não existe fotojornalismo sem texto. Na imagem, aparecem dois alunos com as mãos levantadas e uma professora toda paramentada mais ao fundo. Sem o texto, não seria possível inferir que a matéria fala de deficiências escolares. Ela nos passa a ideia de alunos aplicados, participativos, que estão acompanhando o conteúdo escolar sem grandes dificuldades ou, no máximo, tirando dúvidas pontuais.

Ainda no plano da expressão, é possível perceber o uso do gerúndio em algumas passagens, que denota uma sensação de concomitância, de ver os acontecimentos ainda se desenrolando. Outro aspecto interessante observado nessa instância é o uso de termos e expressões que perpassam a ideia de diagnóstico: “*níveis críticos e muito críticos, problemas, dificuldades, cenário mais impactado, analisando, níveis mais preocupantes.*”

Figura 20 – Jornal O Povo, de 30 de maio de 2022.



Fonte: Dados da pesquisa hemerográfica.

É interessante observar, no entanto, que essa lógica textual se altera quando as falas da secretaria de Educação de Fortaleza, Dalila Saldanha, são usadas na narrativa. As expressões que são usadas já nos levam a um campo de sentido que remete à resultados. Termos como “*atuar de forma rápida, consolidar o aprendizado, para que a criança se desenvolva, corrigindo a defasagem*” são utilizados de forma sistemática pelo narrador.

Essa observação nos remete ao plano da estória. A forma como a matéria foi estruturada nos permite levantar alguns aspectos importantes: apesar de chamar a atenção para os impactos da pandemia para a aprendizagem, toda a estruturação do texto nos leva para um outro ponto, que acaba sendo o ápice da narrativa: apresentar para a população o projeto Alfa 1, 2, 3⁴³, um programa de recomposição do aprendizado que havia sido lançado pelo município

⁴³ De acordo com matéria disponível no portal da Prefeitura de Fortaleza, o projeto tinha o propósito de fortalecer as ações pedagógicas e recompor a aprendizagem dos alunos, favorecendo a consolidação do processo de alfabetização dos estudantes matriculados nas turmas de 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental das escolas municipais. O projeto contava com o reforço de 382 profissionais bolsistas que atuaram como assistentes de aprendizagem nas salas de aulas. Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeito-sarto-lanca-programa-de-recomposicao-da-aprendizagem-de-alunos-das-escolas-municipais>

no dia 10 de maio de 2022, ou seja, 20 dias antes da veiculação desta matéria. A secretaria de educação do município acaba sendo a personagem principal da narrativa e tem a chance de apresentar vários aspectos do plano de recomposição adotado pela gestão sem ser confrontada. Sua voz é, assim, amplificada e sua mensagem parece redentora.

A gente identificou onde estava o maior impacto no aprendizado das crianças, um impacto negativo. Nós elegemos esse ciclo como a etapa de maior relevância para que, uma vez que o ciclo de alfabetização esteja acontecendo na idade certa, elas continuam se desenvolvendo e a gente vai corrigindo essa defasagem no aprendizado.

Uma professora da Faculdade de Educação da UFC, Claudiana de Melo, também é personagem da trama, mas ela aparece na narrativa antes do programa Alfa ser inserido no texto. Com isso, sua participação se resume a analisar que a criança tem o direito de ser alfabetizada no período certo, para que não tenha prejuízos na sua vida escolar. O narrador, por sua vez, não se propôs a utilizar o conhecimento da especialista para a avaliar o programa de recomposição que já havia sido anunciado pela gestão municipal. Não havia também, nessa narrativa, a presença de importantes personagens: alunos, pais ou professores. Mais do que uma coincidência ou acaso, esse hiato é muito revelador no jogo simbólico de forças que se fazem presentes numa narrativa. “O movimento metodológico busca, portanto, situar o texto no contexto comunicativo, como um ato de fala que revela intenções e interpretações próprias e específicas” (Motta, 2013, p. 160).

Essa disputa persistente entre as intenções do narrador e a forma como a mensagem será interpretada interferem na construção dos efeitos do real. (Vidal Nunes, 2023). No caso analisado, ao adentrarmos no campo da metanarrativa, o que está velado é a preocupação da gestão municipal com os resultados das séries iniciais nas avaliações. Freitas (2025) analisou o programa Alfa durante o ano de 2023 e, como resultado, percebeu uma grande preocupação com o desempenho em avaliações externas e uma “modesta” contribuição com o processo educativo, a despeito do grande comprometimento dos profissionais envolvidos.

Considera-se que esse fato evidencia que as intervenções são voltadas para a gestão de resultados, priorizando e focando nas turmas de 2º e 5º ano, para que, quando avaliadas, apresentem um bom desempenho. Embora isso não invalide a importância das intervenções, é essencial considerar que todos os alunos devem ter oportunidades iguais de aprendizado, independentemente da série em que estejam. (Freitas, 2025, p. 86).

A última notícia que compõe esta categoria foi veiculada na edição do dia 19 de setembro de 2022. No plano da expressão, *O lead* do acontecimento, sobre o qual a narrativa vai se estruturar, diz respeito à evasão na Educação de Jovens e Adultos, o que já fica claro no

título da matéria: “*Número de matrículas na EJA cai 39% em três anos.*” O narrador aborda a expressiva queda de matrículas entre os anos de 2020 a 2022 e explora essa temática apresentando os números e estatísticas que vão contornar essa realidade. A sequência apresentada mostra uma queda progressiva de estudantes matriculados nessa modalidade de ensino: de 11.093 alunos em 2020, para 9.472 em 2021, chegando a 6.758 em 2022. Com uma sequência coesa, o narrador consegue construir uma relação de causa efeito para a redução apresentada.

No entanto, em outro ponto da matéria, o narrador fez uma coordenada que mostra que essa realidade de evasão não afetou as escolas geridas pelo governo do Ceará. “Na rede pública estadual de ensino, contudo, o número de inscrições do EJA tem aumentado.” Apesar de usar a expressão “*contudo*”, que passa a ideia de adversidade, esse dado discrepante acabou não sendo explorado pelo narrador. Esse fato, inclusive, enfraquece o argumento na trama que atrela a pandemia como um ponto de ruptura para explicar o declínio de matrículas e reforça a ideia repassada por Motta (2013, p. 119) que o “[...] o olhar que lançamos sobre o objeto a ser analisado [...] vai modificar esse mesmo objeto [...].”

Ainda no plano da expressão, o narrador optou por usar uma foto que não é muito representativa sobre o tema evocado. Na imagem, observamos uma lousa completamente preenchida de conteúdo e uma professora mais ao fundo, com a imagem desfocada. Na nossa análise, a imagem não dialoga com a ideia central da narrativa, que é a evasão. Além disso, a legenda da foto também parece dissociada do que a imagem mostra: “Pandemia impactou turmas do EJA”.

Avançando para o plano da estória, observamos que a narrativa conta com a participação de três personagens: o professor Joab Fonseca, a coordenadora do Fórum EJA Ceará, Clarice Gomes Costa e o estudante Paulo Eduardo da Silva, de 20 anos. Há ainda mais um personagem, mas que não tem nome nem rosto: é a Secretaria Municipal de Educação, SME. Como já foi constatado em outros momentos da análise, essa estratégia, no contexto da análise da narrativa, tem um peso e não é trivial. O uso de substantivos como pasta, a sigla SME, secretaria nos leva a uma isenção, ausência de responsabilidade. Não há um rosto, uma identidade a quem se possa responsabilizar diretamente. Todos os personagens, inclusive, parecem coadjuvantes, apesar do fio condutor da narrativa ser a história contada pela Secretaria Municipal de Educação, que oferece uma explicação extremamente técnica para a redução de matrículas, justificando esse fato teria relação com uma “regularização gradativa da distorção idade-série”. Essa fala ampara a trama com estatísticas, mas não dá conta dos impactos humanos e sociais. Em contraponto, professores e o aluno ouvidos enfatizam as dificuldades concretas

vivenciadas na emergência sanitária, como a falta de equipamentos, de acesso à internet e a necessidade de conciliar as aulas com o mundo do trabalho, uma realidade latente do público atendido pela EJA. A voz dada à professora Clarice Gomes Costa na narrativa é contundente, mas fica sem resposta, sem o contraponto de nenhuma das autoridades mencionadas. “O governo considera perda de tempo investir na modalidade, desconsiderando o que preconiza a nossa Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases [...] Esquece que à medida que temos jovens, adultos e idosos escolarizados, estes poderão acompanhar melhor as crianças no seu processo de ensino e aprendizagem. [...] Para além de uma questão pedagógica é, sobretudo, uma luta política.”

Esse jogo de vozes é fundamental na análise da narrativa, pois, como nos lembra Motta (2013, p. 120-121), a articulação entre testemunhos pessoais e dados oficiais produz hierarquias de credibilidade e influência no modo como o leitor interpreta a realidade. “As narrativas são dispositivos argumentativos produtores de significados e sua estruturação na forma de relatos obedece interesses do narrador (individual ou institucional) em uma relação direta com o seu interlocutor, o destinatário ou a audiência.”

No plano da metanarrativa vemos, claramente, a pandemia como um contexto de ampliação da exclusão social, que amplifica desigualdades históricas que atingem jovens e adultos em situação de vulnerabilidade, como nos pontuou Santos (2020), no segundo capítulo desta tese, aqueles que dependem do trabalho para sobreviver e almejam continuar na escola em busca de melhores condições de vida. Freire (1996) nos evoca sobre a “força criadora do aprender” e o papel transformador da raiva, sentimento que é muito simbólico para o período analisado. Para ele, a educação deve transmutar esses sentimentos de exclusão e levantar-se contra as injustiças, calamidades, violência e desamor.

6 CONCLUSÃO

Narrar é parte da nossa condição humana. É quando transpomos para as palavras os nossos sentimentos, pensamentos, as nossas vontades, desejos e medos que damos sentido à vida e às nossas experiências. “Como nos contos [...] as nossas narrativas não terminam nunca, nos entrelaçam, nos representam e constituem. Contamo-nos sucessivamente nossa própria história [...] nossas vidas são nossas narrativas” (Motta, 2020, p. 17-18).

Partindo dessa premissa, um acontecimento extraordinariamente traumático como a pandemia não ficaria de fora desse universo narrativo. Muitas histórias foram sentidas, vividas e caladas. Muitas histórias foram interrompidas. Muitas vidas atravessadas. A pandemia, sem dúvidas, foi um daqueles eventos que sempre evocaremos, que veremos retratados na ficção e por múltiplas vozes. Todos temos alguma experiência que remete à Covid-19 e, inevitavelmente, narraremos esses fatos em alguma circunstância.

Além de ser uma espécie de catarse coletiva, esse movimento de narrar o vivido tem relevância histórica. Lawrence Stone (2013) sustenta que, após um período de certo desdém e ostracismo por parte de alguns segmentos da academia, a narrativa vem ressurgindo como um olhar capaz de dar conta de novas questões e perspectivas, num cenário de valoração das experiências individuais junto às coletivas, dos sentimentos, das emoções, valores e estados de espírito. É que a narrativa vai muito além do seu viés literário e avança, cada vez mais, para o campo da História. Em momentos complexos, como a pandemia nesta tese retratada, ela ajuda a dar sentidos, amplificar vozes, perceber nuances. Quando elaboramos narrativas, há ressignificações que são fundamentais para a compreensão e apreensão da História e das estórias vividas.

Foi por crer na relevância da narrativa como ferramenta de compreensão histórica que a presente tese teve como objetivo central compreender de que forma o Jornal O Povo noticiou os impactos da pandemia da Covid-19 na educação básica cearense, no intervalo entre março de 2020 e maio de 2023.

Para tanto, articulou-se um percurso transdisciplinar entre os campos da História, da Educação e da Comunicação, numa tentativa de construir um olhar mais complexo e abrangente sobre o fenômeno analisado. Aqui nos embasamos no entendimento que a imprensa é uma importante lupa de compreensão dos acontecimentos contemporâneos, como um agente da história do presente. De acordo com Rioux (1999), esse conceito, que ganhou força a partir da segunda metade do século XX, reconhece que a história do presente se propõe a observar e explorar novas abordagens do fato narrado. É uma área de farta abordagem documental e,

assim, “o exame da atualidade tornou-e uma crônica durável, tomou uma textura e uma espessura que o aproximam mais de um produto histórico.” (Rioux, 1999, p. 123)

Ao longo do trabalho, buscou-se, além de fazer um levantamento quantitativo das matérias publicadas, interpretá-las à luz da Análise Crítica da Narrativa, proposta por Luiz Gonzaga Motta, metodologia que permitiu identificar protagonistas, conflitos e intrigas que estruturaram as reportagens veiculadas ao longo de três anos.

No primeiro capítulo, dedicado à introdução, foram delineados os objetivos, a justificativa e o recorte metodológico do estudo. A escolha do corpus — 81 matérias jornalísticas publicadas por O Povo — foi apresentada como estratégica para compreender como a pandemia foi narrada pela imprensa local e quais vozes tiveram mais espaço nesse processo. Defendemos a relevância de analisar as narrativas midiáticas como registros históricos imediatos, fundamentais para a memória coletiva, mas que tem vieses e silenciamentos.

O segundo capítulo situou a pandemia da Covid-19 dentro da tradição da história das doenças. Retomando as contribuições da Escola dos Annales, que ampliou o escopo da História para abranger o cotidiano e os fenômenos ligados à saúde, buscamos evidenciar como as epidemias e pandemias, ao longo dos séculos, se constituíram como fatos sociais e históricos. Ao recuperar episódios de adoecimento coletivo no Brasil e no Ceará, desde surtos de lepra e malária até a emergência do HIV/AIDS, o capítulo demonstrou que as doenças, muito além de eventos biológicos, produzem rupturas sociais, transformam hábitos culturais e mobilizam aparatos políticos e institucionais.

O terceiro capítulo aprofundou o contexto político, social e econômico em que a pandemia se manifestou. A análise destacou que a Covid-19 atingiu o Brasil num momento de intensa polarização, marcado pelo negacionismo do governo federal e pela fragilização das políticas públicas nacionais. O capítulo enfatizou o contraste entre a condução da crise pelo presidente Jair Bolsonaro e a postura de resistência de governos regionais, em especial do Consórcio Nordeste e do Ceará, que se apoiaram em orientações científicas e sanitárias para estabelecer medidas de contenção. Na educação, tal cenário traduziu-se em incertezas permanentes, improvisos e disputas em torno do reconhecimento da escola como serviço essencial. Também foram analisadas as estratégias adotadas pelo governo cearense, que buscou se apresentar como referência nacional na condução das políticas públicas educacionais em tempos de crise.

O quarto capítulo voltou-se especificamente para o campo educacional. Partindo de uma discussão teórica sobre a escola como espaço de aprendizagem, afeto e direito, o capítulo

percorreu autores como Piaget, Vygotski e João dos Santos para fundamentar a compreensão da infância e do papel das interações escolares. A partir daí, analisamos como a pandemia impactou diretamente esse espaço privilegiado de socialização. O fechamento das escolas trouxe desafios inéditos: desde a transição abrupta para o ensino remoto emergencial até a constatação das profundas desigualdades de infraestrutura tecnológica no país. O capítulo também recuperou o percurso histórico do direito à educação no Brasil, mostrando que a pandemia expôs não apenas dificuldades momentâneas, mas fragilidades históricas do sistema educacional brasileiro.

O quinto capítulo correspondeu ao núcleo empírico da pesquisa, no qual foram analisadas as matérias veiculadas pelo *O Povo*. Por meio da Análise Crítica da Narrativa, foi possível reconstituir os enredos mais recorrentes, como a tensão entre ensino remoto e ensino presencial, as questões de conectividade e infraestrutura, as mobilizações docentes e as cicatrizes deixadas pelo período pandêmico. É possível presumir, pela quantidade de agentes e vozes presentes nestes textos, que a pandemia foi um assunto mobilizador, já que afetou diretamente o cotidiano de crianças, adolescentes e suas famílias, bem como a dinâmica educacional do Estado, a rotina das escolas e dos seus profissionais. “As crises graves e agudas, cuja letalidade é muito grande e muito rápida, mobilizam a mídia e os poderes políticos e conduzem a medidas que, no melhor dos casos, resolvem as consequências da crise, mas não afetam suas causas” (Santos, 2020, p. 22)

A investigação revelou que, embora o jornal tenha cumprido o papel de registrar os acontecimentos e oferecer informações à sociedade, sua narrativa esteve fortemente marcada pela centralidade das vozes oficiais. Gestores públicos — sobretudo secretários de educação, técnicos do governo e o governador — foram apresentados como protagonistas e, muitas vezes, como heróis que conduziam a população no enfrentamento da crise. Professores também ocuparam o papel de heróis, mas alternando com a figura de vítima desse cenário tão desolador para a educação. Estudantes e famílias apareceram em menor escala, geralmente ocupando papéis secundários ou ilustrativos, quando não ausentes das reportagens. O autor que embasa a nossa análise chama a atenção que, apesar de serem pessoas reais, a função dessas pessoas na narrativa é muito clara. “Um analista da narrativa jornalística precisa manter em mente que as personagens que as notícias relatam habitam a realidade da própria narrativa” (Motta, 2013, p. 190).

É importante ressaltar que tal enquadramento não se explica apenas por escolhas editoriais, mas também pela própria precariedade estrutural vivida pelos jornalistas durante a pandemia e que antecipa o que será vivido pelos profissionais que exercem essa profissão num

futuro próximo. Profissionais submetidos a condições de trabalho frágeis — seja pelo acúmulo de funções em redações enxutas, pela necessidade de produzir a distância, pela pressão por velocidade e pelo risco sanitário — acabaram tendo menos tempo e condições de diversificar suas fontes, o que reforçou a tendência de recorrer prioritariamente às vozes oficiais. Solon, Araújo, Rodrigues e Nunes (2020) chamam a atenção para o fato de a pandemia ter sido um período de radicalização da precarização do trabalho e que ela antecipou cenários decisivos para o futuro do jornalismo. Assim, a limitação material e laboral do jornalismo contribuiu para que a narrativa fosse mais homogênea e concentrada nas falas de gestores.

Chegando ao sexto capítulo, reservado às considerações finais, podemos afirmar que a pandemia da Covid-19 configurou um evento histórico de grande impacto sobre a educação básica cearense, cujos efeitos ultrapassam a esfera pedagógica e alcançam dimensões políticas, sociais e emocionais. A imprensa, cumprindo seu papel de instituição mediadora da memória coletiva, construiu um retrato parcial desse processo. Ao priorizar as narrativas oficiais, o jornal *O Povo* reforçou uma lógica de centralização e institucionalização da fala, conferindo aos gestores o papel de narradores e protagonistas quase exclusivos da crise. Esse enquadramento acabou por, de certo modo, minimizar a experiência cotidiana de professores, alunos e suas famílias, que foram os sujeitos que mais sofreram com os impactos da suspensão das aulas presenciais, das dificuldades de acesso à internet e da precarização do trabalho escolar.

Essa constatação dialoga com a crítica proposta pela Análise Crítica da Narrativa, quando enfatiza a necessidade de reconhecer os mecanismos de poder implícitos nas histórias que contamos sobre nós mesmos. Ao eleger gestores como heróis da narrativa, a imprensa reforçou uma visão hierárquica e verticalizada da educação, em que as decisões e soluções parecem nascer unicamente das instâncias governamentais, quando, na realidade, foram fruto de negociações, improvisos e resistências construídas coletivamente.

Em síntese, a tese demonstra que a cobertura jornalística da pandemia no Ceará registrou um período histórico de enorme complexidade, mas o fez a partir de um recorte que privilegiou a voz institucional, em detrimento da pluralidade de sujeitos que compõem a comunidade escolar. Essa escolha tem implicações para a memória coletiva: se os jornais de hoje são os arquivos de amanhã, a história da educação cearense durante a pandemia corre o risco de ser lembrada com a voz proeminente de seus gestores, e não como a experiência dolorosa, desigual e, ao mesmo tempo, resiliente de milhares de professores, estudantes e famílias.

Diante disso, a principal contribuição desta pesquisa é tensionar o lugar da imprensa como fonte histórica e como agente ativo na construção de sentidos sociais. Ao mesmo tempo

em que cumpre a função de informar, ela também seleciona, hierarquiza e legitima determinadas vozes. Essa reflexão foi feita pelo próprio Motta, em entrevista concedida a estudantes da Universidade Federal de Santa Maria:

Eu acho que essa preocupação cada vez maior com a narrativa está gerando um questionamento do jornalismo. Ela é hoje quase uma técnica para fazer uma crítica do jornalismo. Crítica em que sentido? Você mostrar que o jornalismo é superficial na maneira que ele cobre os fatos. Ele fica na superfície, tentando ser objetivo, enquanto na verdade está carregado de subjetividade. (Motta, 2013).

Reconhecer essa operação é fundamental para que possamos construir narrativas mais inclusivas e críticas sobre a educação e sobre os desafios enfrentados em momentos de crise. A pandemia de Covid-19 deixou marcas profundas na sociedade e na escola brasileira, mas elas ainda são nebulosas e isso fica evidente quando olhamos para essa retrospectiva que a tese nos permitiu fazer. Escutar e registrar as vozes silenciadas é, portanto, tarefa urgente para pesquisadores, jornalistas e educadores que se preocupam com uma história mais justa e plural. O jornal não conseguiu vislumbrar em toda a sua complexidade os impactos da pandemia sobre os estudantes, principais sujeitos afetados pela suspensão das aulas presenciais. Sentiu-se a ausência de reportagens mais analíticas, capazes de problematizar o cotidiano escolar, os traumas emocionais, as desigualdades de acesso e as múltiplas formas de resistência protagonizadas pelas famílias e pelos professores. Ao privilegiar a narrativa oficial, o jornal deixou em segundo plano o olhar atento e aprofundado sobre a vida concreta dos alunos, que viveram, em grande parte, as dores silenciosas dessa “página infeliz da nossa história”. Cabe, portanto, à academia e à imprensa — cada uma em sua esfera e, sempre que possível, em diálogo — cumprir o papel de continuar investigando e registrando os desdobramentos da pandemia para a educação, de modo a não apenas preservar a memória desse período, mas também construir caminhos mais críticos, inclusivos e justos para o futuro das escolas brasileiras.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes.** São Paulo: Cortez, 2011.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologias e aparelhos ideológicos do Estado.** 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- ANDRELO, Roseane. O rádio a serviço da educação brasileira: uma história de nove décadas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 12, n. 47, p. 139–153, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640044>. Acesso em: 2 out. 2024.
- ANJOS, Keila Simone. FREITAS, Léia Gonçalves de. As implicações da pandemia do coronavírus na gestão educacional de Altamira. In: ALMEIDA, Flávio Aparecido de (org.). **Políticas públicas, educação e diversidade: uma compreensão científica do real.** Guarujá: Editora Científica Digital, 2021. v. 2, p. 85-100.
- ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ARIÈS, P.; LADURIE, E.; LE GOFF, J. **História e nova história.** 3. ed. Lisboa: Editora Teorema, 1994.
- AUGUSTO, Philipe. **Estudantes da rede de ensino do Governo do Ceará começam a receber os chips com pacotes de internet.** 2020. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/12/22/estudantes-da-rede-de-ensino-do-governo-do-ceara-comecam-a-receber-os-chips-com-pacotes-de-internet/>. Acesso em: 11 set. 2023.
- AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema político brasileiro:** uma introdução. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- BARBOSA, José Policarpo. **História da saúde pública do Ceará:** da colônia a Vargas. Fortaleza: Edições UFC, 1994.
- BARBOSA, Lucas. **Mais cearenses têm acesso à internet, mas número ainda é menor que a média nacional.** 2022. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2022/09/16/mais-cearenses-tem-acesso-a-internet-mas-numero-ainda-e-menor-que-media-nacional.html>. Acesso em: 05 fev 2025.
- BARIZON, Daniel. **Apenas uma questão de suíte.** 2008. Disponível em: <https://www.observatoriодaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/apenas-uma-questao-de-suite/>. Acesso em: 08 out. 2023
- BASILIO, Ana Luisa. **Relembre as polêmicas e confusões de Ricardo Vélez frente ao MEC.** 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/relembre-as-polemicas-e-confusoes-de-ricardo-velez-frente-ao-mec/>. Acesso em: 6 maio 2023.
- BATISTA, R. A.; MOURA, D. O. Análise crítica da narrativa da série de reportagens “Brasília na seca: um ano sem água”. **Revista Comunicando**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 105-129,

2019. Disponível em:

<https://www.revistacomunicando.sopcom.pt/index.php/comunicando/article/view/165>. Acesso em: 31 jan. 2025.

BAUDRILLARD, Jean. **À sombra das maiorias silenciosas:** o fim do social e o surgimento das massas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização:** as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de Crise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2016.

BECSI, Alexandre Thiensen. **Pandemia e o direito à educação:** uma análise acerca dos impactos da pandemia de Covid-19 e dos desafios impostos aos gestores públicos na área de educação no Brasil. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Flóriánopolis, 2021.

BEHAR, Patricia Alejandra. **O ensino remoto emergencial e a educação a distância.** 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/#:~:text=O%20termo%20%E2%80%9Cremoto%E2%80%9D%20significa%20distante,evitar%20a%20dissemina%C3%A7%C3%A3o%20do%20v%C3%ADrus>. Acesso em: 14 out. 2024.

BERNARDES, D. M. Notas sobre a formação social do Nordeste. **Lua Nova:** Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 71, p. 41-79, 2007.

BIMBATI, Ana Paula. **MEC:** Gestão de Milton Ribeiro foi marcada por polêmicas e poucas ações. 2022. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2022/03/28/mec-quem-e-milton-ribeiro.htm>. Acesso em: 15 maio 2023.

BIRMAN, Joel. **O trauma da pandemia do coronavírus:** suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas. Rio de Janeiro: José Olympio, 2020.

BOLSONARO diz que MEC estuda 'descentralizar' investimento em cursos de filosofia e sociologia. 2019. Disponível em:
<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/26/bolsonaro-diz-que-mec-estuda-descentralizar-investimento-em-cursos-de-filosofia-e-sociologia.ghtml>. Acesso em: 7 maio 2023.

BOSCO, Cyro Luiz dos Santos. Os jornais como objeto de análise: imprensa e instrução pública. In: ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 12.; ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2013, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: LCR, 2013. p. 1119-1130.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução:** elementos para uma teoria

do sistema de ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1992.

BRANDÃO, E. P. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL registra 37 novas mortes por Covid-19: média móvel indica tendência de alta. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/12/31/brasil-registra-37-novas-mortes-por-covid-19-media-movel-indica-tendencia-de-alta.ghtml>. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm. Acesso em: 09 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 09 set. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **As crianças na Constituinte**. 2018. Disponível em: <https://plenarinho.leg.br/index.php/2018/11/as-criancas-na-constituinte/>. Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - Covid-19. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 09 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil prepara rede de saúde para novo coronavírus**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2020/janeiro/brasil-prepara-rede-de-saude-para-novo-coronavirus>. Acesso em: 17 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde passa a atualizar diariamente situação do novo coronavírus**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2020/janeiro/saude-passa-a-atualizar-diariamente-situacao-do-novo-coronavirus>. Acesso em: 17 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Governo Federal propõe lei para repatriar brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020c. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2020/fevereiro/governo-federal-propoe-lei-para-repatriar-brasileiros>. Acesso em: 17 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Carnaval 2020**: 128 milhões de camisinhas distribuídas.

2020d. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2020/fevereiro/carnaval-2020-128-milhoes-de-camisinas-distribuidas>. Acesso em: 17 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Cronologia Histórica da Saúde Pública**. Brasília: FUNASA, 2017. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/cronologia-historica-da-saude-publica>. Acesso em: 11 set. 2023.

BUHEJI, Mohamed *et al.* Children and coping during COVID-19: a scoping review of bio-psycho-social factors. **International Journal of Applied Psychology**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 108-15, May 2020.

BURGUIÈRE, André. A antropologia histórica. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério F. **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

CABRITO, B. G. Covid-19, educação (básica) e equidade em Portugal. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, Nova Iguaçu, v. 6, n. 10, p. p. 125-138, jun. 2021.

CAESAR, Gabriela. **Haddad ganha no Nordeste e Bolsonaro, nas demais regiões do país**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/29/haddad-ganha-no-nordeste-e-bolsonaro-nas-demais-regioes-do-pais.ghtml>. Acesso em: 27 maio 2023.

CAJAZEIRA, Paulo Eduardo Silva Lins; SOUZA, José Jullian Gomes de; ANTONIUTTI, Cleide Luciane. Os primeiros quatro meses da cobertura da pandemia da Covid-19 no Jornal Nacional. **Âncora: Revista Latino-Americana de Jornalismo**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 172-191, jan./jun. 2021.

CALIL, Gilberto Grassi. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 30-47, jan. 2021.

CANCLINI, Nestor García. **Cidadãos substituídos por algoritmos**. Bielefeld: Bielefeld University Press, 2019.

CARVALHO, L. G.; ROSA, R. G. A construção histórico-normativa da LDB e a necessidade de readequar a legislação educacional brasileira ao contexto pós-pandemia. **Res Severa Verum Gaudium**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/resseveraverumgaudium/article/view/104653>. Acesso em: 1 nov. 2024.

CARVALHO, Rodrigo Badaró de; SANTOS, Thaís dos. O direito à saúde no Brasil: uma análise dos impactos do golpe militar no debate sobre universalização da saúde. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito**, Salvador, v. 25, n. 27, p. 53-72, 2015.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. Sistemas Estruturados de Ensino e mercado editorial brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 36., 2013, Manaus. **Anais [...] Manaus: SBEIC, 2013**. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1996-1.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2025.

CAVALCANTE, Igor. **Secretariado tem mulheres em pastas estratégicas e nomes da atual gestão.** 2021. Disponível em:

https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/secretariado-tem-mulheres-em-pastas-estrategicas-e-nomes-da-atual-gestao-1.3028072?utm_source=whatsapp. Acesso em: 29 ago 2025.

CEARÁ. Decreto nº 33.510, 16 de março de 2020. Decreta emergência em saúde e dispõe sobre medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana pelo novo corona vírus. Fortaleza, 2020b. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=390721>. Acesso em: 27 maio 2023.

CEARÁ. Decreto nº 33.730, de 29 de agosto de 2020. Prorroga o isolamento social no estado do Ceará, renova a política de regionalização das medidas de isolamento social, e dá outras providências. Fortaleza, 2020b. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ce/decreto-n-33730-2020-ceara-prorroga-o-isolamento-social-no-estado-do-ceara-renova-a-politica-de-regionalizacao-das-medidas-de-isolamento-social-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 27 maio 2023.

CEARÁ. Secretaria de Educação. **Ofício Circular n. 7, de 16 de março de 2020.** Fortaleza: SEDUC, 2020. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2020/03/oficio_circular.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

CLEMENTINO, M. L. M. *et al.* **A colaboração em tempos de pandemia e o protagonismo do Consórcio Nordeste.** 2020. Disponível em:
<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/a-colaboracao-em-tempo-de-pandemia-e-o-protagonismo-do-consorcio-nordeste/>. Acesso em: 28 out. 2023.

CNN BRASIL. **Papa reza só e concede indulgência plenária por pandemia de coronavírus.** 2020. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/papa-reza-so-e-concede-indulgencia-plenaria-por-pandemia-de-coronavirus/#goog_rewareded. Acesso em:

COLOMBO, L. A.; GILENO, C. H. Federalismo brasileiro e desenvolvimento regional: as agendas governamentais brasileiras. **Revista Tomo**, São Cristovão, n. 35, p. 191-224, jul. 2019.

CONSÓRCIO NORDESTE. **O Consórcio.** [2019]. Disponível em:
<https://www.consorcionordeste.gov.br/p/o-consorcio>. Acesso em: 27 maio 2023.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], 2008, v. 38, n. 134, p. 293-303, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742008000200002>. Acesso em: 27 maio 2023.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 23, n.80, p. 168-200, set. 2002.

DIAS, Marina. **Bolsonaro minimiza crise e diz que coronavírus está superdimensionado.** 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/bolsonaro-minimiza-crise-e-diz-que-coronavirus-esta-superdimensionado.shtml>. Acesso em: 6 maio 2023.

DIÓGENES, E. M. N.; ARAUJO, B. R. T. A reforma educacional cearense na década de 1990 no contexto da reforma do estado brasileiro. **Brazilian Journal of Development**, São José dos Pinhais, v. 6, n. 5, p. 28615-28633, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/10225>. Acesso em: 7 jun. 2023.

DOURADO, Tatiana Maria Galvão. **Fake News na eleição presidencial do Brasil em 2018**. 2020. 323 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

DUBY, George *et al.* **História e Nova História**. 3. ed. Lisboa: Teorema, 1994.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2011.

EMPOLI, Giuliano Da. **Os engenheiros do caos**. tradução Arnaldo Bloch. 1. ed, São Paulo: Vestígio, 2019.

ESPINOZA, Fran; SILVA, Therrí José Cruz; LIMA, Anderson Silva. Ensino Remoto Emergencial, Legislação e Direito à Educação no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, Pouso Alegre, v. 39, n. 2, pp. 394-418, jul./dez. 2023. Disponível em: 575-Texto do Artigo-2763-1-10-20230630.pdf Acesso em: 17 out 2024.

'EU, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia, começando no STF', diz ministro da Educação em reunião. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/eu-por-mim-botava-esses-vagabundos-todos-na-cadeia-comecando-no-stf-diz-ministro-da-educacao-em-reuniao.ghtml>. Acesso em: 15 maio 2023.

FERREIRA NETTO, R.; CORRÊA, J. W. Epidemiologia do surto de doença por coronavírus (Covid-19). **Desafios**: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins, [s. l.], v. 7, n. esp. 3, p. 18-25, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/8710>. Acesso em: 9 abr. 2023.

FERREIRA, Luciana de Moura. **A Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza**: acolhimento de enfermos e educação para a saúde pública (1861-1889). 2017. 128 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

FIGUEIREDO-SOBRINHO, C. P. de. **Jornalismo de Serviço**: política, discurso, representação e participação em disputa. 2014. 241f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Ana Maria Crispim de. **Avaliação da política de recomposição da aprendizagem**: Programa Alfa 1, 2, 3, em Fortaleza, no período de 2023-2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2025.

FREITAS, Leda Gonçalves de; SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses. Mediação pedagógica na educação a distância: as pesquisas brasileiras. **Linhas Críticas**, v. 19, n. 40, p. 523-542, sept./dic. 2013.

FROTA, Francisco Horácio da Silva; SILVA, Maria Andrea Luz; FROTA, Maria Helena de Paula. **Impacto do Covid-19 nas políticas públicas**. Fortaleza: Edmeta Editora, 2020.

G1 CE. Evandro afirma que Pé-de-Meia municipal não vai ser implantado em 2025: 'Tem que equilibrar as contas'. 2025. Disponível em:
<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2025/02/04/evandro-afirma-que-pe-de-meia-municipal-nao-vai-ser-implantado-em-2025-tem-que-equilibrar-as-contas.ghtml>. Acesso em: 30 ago. 2025.

G1 CE. Novo decreto suspende aulas presenciais em escolas e universidades públicas e privadas no Ceará. 2021. Disponível em:
<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/02/17/novo-decreto-suspende-aulas-presencias-em-escolas-e-universidades-publicas-e-privadas-no-ceara.ghtml>. Acesso em: 30 ago. 2025.

GALVANI, Giovanna. Governadores do Nordeste criam consórcio para “fazer mais com menos”. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/governadores-do-nordeste-criam-consorcio-para-fazer-mais-com-menos/>. Acesso em: 27 maio 2023.

GARCIA, Ana Karine Martins. A ciência na saúde e na doença: atuação e prática dos médicos em Fortaleza (1900-1935). 2011. 199 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

GARNICA, A. V. M. O vazio em tempos trágicos: notas sobre políticas públicas no Brasil atual. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, Rio Claro, v. 36, n. 72, p. 4-30, jan. 2022.

GOBBI, Annachiara; ROVEA, Federico. Enseñanza a distancia y enseñanza como distancia. **Teoría de la Educación. Revista Interuniversitaria**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 71-87, 2021.

GOMES, Candido Alberto; SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses. Challenges and risks of remote Education for children and adolescents. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 118, jan. 2023.

GOMES, Lucinthyia. A história do jornal. Disponível em:
<https://especiais.opovo.com.br/acervo/2018/90anos/90anoshistorias.html>. Acesso em: 23 jan. 2024.

GONÇALVES, L. A. P. Mais um ministério de farda: coronavírus e militarismo, a dupla carga epidêmica sobre a saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 4, p. e300401, 2020.

GOVERNO do Ceará decreta suspensão de aulas em escolas públicas e estado de emergência por causa do coronavírus. 2020a. Disponível em:
<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/03/16/governo-do-ceara-decreta-suspensao-de-aulas-em-escolas-publicas-e-estado-de-emergencia-por-causa-do-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 5 jun. 2023.

GOVERNO do Ceará anuncia lockdown em Fortaleza para conter avanço da Covid-19. 2020b. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/governo-do-ceara-anuncia-lockdown-em-fortaleza-para-conter-avanco-da-covid-19/>. Acesso em: 5 jun. 2023.

GRIPEZINHA: leia a íntegra do pronunciamento de Bolsonaro sobre covid-19. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>. Acesso em: 20 abr. 2023.

GUIMARÃES, R. S.; BRAGA, C. “Meu twitter, minhas regras”: as pautas de costumes na educação bolsonarista. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 14, p. 1-20, jan./dez. 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HOLANDA, Patrícia H. C; MORATO, Pedro J. P. **Pedagogia Terapêutica**: diálogos e estudos luso-brasileiros sobre João dos Santos. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

INEXISTÊNCIA de políticas educacionais deixa milhares de crianças sem aula no Brasil. São Paulo: USP, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/inexistencia-de-politicas-educacionais-deixa-milhares-de-estudantes-sem-aula-no-brasil/>. Acesso em: 30 set. 2023.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. A história de Fortaleza através da imprensa e do depoimento de idosos. **Trajetos**: Revista de História da UFC, Fortaleza, v 1, n. 1, p. 45-60, 2001.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano do Recife e de Fortaleza 1945–1960**. Fortaleza: UECE, 2022. Disponível em: <https://www.uece.br/educece/wp-content/uploads/sites/88/2022/05/Verso-e-reverso-do-perfil-urbano-do-Recife-e-de-Fortaleza-1945-1960.pdf>. Acesso em: 11 set 2022

KHALIL, O. A. K.; KHALIL, S. da S. SARS-CoV-2: taxonomia, origem e constituição. **Revista de Medicina**, [s. l.], v. 99, n. 5, p. 473-479, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/169595>. Acesso em: 27 out. 2023.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis: Editora Insular, 2021.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderlei (org.). **Psicologia social**: o homem em movimento. 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

LEAL, Vinicius Antonius Holanda de Barros. **História da Medicina no Ceará**. Fortaleza: INESP, 2019.

LIMA, Érica Cavalcante. **A AIDS vira notícia**: os discursos sobre a “doença nova” nos periódicos cearenses na década de 1980. Fortaleza: UECE, 2021.

LIMA, Érica Cavalcante. “**Pela salvação das crianças**”: a experiência do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Ceará no combate à mortalidade infantil em Fortaleza (1913-1938). 2024. 399 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.

LIMA *et al.* Cuidados com a transmissão: o que levou o Ceará ao epicentro da COVID-19? **Revista Brasileira Em Promoção Da Saúde**, [s. l.J, v. 33, 2020. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/11054>. Acesso em: 15 fev. 2024.

LIMA, Kátia Regina Rodrigues. Educação Superior, EaD, Pandemia e Ensino Remoto no Brasil. In: TORRES, Antonia Lis de Maria Martins et al. **EaD, Ensino Híbrido e Tecnologias Digitais**: incursões investigativas do Laboratório de Pesquisa MultiMeios. Curitiba: CRV, 2022.

LIMA, Zilda Maria Menezes. Serviços de saúde no Ceará: combate às endemias e reformas (1920-1935). **História e Culturas**, Fortaleza, v. 2, n. 4, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistahistoriaculturas/article/view/381/297>. Acesso em: 8 set. 2023.

LIMA JUNIOR, Pedro Vítor Menezes de. **Educação em tempos de peste**: uma análise sobre a representação da educação nos média na primeira vaga da pandemia. 2020. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2020.

LIMONGI, F.; GUARNIERI, F. A base e os partidos: as eleições presidenciais no Brasil pós-redemocratização. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 99, p. 05-24, jul. 2014.

MAGNO, Alan. **Coronavírus**: casamento de irmã de Gabriela Pugliesi se torna foco de transmissão da doença. 2020. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/saude/2020/03/11/coronavirus--casamento-de-irma-de-gabriela-pugliesi-se-torna-foco-de-transmissao.html>. Acesso em: 7 jun. 2023.

MAIA, Gustavo. “**Daqueles governadores de paraíba, o pior é o do Maranhão**”, diz Bolsonaro. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/daqueles-governadores-de-paraiba-pior-o-do-maranhao-diz-bolsonaro-23820801>. Acesso em: 28 out. 2023.

MARQUES, Emiliana. Entre Brasil e Portugal. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 21, p. 113-124, jun. 2021.

MATHIAS, Maíra. **Antes do SUS: como se (des)organizava a saúde no Brasil sob a ditadura**. 2018. Disponível em: <https://abrasco.org.br/antes-do-sus-como-se-desorganizava-saude-no-brasil-sob-ditadura/>. Acesso em: 7 maio 2023.

MAZUI, G.; GOMES, P. H.; CASTILHO, R. **Coronavírus**: Bolsonaro inclui salão, barbearia e academia como 'atividades essenciais'. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/11/coronavirus-bolsonaro-inclui-salao-barbearia-e-academia-como-atividades-essenciais.ghtml>. Acesso em: 7 maio 2023.

MENDONÇA, Leila Guimarães Lobo de. **Do que sofrem as crianças hoje?**. Curitiba, PR:

CRV, 2013.

MINISTÉRIO da Saúde cria aplicativo que recomenda remédios sem eficácia. 2021.

Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2021/01/14/interna_nacional,1229011/ministerio-da-saude-lanca-aplicativo-que-estimula-remedios-sem-eficacia.shtml. Acesso em: 28 out. 2023.

MINISTÉRIO da Saúde cria aplicativo que recomenda remédios sem eficácia. 2021.

Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2021/01/14/interna_nacional,1229011/ministerio-da-saude-lanca-aplicativo-que-estimula-remedios-sem-eficacia.shtml. Acesso em: 28 out. 2023.

MINISTRO disse que há plantações de maconha em universidades. 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/11/22/ministro-diz-que-ha-plantacoes-de-maconha-em-universidades-reitores-criticam-ataques-e-retorica-agressiva.ghtml>. Acesso em: 07 maio 2023.

MONARI, A. C. P.; BERTOLLI FILHO, C. Saúde sem Fake News: estudo e caracterização das informações falsas divulgadas no Canal de Informação e Checagem de Fake News do Ministério da Saúde. **Mídia e Cotidiano**, v. 13, n. 1, p. 160-186, abr. 2019.

MOORE, Michael G. Teoria da Distância Transacional. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**. São Paulo, agosto de 2002.

MORATO, P.; SANTOS, J. Notas sobre a Pedagogia Terapêutica do Doutor João dos Santos. **Revista Interacções**, [s. l.], v. 17, n. 59, p. 162-173, 2021. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/25109>. Acesso em: 17 ago. 2024.

MOREIRA, J. A.; SCHLEMMER, E. Por um novo conceito e paradigma de educação digital online. **Revista UFG**, Goiânia, v. 20, n. 26, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/63438>. Acesso em: 14 out. 2024.

MOREIRA, Letícia. **Relembre quem foram os ministros da educação de Bolsonaro**. 2022. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2022-03-31/relembre-ministros-educacao-governo-bolsonaro-polemicas.html>. Acesso em: 15 maio 2023.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **A narrativa como linguagem jornalística**. 2013. Disponível em: <https://ufsma.br/r-1-12337>. Acesso em: 15 maio 2023.

MOTTA, L. G.; COSTA, G. B.; LIMA, J. A. Notícia e construção de sentidos: análise da narrativa jornalística. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 27, n. 2, 2012. Disponível em:

<https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/1067>. Acesso em: 23 fev. 2025.

MOURA, Ingrid Louback de Castro. **A automação da educação**: o telensino e a precarização

do trabalho docente. 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

MOURA, Maira Maya de. **As relações entre cognição e afeto, escola e família na sociabilidade e aprendizagem de adolescentes da atualidade:** uma análise à luz da pedagogia terapêutica de João dos Santos. 2019. 172 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maia de; MARQUES, Rita de Cássia (org.) **Uma história brasileira das doenças.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

NASCIMENTO, Thatiany. **De cólera a pólio:** Ceará já se livrou de, pelo menos, quatro grandes epidemias nos últimos 150 anos. Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/de-colera-a-polio-ceara-ja-se-livrou-de-pelo-menos-quatro-grandes-epidemias-nos-ultimos-150-anos-1.3129805>. Acesso em: 12 set. 2023.

NOVA, Cristiane; ALVES, Lynn. Educação à distância: limites e possibilidades. In: Alves L, Nova C (org.). **Educação à distância:** uma nova concepção de aprendizado e interatividade. São Paulo: Futura, p. 1-23, 2003.

NÓVOA, A.; ALVIM, Y. C. Os professores depois da pandemia. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e249236, 2021.

NUNES, Bethânia. “**Ainda não há evidências de qual animal a Covid veio”, diz cientista.** 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/saude/ainda-nao-ha-evidencias-de-qual-animal-a-covid-veio-diz-cientista>. Acesso em: 16 abr. 2023.

O GLOBO. **Com necrotério lotado, caminhões transportam caixões de Bergamo para crematórios de outras cidades.** 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/coronavirus/com-necroterio-lotado-caminhoes-transportam-caixoes-de-bergamo-para-crematorios-de-outras-cidades-24314132>. Acesso em:

OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. Diálogos com a documentação: história da saúde, doenças e loucura no Ceará (1886-1920). In: ALVAREZ, Adriana (org.). **La historia de la salud y la enfermedad :** recursos archivísticos y metodológicos de un campo historiográfico en construcción. Mar Del Plata: EUDEM, 2018.

OLIVEIRA, Roberta Lúcia Santos de. **A educação pelas antenas da TV:** a narrativa histórica da implantação do telensino no Ceará (1973-1979). 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

OLIVEIRA, Thayane Lopes. A história das doenças nas aulas de História: uma abordagem possível. **Revista História Hoje**, [s. l.], v. 10, n. 20, p. 33-50, 2021. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/718>. Acesso em: 2 set. 2023.

OPAS. **Publicação Saúde nas Américas aborda impacto da COVID-19.** 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/27-9-2022-publicacao-saude-nas-americas-aborda->

impacto-da-covid-19. Acesso em: 2 abr. 2023.

ORTIZ, Délis. **Brasil não atinge metas do índice de desenvolvimento da educação básica nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.** 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/08/14/brasil-nao-atinge-metas-do-indice-de-desenvolvimento-da-educacao-basica-nos-anos-finais-do-fundamental-e-no-ensino-medio.ghtml>. Acesso em: 16 ago. 2024.

PAIVA, Celina Maria L. **Doutor dos afetos:** uma biografia em verso de João dos Santos. Fortaleza: Editora LCR, 2023.

PAULINO, Nicolas. **Relembre como eram as teleaulas que ocorreram no Ceará por mais de 30 anos.** 2022. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/relembre-como-eram-as-teleaulas-que-ocorreram-no-ceara-por-mais-de-30-anos-1.3281809>. Acesso em: 07 out. 2024.

PEREIRA, T. F. O lugar da escola no processo de reprodução social: leituras de Durkheim, Althusser e Bourdieu. **Research, Society and Development, [s. l.], v. 12, n. 6, p. e1412641899,** 2023. Disponível em: <https://rsdjurnal.org/index.php/rsd/article/view/41899>. Acesso em: 18 mar. 2024.

PEREZ, C. et al. Os sentidos das lives no contexto da pandemia: do escapismo e da filantropia às lógicas identitárias. **Galáxia**, São Paulo, v. 47, p. e55576, 2022.

PEREZ, O. C.; SANTANA, L. Ações do Consórcio Nordeste no combate à pandemia de Covid-19. **NAU Social, [s. l.], v. 11, n. 21, p. 259-270,** 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/41997>. Acesso em: 28 maio 2023.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a Educação?** 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

PINHEIRO, Francisca Gabriela Bandeira. Para o bem-estar, segurança e saúde do povo: as ações do Jornal O Nordeste na batalha contra a lepra no Ceará (1922-1928). **História e Culturas**, Fortaleza, v. 2, n. 4, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistahistoriaculturas/article/view/377>. Acesso em: 08 set. 2023.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. O estigma do pecado: a lepra durante a Idade Média. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 131-144, 1995. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/11955>. Acesso em: 6 abr. 2023.

PIRES, Breiller. **Ministro Decotelli cai por maquiar currículo e reforça pessimismo sobre o futuro da Educação.** 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-01/ministro-decotelli-cai-por-maquiar-curriculo-e-reforca-pessimismo-sobre-o-futuro-da-educacao-sob-bolsonaro.html>. Acesso em: 15 maio 2023.

PREFEITO de Milão admite erro por ter apoiado campanha para cidade não parar no início da pandemia de coronavírus na Itália. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/27/prefeito-de-milao-admite-erro-por-ter-apoiado-campanha-para-cidade-nao-parar-no-inicio-da-pandemia-de-coronavirus-na-italia.ghtml>. Acesso em: 17 abr. 2023.

REDE BRASILEIRA DE MULHERES CIENTISTAS. A educação na pandemia e a omissão do governo federal. 2021. Disponível em: <https://mulherescientistas.org/wp-content/uploads/2021/05/NT5-EducacaonapandemiaVF.pdf>. Acesso em: 07 out. 2022.

RIEKMANN, Arnd. **Estudo aponta Trump como o maior disseminador de fake news sobre Covid-19.** 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2020/10/02/estudo-aponta-trump-como-maior-disseminador-de-fake-news-sobre-covid-19.htm>. Acesso em: 18 abr. 2023.

RIOUX, Jean-Pierre. Entre História e Jornalismo. In: CHAVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe (org.). **Questões para a história do presente.** Bauru: EDUSC, 1999. p. 119-126.

ROCHA, Bruna Beatriz da; QUINTÃO, Gustavo Ferreira. A Educação em tempos de pandemia: transformações no ensino devido ao novo coronavírus. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS, 2020, São Carlos. **Anais [...] São Carlos:** UFSCAR, 2020. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1122>. Acesso em: 05 out. 2022.

RODRIGUES, T. M.; BONONE, L.; MIELLI, R. Desinformação e crise da democracia no Brasil: é possível regular fake news?. **Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 22, n. 3, p. 30-52, dez. 2020.

ROSSI, Rinaldo de Castilho; SILVA, Simone Affonso. O Consórcio Nordeste e o federalismo brasileiro em tempos de Covid-19. **Espaço e Economia**, ano 9, n. 18, 2020.

SAID, Gustavo Fortes. **Mídia, poder e história na era pós-moderna.** Teresina: EDUFPI, 1988.

SANCHES, Mariana. 'É muito mais fantasia', diz Bolsonaro sobre crise nos mercados causada por epidemia de coronavírus. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51823908>. Acesso em: 28 out. 2023.

SANDEL, Michael J. **A tirania do mérito:** o que aconteceu com o bem comum? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SANTANA, Maria Moreira Leite de Santana et al. (org.). **Educação do Ceará em tempos de pandemia.** Fortaleza: EdUECE, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus.** São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

SANTOS, C. A educação e a narração da vida: por que temos que rememorar as experiências da pandemia?. **Revista Iberoamericana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. esp. 2, p. 1204-1220, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15905>. Acesso em: 19 set. 2023.

SANTOS, J. dos. **Ensaios sobre Educação I: A criança quem é?** [S. l.: s. n.], 2016. E-book Kindle.

SANTOS, Juliana Nogueira. **Trump diz que o “calor de abril” matará o coronavírus.** 2020. Disponível em: <https://www.sabado.pt/mundo/detalhe/trump-diz-que-calor-de-abril-vai-matar-o-coronavirus>. Acesso em: 17 abr. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** 42. ed. Campinas: Autores Associados Editora, 2012.

SAVIANI, Demerval. GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do "ensino" remoto. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 31, n. 67, p. 36-49, jan. 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/11890>. Acesso em: 18 out. 2024.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v4n1-2/a13v4n12.pdf>. Acesso em: 14 set. 2023.

SEIBEL, Erni J. **Pesquisa hemerográfica.** Florianópolis: Núcleo Interdisciplinar em Políticas Públicas, 2013. Disponível em: <http://www.nipp.ufsc.br/files/2013/06/Metodologia-para-Pesquisa-Hemerografical.pdf>. Acesso em 26 set 2023.

SERPA, Paulo Ernesto Saraiva. **Há dimensão pública no jornalismo de uma TV estatal?:** análise do telejornal Revista da TV Ceará, uma emissora mantida pelo governo do Estado. 2007. 183 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SILVA, Antonio Sebastião da; MOTTA, Luiz Gonzaga. Representações políticas: disputas narrativas pelas estórias. In: COLÓQUIO SEMIÓTICA DAS MÍDIAS, 1., 2012, João Pessoa. **Anais** [...] João Pessoa: Ciseco, 2012. Disponível em: http://www.ciseco.org.br/images/colloquio/csm1/CSM1_AntonioSilva_LuizMotta.pdf. Acesso em: 14 set. 2023.

SILVA, Cleder Tadeu Antão da; ARRUDA, Eucídio Pimenta. Breve histórico da educação a distância no Brasil: do ensino por correspondência aos movimentos em direção à institucionalização da modalidade nas instituições públicas de ensino. **Anais CIET:** Horizonte, São Carlos, v. 6, n. 1, 2024. Disponível em: <https://ciet.ufscar.br/submissao/index.php/ciet/article/view/79>. Acesso em: 1 out. 2024.

SILVA, Gislane. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 95-107, jan./jun. 2005.

SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNADES, Mario Luiz. **Critérios de noticiabilidade:** problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Editora INSULAR, 2021.

SILVA, Gláubia Cristiane Arruda. **O tremor dos sertões:** experiências da epidemia de malária no Baixo Jaguaribe-CE (1937-1940). 2007. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social , Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SOLON, Marina; ARAÚJO, Mayara; RODRIGUES, Naiana; NUNES, Márcia Vidal. O trabalho de mulheres jornalistas durante a pandemia da COVID-19: um estudo de caso dos

reordenamentos produtivos no Ceará. **INTER-LEGERE**, [s. l.], v. 3, n. 28. 2020.

SONTAG, Susan. **A doença como metáfora**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses *et al.* La pandemia y la educación remota: percepciones de estudiantes de nivel superior em Brasil y México. **Indagatio Didactica**, Aveiro, v. 16, n. 2, jul. 2024.

SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses. Reconfigurações de desigualdades e distanciamentos na/da proximidade tecnológica: pandemia da Covid-19, seus efeitos e desafios para a educação superior. In: HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho *et al.* (org.) **Nas trilhas das histórias de famílias**: educação e saúde mental. Fortaleza: Editora Via Dourada, 2024. p. 70-89.

SOUZA, G. C. A.; COSTA, I. C. C. O SUS nos seus 20 anos: reflexões num contexto de mudanças. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 509-517, jul. 2010.

SOUSA, Jorge Pedro. **Fotojornalismo**: introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

STONE, Lawrence, O retorno da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. In: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forastieri da (org.). **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2013. v. 2, p.8 - 36.

STRUCK, Jean-Philip. **Caos e explosão de mortes**: o legado de Pazuello na Saúde. 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/caos-omiss%C3%A3o-e-explos%C3%A3o-de-mortes-o-legado-de-pazuello-na-sa%C3%A3o-a-56890646>. Acesso em: 14 set. 2023.

TAMANO, L. T. O. O movimento sanitarista no Brasil: a visão da doença como mal nacional e a saúde como redentora. **Khronos: Revista de História da Ciência**, n. 4, p. 102-115, 2017.

TEIXEIRA, E. F.; VESPÚCIO, C. R. **O direito à educação nas Constituições brasileiras**. 2001. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/29732/o-direito-a-educacao-nas-constituicoes-brasileiras>. Acesso em: 14 set. 2023.

TENENTE, Luiza; FIGUEIREDO, Patrícia. **Entenda o corte de verba das universidades federais e saiba como são os orçamentos das 10 maiores**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/entenda-o-corte-de-verba-das-universidades-federais-e-saiba-como-sao-os-orcamentos-das-10-maiores.ghtml>. Acesso em: 7 maio 2023.

THEMUNDO, Tiago Seixas; ALMEIDA, Fernanda Carvalho de. Direito, Cultura e Sociedade em tempo de fake news. **Revista Direito e Garantias Fundamentais**, Vitória, v. 21, n. 3, p. 209-236, set./dez. 2020.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação. Petrópolis: Vozes, 1995.

TOLEDO, Cézar Alencar Arnaut; PASQUINI, Adriana Salvaterra. Historiografia da educação: a imprensa enquanto fonte de investigação. **Interfaces Científicas: Educação**,

Aracaju, v. 2, ed. 3, p. 257-267, 2014.

TORRES, Michelangelo. **Um balanço do primeiro ano da política educacional do governo Bolsonaro.** 2019. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/12/21/um-balanco-do-primeiro-ano-da-politica-educacional-do-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 28 out. 2023.

TOSI, Marcela. **Covid-19:** casos e mortes caem 98% no Ceará em relação a 2022. 2023. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/coronavirus/2023/03/14/covid-19-casos-e-mortes-caem-98-no-ceara-em-relacao-a-2022.html>. Acesso em: 8 jun. 2023.

UNIVERSIDADES com ‘balbúrdia’ terão verbas reduzidas, diz Weintraub. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/universidades-com-balburdia-terao-verbas-reduzidas-diz-weintraub/>. Acesso em: 14 maio 2023

URIBE, Gustavo. **Veja quem são os 23 com coronavírus da comitiva de Bolsonaro que visitou os EUA.** 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/veja-quem-sao-os-23-infectados-da-comitiva-de-bolsonaro-em-visita-aos-eua.shtml>. Acesso em: 12 jun. 2023.

VENTURA, D. F. L; PERRONE-MOISÉS, C.; MARTIN-CHENUT, K. Pandemia e crises contra a humanidade: o caráter “desumano” da gestão da catástrofe sanitária. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 2206-2257, jul. 2021.

VIDAL NUNES, Márcia. Vídeos em 360º: narrativas em jornalismo imersivo e exercício da cidadania no combate à desinformação. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación** 1, n. 154, p. 211-226, 2023.

VIEIRA, S. L.; PLANK, D. N.; VIDAL, E. M. Política Educacional no Ceará: processos estratégicos. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 4, p. e87353, 2019.

VYGOTSKY, L. S. **Formação Social da Mente.** Livraria Martins Fontes: São Paulo, 1991.